



LUCAS HENRIQUE DE FIGUEIREDO

**A DINÂMICA DO PODER EM FOUCAULT:
MÉTODOS, BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE**

LAVRAS-MG

2023

Lucas Henrique de Figueiredo

**A DINÂMICA DO PODER EM FOUCAULT:
MÉTODOS, BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte dos requisitos do
Curso de Filosofia, para
obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dr. Luiz Roberto Takayama
Orientador

LAVRAS-MG

2023

RESUMO

Michel Foucault (1926–1984) foi uma figura intempestiva, no sentido de que sempre esteve preocupado com as transformações da atualidade. Durante a década 1970, caracterizada por grande agitação social, política e econômica, Foucault, como um excepcional historiador do presente, escolheu o poder como o impulso filosófico de sua investigação acerca das relações entre saber, poder e subjetividade. Tendo isto em vista, o presente trabalho propõe uma análise aprofundada de sua dinâmica do poder, reconhecendo a originalidade, complexidade e densidade de seu pensamento. Iniciamos esclarecendo, com rigor, as escolhas teórico-metodológicas de Foucault. Apostamos na hipótese interpretativa que toma a noção de ontologia crítica como a pedra angular de seu projeto filosófico, delineando com clareza a natureza de sua pesquisa, centrada no presente e dedicada à análise do sujeito. Essa abordagem promove uma articulação precisa entre os métodos arqueológico e genealógico, resultando em uma arqueogenealogia. Seu propósito é diagnosticar o presente, realizar uma ontologia crítica de nós mesmos por meio de uma arqueologia dos rastros históricos e uma genealogia de seus reflexos na atualidade. Posteriormente, o trabalho empenha-se em evidenciar a aplicação desses métodos na análise do poder durante a década de 1970. Utilizando os cursos “Em Defesa da Sociedade” e “Segurança, Território e População” como pontos de ancoragem, juntamente com uma análise das noções de biopolítica e governamentalidade, destacamos a relevância destes conceitos na compreensão da dinâmica do poder em Foucault. A escolha destes conceitos-chave a partir dos cursos destaca-se pela sua relevância no projeto filosófico foucaultiano, permitindo um diálogo entre diferentes perspectivas adotadas pelo filósofo e identificando desvios estratégicos ao abordar temas comuns. Ao final deste percurso analítico, almejamos atingir uma compreensão clara e aprofundada da dinâmica do poder em Foucault, destacando suas nuances e contribuições para a compreensão das complexas relações entre poder, saber e sujeito na contemporaneidade.

Palavras-chave: Governamentalidade; Biopolítica; Foucault; Poder; Arqueogenealogia;

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1: A CAIXA DE FERRAMENTAS DE FOUCAULT: ENTRE MÉTODOS E CONCEITOS.....	13
1.2 — Questões de Método: Arqueologia.....	19
1.3 — Questões de método: Genealogia.....	22
1.4 — Questões de método: Arqueogenealogia.....	36
CAPÍTULO 2 — RECONFIGURANDO A DINÂMICA DO PODER: DA SOBERANIA À BIOPOLÍTICA NA OBRA “EM DEFESA DA SOCIEDADE”	42
2.1 — Desamarrando a teoria da Soberania: os princípios fundamentais da analítica do poder.....	46
2.1.2 — A Dimensão Produtiva do Poder em Foucault.....	55
2.1.3 — A Relação entre Poder e Liberdade.....	57
2.3 — Do Poder Soberano ao Biopoder.....	62
2.3.1 - Da guerra a contra-história: gênese e características do Discurso Histórico-Político...	65
2.3.2 — Da Luta à Defesa: o desdobramento do Discurso Histórico-Político.....	69
2.4 — A vida como objeto do poder: disciplina, controle e normalização.....	70
2.4.1- Biopolítica e Racismo de Estado: mecanismos reguladores da vida e morte.....	73
CAPÍTULO 3 — A GOVERNAMENTALIDADE EM “SEGURANÇA, TERRITÓRIO E POPULAÇÃO”: REVELANDO A NOVA RAZÃO DE ESTADO.....	75
3.1 — O Poder Pastoral.....	80
3.1.2 - Declínio do Poder do tipo Pastoral.....	85
3.2 — Uma nova ratio governamental.....	86
3.2.1 — Caracterização da nova Razão de Estado.....	88
3.3 — Configuração do Estado Moderno: concorrência.....	91
3.3.1 — Configuração do Estado Moderno: balança europeia.....	95
3.3.2 — Configuração do Estado Moderno: nova concepção de guerra.....	96
3.3.3 — Configuração do Estado Moderno: diplomacia.....	97
3.3.4 — Configuração do Estado Moderno: dispositivo militar.....	98
3.3.5 — Configuração do Estado Moderno: diplomático-militar.....	100
3.3.6 — Configuração do Estado Moderno: polícia.....	101
3.5 — Nova arte de governar dos economistas: mercantilismo.....	107
3.5.1 — Nova arte de governar dos economistas: crise do estado de polícia.....	111
CONCLUSÃO.....	117

PLANO DE CURSO EM FILOSOFIA TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO.....	124
Identificação do Plano e Componentes:.....	124
1 — INTRODUÇÃO.....	124
2 — Contextualização Foucaultiana e métodos.....	125
3 — Análise Histórica da disciplina de Filosofia no Currículo Educacional Brasileiro.....	128
3.1 — Década de 1990 e a investida neoliberal na educação.....	129
3.2 — Velho discurso, nova roupagem: reforma educacional e BNCC de 2017.....	132
3.3 — Desafios e Perspectivas na Conjuntura Atual da Educação Brasileira: Entre Continuidades e Mudanças.....	137
4 - Metodologias e Perspectivas: Resistindo a Onda Neoliberal via o Ensino de Filosofia.....	141
I — Primeiro Bimestre: Introdução à Filosofia (10 aulas).....	147
II — Segundo bimestre: Passagem do cuidado de si para o conheça-te a ti mesmo..	154
Campo de Conhecimento: Ética e Estética.....	156
III — Terceiro Bimestre: Introdução a filosofia política (10 aulas).....	162
IV — Quarto Bimestre: Temáticas (10 aulas).....	169
Referências Bibliográficas Plano de Curso:.....	175
Referências Bibliográficas da Monografia:.....	180

INTRODUÇÃO

L'oeuvre de Foucault se ré-encheine avec les grandes
ouvres qui ont changé por nous ces que signifie penser.

(DELEUZE, 1986, p. 128)

No cenário complexo da filosofia contemporânea, a obra de Michel Foucault emerge como uma bússola crítica, conduzindo-nos por intrincados caminhos de reflexão acerca da relação entre poder, verdade e sujeito. A compreensão das relações de poder contemporâneas, torna-se essencial na construção de subjetividades potentes. Diante disso, este trabalho se propõe a desvendar e analisar as nuances do pensamento foucaultiano, focalizando especialmente em sua compreensão acerca da dinâmica do poder. Esta monografia visa aprimorar a compreensão da complexa interação entre poder, saber e sujeito, recorrendo aos estudos de Foucault da década de 1970. Cada capítulo contribuirá para a construção de uma compreensão aprofundada do pensamento de Foucault, desde suas bases metodológicas até suas análises específicas sobre a biopolítica e a governamentalidade, fornecendo assim, fundamentos concretos para pensarmos nossa atualidade e, a partir disso, promover a transformação desta. Em outras palavras, almejamos não apenas expor, mas também fomentar uma reflexão crítica sobre o pensamento foucaultiano e a possibilidade de sua aplicabilidade na compreensão da sociedade contemporânea. Para atingir este objetivo, nos concentraremos nos cursos ministrados neste período no *Collège de France: Em Defesa da Sociedade* (1976), *Segurança, Território, População* (1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1979), com ênfase nos dois primeiros que juntos formam um díptico cujas peças fundamentais são os conceitos de biopolítica e governamentalidade. Por essa perspectiva, este trabalho propõe-se a reconstruir a análise arqueogenealógica¹ do poder, realizada por Foucault nos seus estudos da década de 1970, com ênfase nos conceitos de biopolítica e governamentalidade.

O exame dos conceitos de biopolítica e governamentalidade a partir dos cursos *Em Defesa da Sociedade* e *Segurança, Território e População* é fundamentado no fato de que estes cursos oferecem uma análise privilegiada, permitindo-nos compreender uma mudança significativa na abordagem de Foucault. Inicialmente, em 1976, o filósofo francês

¹ Michel Foucault não desenvolveu reflexões sobre o que seria o método arqueogenealógico, tampouco utilizou deste conceito. Em língua portuguesa, a primeira utilização dessa denominação foi por Antônio Fernando Cascais (1993) com o intuito de sinalizar os deslocamentos entre os métodos propostos por Foucault, apontando para a impossibilidade de estabelecer uma dicotomia entre estes e enfatizando, em vez disso, uma relação de complementaridade.

concentrou-se na noção de biopoder, explorando a integração da vida nos mecanismos de poder, destacando a transformação profunda nas estratégias de controle. No entanto, uma transição crucial ocorreu nos cursos de 1978 e 1979, evidenciando a passagem de uma análise do micro-poder para o macro-poder, ou seja, a análise foi direcionada para estruturas mais amplas, abrangendo formas de governo e controle. Deste modo, ao decorrer deste trabalho veremos que a análise das técnicas e práticas é deslocada dos sujeitos individuais para a vida populacional em sua totalidade, e posteriormente para as formas de governo e seus aparelhos governamentais. Nesse contexto, a conexão entre biopolítica e governamentalidade torna-se evidente.

O primeiro capítulo desta investigação, empreende uma exploração detalhada pelos meandros da “caixa de ferramentas de Foucault”, constituindo um ponto de partida crucial para compreensão da dinâmica do poder no pensamento foucaultiano. Deste modo, antes de adentrarmos na análise dos cursos e de suas noções-chave, discutiremos os métodos e a natureza do trabalho intelectual de Foucault, passo indispensável para seguirmos com nosso exame. Nos últimos anos de sua vida, Foucault demonstrou grande preocupação em definir a natureza de sua filosofia e o objeto de suas três décadas de investigação. O objetivo do primeiro capítulo é, portanto, recuperar os elementos do pensamento foucaultiano que definem tanto o seu objetivo de pesquisa, quanto no que consiste a especificidade de sua filosofia. Junto disso, apresentaremos uma exposição sistemática acerca de sua metodologia, de modo a evidenciar que a arqueologia e a genealogia são tarefas complementares e inseparáveis, constituindo uma arqueogenealogia do saber-poder. Como chave de leitura, utilizaremos o conceito de ontologia crítica, enquanto noção estruturante do projeto filosófico de Foucault.

A noção de ontologia no pensamento de Michel Foucault assume diversos significados ao longo de suas obras. O marco central dessa formulação ocorreu em 1983, durante o curso “O Governo *de Si e dos Outros*” no *College de France*. Nesse curso, Foucault introduz em seu léxico conceitual as expressões “ontologia do presente”, “ontologia da atualidade” e “ontologia de nós mesmos”, termos equivalentes que denotam um empreendimento filosófico de investigação sobre a atualidade. Concomitantemente, em uma entrevista concedida a Dreyfus e Rabinow no mesmo ano, Foucault (1984, p. 51) conecta a noção de ontologia à história, delineando os procedimentos e objetos de seus estudos acerca das relações entre saber, poder e sujeito. Para o filósofo francês, a ontologia histórica estrutura-se em três domínios: uma busca pela ontologia histórica da verdade, compreendendo como nos constituímos como sujeitos de conhecimento; uma investigação da ontologia histórica de nós

mesmos, explorando o campo de relações de força e nossa constituição como sujeitos que agem sobre os outros; e, por fim, uma análise da ontologia histórica relacionada à ética, visando compreender como nos constituímos como sujeitos morais. A última modulação desse conceito, no pensamento foucaultiano, ocorre em 1984, quando Foucault articula a ontologia à noção de crítica, a partir de uma minuciosa análise do texto "*Was ist Aufklärung*" de Immanuel Kant (1784). Encontrando neste um ethos filosófico que promove uma articulação precisa entre história e crítica, Foucault visa identificar as bifurcações de uma história contingente. Dessa forma, por meio de uma ontologia crítica do presente e de nós mesmos, tem em vista compreender os acontecimentos que nos conduziram a nos constituir e reconhecer enquanto sujeitos. Isso implica, segundo Foucault, o reconhecimento dos limites impostos e a possibilidade de transformação e resistência a esses limites.

A partir desta noção, evidenciaremos a possibilidade de sistematizar o pensamento de Foucault em três domínios (ser-saber; ser-poder; ser-consigo²), colocando o sujeito no centro de seus longos anos de pesquisa. Além disso, demonstraremos que a noção de ontologia crítica promove uma articulação precisa entre os métodos arqueológico e genealógico. Trata-se de uma arqueogenealogia do saber-poder, que por meio de uma arqueologia da história e uma genealogia dos seus reflexos na atualidade, visa fazer uma ontologia crítica de nós mesmos, de modo a traçar um diagrama do presente. Nesse sentido, o primeiro capítulo visa sinalizar para a complementariedade da arqueologia e da genealogia. Apesar de suas especificidades, esses métodos, quando combinados, são capazes “de diagnosticar os nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação” (Deleuze, 1992, p.124).

Quanto à estruturação do primeiro capítulo, no primeiro subtópico nos concentraremos na exploração do conceito de ontologia crítica, considerado a pedra angular na construção do edifício intelectual de Foucault. A partir dessa noção, definiremos tanto a especificidade de sua filosofia quanto o que constitui o objeto de seus longos anos de pesquisa. Adicionalmente, exploraremos a noção de poder no pensamento foucaultiano, junto de breves considerações acerca da arqueogenealogia. Num segundo e terceiro momento, serão evidenciadas as especificidades dos métodos arqueológico e genealógico, bem como sua relação de complementariedade em um quarto momento. Por um lado, evidenciaremos o deslocamento de uma arqueologia do saber, que tinha como alvo uma análise dos discursos e práticas discursivas, para uma genealogia do poder que passa a ter como objeto análise das micro-relações de poder que fundamentam e legitimam estes discursos e práticas. Apesar

² Sistematização traçada por Miguel Morey (1991)

deste deslocamento, indicaremos não haver uma ruptura ou dicotomia entre estas duas perspectivas, destacando, em vez disso, uma relação de complementaridade que constitui uma arqueogenealogia do saber-poder.

A análise dos métodos realizada até aqui proporcionará a base necessária para avançarmos à segunda etapa deste trabalho. No segundo capítulo, teremos como objeto de análise o curso *Em Defesa da Sociedade* de 1976. Começaremos por apresentar os princípios metodológicos da prática analítica proposta por Foucault, visando desvendar o funcionamento das relações de poder, incluindo as estratégias e mecanismos que estruturam as práticas sociais. A abordagem analítica, ao romper com a teoria da soberania, evidencia a inadequação desta última para analisar as complexas relações de poder na modernidade. Neste ponto, examinaremos o percurso argumentativo de Foucault, que destaca a inadequação da teoria jurídica da soberania na compreensão da multiplicidade das relações de poder nas sociedades modernas, em função de sua analítica do poder.

Adicionalmente, abordaremos os elementos centrais da analítica do poder de Foucault, com base em cinco precauções metodológicas, constituindo pontos-chave para compreensão da dinâmica do poder foucaultiano. Na primeira precaução destaca-se a necessidade de afastar-se da análise tradicional centrada no poder institucional, propondo a compreensão do poder nas extremidades, onde se torna capilar e permeia a sociedade. A segunda precaução abandona a busca pelo detentor do poder, direcionando a atenção para a constituição dos sujeitos a partir de práticas concretas. A terceira ressalta que o poder não é uma entidade homogênea concentrada, mas uma rede difusa que opera em todos os âmbitos sociais. Já a quarta precaução alerta que, embora todos possuam certo poder, não se deve supor uma distribuição uniforme, propondo uma análise ascendente dos mecanismos de poder. Por fim, a última precaução destaca que as bases das redes de poder não são ideologias, mas instrumentos efetivos de formação de saber e acumulação de técnicas. Dando sequência à exposição dos elementos-chave da dinâmica do poder foucaultiano, abordaremos a ideia de um poder produtivo e a relação entre poder e liberdade. Demonstraremos que Foucault rompe com a visão estritamente negativa do poder, destacando sua dimensão produtiva na formação de efeitos, verdades, normas e subjetividades. O poder é entendido como uma rede de relações em constante fluidez e tensão, afastando-se de uma estrutura hierárquica fixa. Veremos que a relação entre poder e liberdade não é antagônica, mas uma interação dinâmica. A liberdade, condição ontológica do poder, atua tanto como resistência quanto como subversão, em um jogo constante de forças e respostas.

O segundo momento do segundo capítulo se direciona a uma análise de uma modulação importante na dinâmica do poder ao longo da história: a transição do poder soberano, exercido de forma concentrada e vertical, para o biopoder, que visa gerenciar e controlar a vida ao nível populacional. Em sequência, examinaremos essa transição a partir dos desdobramentos do discurso histórico-político da guerra, em um recorte preciso que data desde o início do século XVI, com os conflitos religiosos e a ênfase do poder soberano. Passando pelo final do século XVI, em que a guerra passa a ser compreendida enquanto uma relação social permanente, e uma constante nas relações de poder, e não mais conflitos pontuais. Avançando ao século XVII e XVIII, o biopoder aparece, pela primeira vez, na guerra de raças, a partir de práticas de classificação e hierarquização das raças. E no século XIX, o biopoder se torna um mecanismo fundamental para o exercício do racismo e Estado, que opera por meio de dispositivos e estratégias de poder, que visam a gestão e regulamentação da vida populacional. O Estado precisa defender a sociedade dos perigos biológicos de uma raça impura, e faz isso por meio de medidas de controle, segregação, esterilização forçada, políticas de migração e outros. Neste ponto, a relação entre poder e saber é fundamental, pois a legitimação desta hierarquia racial se deu via discursos de diferentes instituições, como a medicina, a psiquiatria e a criminologia.

No percurso delineado pelo segundo capítulo, exploramos o conceito de biopolítica. No terceiro capítulo, voltaremos nossa atenção à análise da governamentalidade. Nosso foco recai sobre o curso *Segurança, Território e População*, que destaca o segundo deslocamento no pensamento de Foucault: a transição de uma história das tecnologias para uma história da governamentalidade, incluindo o Estado governamental e seus aparelhos. Foucault realiza sua análise do exterior em relação ao Estado, posicionando o estado moderno como uma tecnologia geral de poder que assegura seu funcionamento. A proposta é analisar o Estado a partir de sua governamentalidade, sendo necessário, antes disso, expor como ocorreu a governamentalização do estado. Inicialmente, examinaremos o modelo arcaico da pastoral cristã e sua relação com o processo de governamentalização do Estado. Em seguida, abordaremos a crise do pastorado, que não apenas envolve sua rejeição, mas também a busca por outras formas de direção espiritual e governo, ou seja, novas maneiras de conduzir e ser conduzido. No século XVII, Foucault observa a transição de uma arte de governar herdada da Idade Média, fundamentada em princípios tradicionais, para uma arte de governar com uma racionalidade de Estado específica, neste momento emerge a noção de 'governamentalidade' política.

No segundo momento do terceiro capítulo, caracterizaremos essa nova arte de governar, dotada de sua própria racionalidade e lógica intrínseca. Observaremos esse fenômeno se desdobrar no final do século XVI e ao longo do século XVII, coincidindo com o surgimento de uma nova episteme. Foucault descreve esse período como um quiasma fundamental, um cruzamento de paradigmas que abrange disciplinas tão diversas quanto a astronomia de Copérnico, a física de Galileu, a história natural de John Ray e a gramática de Port-Royal. Verificaremos que esse quiasma resulta em uma série de práticas discursivas e científicas que produzem diversos efeitos, incluindo a desgovernamentalização do cosmo. Isso significa a transição de um mundo fundamentado no antropocentrismo para um mundo que se desenvolverá de acordo com formas de inteligibilidade da matemática. Durante esse período, destacaremos que essa nova episteme levanta questões profundas sobre a natureza do governo e do poder, lançando as bases para a formação de uma nova razão governamental. Essa nova maneira de pensar, raciocinar e calcular o poder inaugura uma transformação significativa nas concepções sobre governança e poder.

No terceiro momento do terceiro capítulo, analisaremos a configuração do Estado moderno à luz da nova racionalidade governamental. Cinco elementos essenciais serão examinados na organização estatal emergente: a competição entre Estados, a balança europeia e os dispositivos diplomático, militar e de polícia. Além disso, serão abordados três instrumentos-chave que compõem o sistema de segurança do equilíbrio europeu: a guerra, o instrumento diplomático e o dispositivo militar. No contexto histórico, situado no final do século XVI e início do século XVII, assistiremos ao surgimento da concorrência entre os Estados, marcando uma mudança na percepção desse fenômeno. Foucault destacará que essa alteração não apenas reconhecerá a rivalidade entre Estados, mas também permitirá sua reflexão e a formulação de estratégias políticas e econômicas específicas. Nesse sentido, observaremos que esse período será crucial para a constituição de uma Europa com Estados delimitados e a garantia do equilíbrio de uma balança europeia. Em seguida, exploraremos a guerra como um instrumento político, deixando de ser apenas uma manifestação de poder e tornando-se uma extensão da política estatal. A diplomacia, por sua vez, tornou-se o meio principal para a resolução de conflitos entre os Estados, orientada pela lógica de manter um equilíbrio interno. O tratado de Vestefália será citado como um exemplo crucial que marcará uma mudança na forma como a diplomacia operará, agora orientada pela necessidade de manter o equilíbrio de poder. O dispositivo militar permanente e inteligente será identificado como fundamental para a manutenção do equilíbrio europeu, pois garantirá a competição entre os Estados. Esse mecanismo visará não apenas preservar a relação de forças, mas

também promover o desenvolvimento das forças internas de cada Estado sem rupturas. Ainda, focaremos nossa análise em dois mecanismos de segurança: o dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia. Veremos que estes desempenharam uma função fundamental na garantia da manutenção da relação de forças e no crescimento das forças internas sem rupturas. Além disso, observaremos que, em função da nova racionalidade de Estado, a polícia nos séculos XVII e XVIII desempenhará um papel mais abrangente na governança do Estado moderno, visando tanto o fortalecimento do Estado quanto o bem-estar da população.

No último momento do terceiro capítulo, destacaremos outro desdobramento dessa nova governamentalidade, que se inicia com o fenômeno do mercantilismo. Veremos que no século XVIII, com os economistas, a razão econômica se incorpora à razão de Estado, introduzindo novos dispositivos de saber e poder. Segundo Foucault (2008b, p.468), a razão de Estado anterior definiu uma nova arte de governar, afastando-se das questões da natureza para estabelecer princípios racionais e formas específicas de cálculo governamental. Já na razão de Estado permeada pela razão econômica, há uma ênfase em uma nova 'naturalidade' nas relações humanas, referindo-se à ordem das interações sociais e econômicas, como a autorregulação dos preços no mercado. Deste modo, compreenderemos que a população passa a ser vista como um conjunto de fenômenos naturais, e a razão estatal volta-se para o bem viver dos indivíduos, introduzindo mecanismos de poder para garantir a naturalidade dos processos econômicos articulados à população.

Essa temática será explorada com mais detalhes no curso “*O Nascimento da Biopolítica*”, onde Foucault investiga as técnicas e dispositivos utilizados na governamentalidade penetrada pela reflexão econômica. A questão do governo, acaba desembocando em questões éticas no curso Governo de Si e dos Outros, Foucault está agora interessado não apenas em como as estruturas externas de poder governam os indivíduos, mas também em como os próprios sujeitos participam ativamente no governo de suas próprias vidas. A partir de 1980, a ênfase de Foucault se desloca de maneira mais pronunciada da analítica do poder para uma reflexão ética do sujeito. Ele explora as práticas de si, as técnicas através das quais os indivíduos constroem e produzem suas identidades éticas.

Ao término do percurso percorrido ao longo dos três capítulos deste trabalho, vislumbra-se a oportunidade de fornecer contribuições para uma compreensão aprofundada da dinâmica do poder no pensamento de Michel Foucault. Inspirada pelo espírito foucaultiano, esta monografia se lançará na urgência de refletir sobre nossa atualidade, não se restringindo a uma mera exposição do pensamento foucaultiano, mas oferecendo bases sólidas para a compreensão da dinâmica do poder em Foucault, indicando sua relevância para a reflexão e

transformação da nossa realidade. O esforço empreendido ao longo dos capítulos não apenas desvendará as ferramentas conceituais e metodológicas presentes na “caixa de ferramentas” foucaultiana, como também indicará as ramificações dessas ferramentas na compreensão da sociedade contemporânea. A ênfase no método arqueogenealógico e nas noções de ontologia crítica, biopolítica e governamentalidade servirão como ferramentas fundamentais na compreensão da dinâmica do poder em Foucault e em sua aplicabilidade nas relações entre poder, saber e sujeito em curso na atualidade. Assim, esta monografia não apenas cumprirá seu papel de examinar e elucidar a dinâmica do poder no pensamento foucaultiano, mas, sobretudo, alinhar-se-á ao propósito mais amplo de inspirar uma reflexão crítica e a busca por uma transformação significativa na contemporaneidade.

CAPÍTULO 1: A CAIXA DE FERRAMENTAS DE FOUCAULT: ENTRE MÉTODOS E CONCEITOS

Meu papel — mas esse é um termo muito pomposo — é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam ser; que elas têm por verdadeiros, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que essa suposta evidência pode ser criticada e destruída
(FOUCAULT, 1994, p.778)

Este tópico inicial tem por objetivo central introduzir a metodologia foucaultiana, de modo a explicitar seus deslocamentos, bem como a complementaridade dos seus métodos. É preciso salientar, com base em Veiga Neto (2007, p.17), que entendemos “método” num sentido menos rigoroso da maneira pela qual foi atribuído no pensamento moderno, principalmente a partir de Ramus e Descartes. Deste modo, compreende-se por “método” uma certa forma de interrogação e um conjunto de estratégias analíticas de descrição. Nesta perspectiva, a arqueologia, a genealogia, e as tecnologias do eu funcionam como ferramentas que permitem traçar uma ontologia do presente. Isto é, uma crítica permanente de nosso ser histórico, para compreendermos aquilo que somos e o que deixamos de ser. Posto isto, cabe pontuar que neste tópico nos centraremos nos métodos arqueológico e genealógico, visto que na introdução deste trabalho já discorreremos sobre as três fases do pensamento de Michel Foucault. Trata-se, agora, de evidenciar as especificidades dos métodos arqueológico e genealógico, bem como a relação de complementaridade entre os mesmos. No entanto, antes

de adentrarmos propriamente aos métodos, é importante traçar algumas considerações acerca da noção de ontologia crítica do presente. Trata-se de um conceito fundamental, por caracterizar a natureza do trabalho filosófico de Foucault. Como apontado pelo mesmo em uma entrevista em 1967:

É bem possível dizer que o que faço tem algo a ver com a filosofia, principalmente na medida em que, ao menos desde Nietzsche, a filosofia tem a tarefa de diagnosticar, e não mais busca dizer uma verdade que tenha valor para todos e para todos os tempos. Eu procuro diagnosticar, fazer um diagnóstico do presente: dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer aquilo que dizemos. Esse trabalho de escavação sob nossos pés caracteriza o pensamento contemporâneo desde Nietzsche, e, nesse sentido, eu poderia me declarar filósofo. (FOUCAULT, 2014, p.34.)

Deste modo, Foucault rompe com uma tradição filosófica dogmática, símbolo de uma razão universal, pois é “a atualidade que interessa Foucault, o mesmo que Nietzsche chamava de o inatual ou o intempestivo, isto que é *in actu*, a filosofia como ato do pensamento”. (Deleuze, 1992, o.124). Posteriormente, nos últimos anos de sua vida, a noção de ontologia crítica do presente, mais do que nunca, recebe um lugar privilegiado no seu projeto filosófico. Desta vez, tal conceito é resgatado de Immanuel Kant (1724–1804), a partir de uma leitura precisa do texto “*Was ist Aufklärung?*” (O que é o Esclarecimento?). Neste ensaio, publicado em 1784, o filósofo alemão tem em vista delimitar no que consiste o movimento iluminista e quais os seus impactos. A partir deste texto, Foucault observa a presença de um *ethos filosófico* que se torna o pilar da sua filosofia. Trata-se da ontologia crítica de nós mesmos, que propõe uma análise minuciosa da história, de modo a compreender os acontecimentos que nos constituíram enquanto sujeitos históricos do presente. A partir disso, torna-se possível conhecer tanto os limites que nos são colocados, quanto as maneiras pelas quais se podem ultrapassá-los, isto é, o desenvolvimento de novos modos de (re)existência e de transformação. Em uma entrevista a Paul Rabinow em 1984, Foucault resume esta questão:

Essa atitude filosófica deve se traduzir em um trabalho de pesquisas diversas: estas têm sua coerência metodológica no estudo tanto arqueológico quanto genealógico de práticas enfocadas simultaneamente como tipo tecnológico de racionalidade e jogos estratégicos de liberdades; elas têm sua coerência teórica na definição das formas historicamente singulares nas quais têm sido problematizadas as generalidades de nossa relação com as coisas, com os outros e conosco. Elas têm sua coerência

prática no cuidado dedicado em colocar a reflexão histórico-crítica à prova das práticas concretas. (FOUCAULT, 2000a, p.341.)

Deste modo, Foucault (2000a, p.341) encontra em Kant, um *êthos* filosófico que propõe uma articulação precisa entre reflexão crítica e reflexão sobre a história. A ontologia crítica do presente, firmada nos três eixos foucaultianos (saber, poder e ético), visa responder a: “como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações.” (Foucault, 2000a,p.350). Além disso, ela possui um aspecto tecnológico, que permite a análise das formas de racionalidade que nos organizam e nos sujeitam, e um aspecto estratégico, que abre margem para a liberdade, que permite traçar linhas de fuga frente às formas de poder que nos sujeitam e nos oprimem. Em resumo, a filosofia de Foucault funciona como uma “caixa de ferramentas” (Deleuze, 2005), isto é, um arcabouço conceitual e metodológico que, enquanto instrumentos de combate, nos permitem pensar a nossa realidade, e mais que isso, promove uma transformação da mesma e de si mesmo. Com base no exposto, cabe ressaltar novamente que a arqueologia e a genealogia, apesar de apresentarem diferenciações, se encontram numa relação intrínseca. Trata-se de uma arqueogenealogia do saber-poder, que tem por objetivo uma análise minuciosa das formas de poder, com o intuito de traçar um diagrama dos jogos de verdade, das práticas de objetivação e subjetivação³.

Como já colocado, o objetivo central deste tópico é explorar esta última questão. Trata-se de definir as especificidades dos métodos, bem como se dá a articulação entre os mesmos. Deste modo, será evidenciado a presença de uma arqueogenealogia no pensamento de Foucault. Neste último ponto, tomaremos como base a leitura de Deleuze (2005), Cascais (1993), Gregolin (2016) e Veiga Neto (2009), os quais ressaltam não haver uma ruptura entre os métodos, mas sim, uma relação de complementaridade. No entanto, antes de adentrarmos aos métodos, cabe traçar breves ponderações acerca da compreensão foucaultiana da dinâmica

³Cumprer salientar que o emprego dos conceitos de objetivação e subjetivação por Foucault não segue uma única direção semântica. Em sua obra, esses termos às vezes parecem designar fenômenos semelhantes, em outras ocasiões abordam diferentes aspectos de um mesmo fenômeno e, por vezes, ainda, referem-se a fenômenos distintos. Neste trabalho, destacamos a diferenciação entre os processos de objetivação e subjetivação na constituição do indivíduo. Os mecanismos de objetivação referem-se à transformação do homem em objeto, caracterizando-se como processos disciplinares que buscam produzir indivíduos politicamente dóceis e economicamente úteis. Por outro lado, os processos de subjetivação referem-se às dinâmicas sociais que constroem o homem como sujeito, vinculado a uma identidade atribuída. Nesse contexto, a análise foucaultiana não inicia com o sujeito, mas explora os processos de objetivação e subjetivação que precedem sua constituição. Ao realizar a genealogia desses processos, Foucault explicita a identidade do indivíduo moderno como um “objeto dócil-e-útil” e um “sujeito”.

do poder. Primeiro, é preciso ter em mente que Foucault rompe com a concepção clássica de entendimento e análise do poder, que toma este como uma unidade de uma instituição centralizada e fundamentalmente repressora. Em contrapartida, o filósofo francês afirma que o poder não pode ser localizado e analisado apenas a partir de uma instituição específica ou do Estado. Mas ao contrário, para ele o poder só pode ser compreendido enquanto relações de forças, que, por sua vez, se encontram distribuídas por todos os espaços da vida social. Em suas palavras:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação [...]. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1979, p.351).

Nesse sentido, Foucault entende que o poder opera por meio de diversos ângulos periféricos e se manifesta nos próprios indivíduos. Portanto, não há um único poder centralizado, mas mecanismos e dispositivos múltiplos, difusos e silenciosos espalhados por todo o campo social. A expressão “microfísica do poder”, que remete a uma coletânea de escritos da década de 1970, sintetiza de maneira precisa o modo pelo qual Foucault compreende a dinâmica do poder. Por um lado, o poder possui uma dimensão molecular, ao ser entendido enquanto micro-relações de forças, por outro lado, ele possui uma dimensão física, ao atuar diretamente nos corpos dos indivíduos, de modo a controlá-los, vigiá-los, puni-los e docilizá-los. A partir disso, Foucault concebe o poder não apenas como repressivo, negativo e destruidor, mas também, como disciplinar, positivo, produtivo e normalizador.

A partir das considerações iniciais acerca da concepção foucaultiana do poder, observamos haver um afastamento da identificação tradicional entre poder e Estado, com o intuito de enfatizar a rede de poderes moleculares espalhada por todo o campo social. Junto disso, vimos que Foucault recusa o papel negativo tradicionalmente atribuído ao poder, que se exerceria a partir de uma instância central fundamentalmente repressora. Ao invés disso, aponta para uma faceta positiva do poder, na medida em que é uma instância produtora de efeitos, que produz: discursos, saberes, normas e sobretudo subjetividades. Portanto, saber e poder estão intrinsecamente conectados, numa relação circular de dinâmica de retroalimentação constante. Nota-se que se trata de uma relação cíclica, por um lado o poder produzindo saber por meio de discursos e dispositivos estratégicos. E por outro, o saber

devolvendo legitimidade ao poder, garantindo, por exemplo, a dominação do indivíduo nas sociedades modernas. Deste modo, a questão não gira em torno da verdade ou falsidade intrínseca de determinado saber, mas antes, nos processos históricos necessários para que determinado saber venha a ser institucionalizado, reconhecido e legitimado enquanto saber, verdadeiro ou não. Neste sentido, tendo em vista que o conhecimento e a verdade são construções históricas, é preciso confrontá-las com suas condições históricas de constituição e legitimação. Como bem pontua o filósofo francês:

De fato, trata-se de figuras que têm sua consistência própria, suas leis de formação e sua disposição autônoma. Analisar as formações discursivas, as positivities e o saber que lhes correspondem não é atribuir-lhes formas de cientificidade, é percorrer um campo de determinação histórica que deve dar conta, em seu aparecimento, persistência, transformação e, eventualmente, em seu apagamento, de discursos dos quais alguns são ainda hoje reconhecidos como científicos, outros perderam este estatuto, alguns jamais o adquiriram, enquanto outros jamais pretenderam adquiri-lo. Em uma só palavra, o saber não é a ciência no deslocamento sucessivo de suas estruturas internas, é o campo de sua história efetiva. (FOUCAULT, 2008a).

Deste modo, o saber não deve ser entendido como algo neutro ou objetivo, mas sim, enquanto uma construção social produzida por relações de poder. Portanto, até mesmo aqueles saberes que pareciam irrefutáveis, como as verdades da ciência, não devem mais ser analisados superficialmente. É preciso compreender certa verticalidade histórica dos acontecimentos, de modo a estabelecer como se deu a constituição e a legitimação dos saberes. Neste ponto, Foucault introduz a noção de discurso, que grosso modo se refere a “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamentos comum. Possui, portanto, “[...] uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.” (Revel, J, 2005, p.37). Em resumo, o discurso é entendido enquanto uma prática que se encontra em constante formação e transformação, marcada pela descontinuidade em meio ao conteúdo histórico que o sustenta. Além disso, nota-se que as práticas discursivas estão em contínuo conflito, visto que, integram as malhas do poder e estão envoltas em uma relação de saber e poder. E, é justamente esta relação entre saber e poder que promove o impulso filosófico de Foucault para analisar os modos de subjetivação do sujeito na cultura ocidental. Desde a década de 1960 até os últimos anos de sua vida, Foucault se dedicou a analisar as relações entre saberes

e poderes, e o modo pelo qual estas estão imbricadas na produção histórica das subjetividades. Nesse sentido, seu percurso filosófico se desdobrou em três modos de produção histórica das subjetividades (arqueologia do saber, genealogia do poder e ética).

Com base nisto, observa-se que Foucault propõe pensar a história numa perspectiva crítica, admitindo suas rupturas, transformações e descontinuidades. E, por esse ponto de vista, o filósofo introduz os métodos arqueológico e genealógico, os quais, enquanto ferramentas, permitem compreender as articulações que os discursos estabelecem com os poderes na produção de verdades historicamente delimitadas (Gregolin, 2016, p.9). Esses métodos visam examinar detalhadamente os discursos e as práticas discursivas e sua relação com os eventos históricos e com as estruturas de poder que buscam normalizar a sociedade. No fundo, o objetivo de Foucault, ao analisar os discursos e as práticas discursivas, é entender “[...] o que se passa, o que somos e fazemos hoje [...]” (Deleuze, 1992, p.142). Trata-se de traçar um diagnóstico do presente, que permite dizer aquilo que somos, e mais que isso, promove a transformação daquilo que somos. Por esse ângulo, entende-se a filosofia de Foucault como uma caixa de ferramentas preciosas para “diagnosticar e compreender a racionalidade de práticas sociais do saber e do poder que produziram o que somos nós, no nosso presente” (Gregolin, 2016, p.10). Portanto, acreditamos que apesar das especificidades, a arqueologia e a genealogia se constituem como dois conjuntos complementares de análise dos discursos e práticas discursivas. Como bem pontua Gregolin (2016, p.10):

Pensando nessa organicidade dos temas e reflexões, podemos, então, compreendê-lo em termos de uma arqueogenealogia, sendo o primeiro momento aquele em que, procurando estabelecer a constituição dos saberes em articulação com as práticas sociais, busca responder à questão: **como** os saberes aparecem e se transformam? A genealogia complementa o exercício arqueológico, sendo então um momento em que Foucault busca o **porquê** dos saberes, entendendo-os como elementos de um dispositivo cuja natureza é estratégica. Assim, se a arqueologia tem como objetivo descrever as regras que regem as práticas discursivas que produzem sujeitos por meio dos saberes, a genealogia do poder propõe diagnosticar e compreender a racionalidade das práticas sociais que nos subjetivaram pelos seus efeitos e nos objetivaram pelas suas tecnologias [...]

1.2 — Questões de Método: Arqueologia

Com base no exposto até o momento, possuímos elementos suficientes para avançar num aprofundamento dos métodos propostos por Foucault. Nessa direção, evidenciaremos as particularidades dos métodos arqueológico e genealógico, bem como a complementaridade destas perspectivas. Como já apontado na introdução, compreendemos que o pensamento de Foucault, por uma questão didática, pode ser dividido em três grandes eixos ou domínios: do ser-saber; do ser poder; e do ser-consigo. Nesse sentido, concordamos com Morey (1991) em relação ao fato da ontologia do presente ser um conceito central na arquitetura do projeto filosófico foucaultiano, de tal modo que a sistematização de suas obras pode ser feita a partir desta noção. Desta maneira, entendemos que a produção intelectual de Foucault teve como pano de fundo a questão do sujeito, portanto, seus três grandes eixos possuem em comum a ontologia histórica do sujeito, e se diferenciam pela maneira que Foucault compreende a constituição dessa ontologia. Por essa perspectiva, Veiga Neto (2007, p.40) aponta que a sistematização é dada da seguinte maneira:

[...] pelo saber (ser-saber), pela ação de uns sobre os outros (ser-poder) e pela ação de cada um consigo próprio (ser-consigo). Ou, se quisermos, como nos constituímos como sujeitos de conhecimento, como sujeitos de ação sobre os outros e como sujeitos de ação moral sobre nós mesmos

Posto isto, ressaltamos que o presente trabalho se encontra enquadrado nos dois primeiros domínios, visto que, foram nestes que Foucault desenvolveu e aplicou, respectivamente, a arqueologia e a genealogia. Primeiro, o domínio arqueológico do pensamento foucaultiano é inaugurado na década de 1960, sendo marcado pelas obras *História da loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966), finalizando com *A Arqueologia do Saber* (1969), na qual o filósofo sintetiza seu método de pesquisa. Neste primeiro momento, referente ao domínio do ser-saber, o filósofo francês se dedicou à análise de discursos que sustentam e/ou engendram determinadas práticas. Entendendo por práticas, uma “existência objetiva e material de certas regras que o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o discurso” (Lecourt, 1980, apud.Veiga Neto, 2007, p.45). Em resumo, a arqueologia é entendida como um método de pesquisa e análise

dos discursos enquanto monumentos, com o intuito de compreender a verticalidade histórica dos acontecimentos. A questão que move esse eixo, é entender como e porque os saberes aparecem e se transformam.

Portanto, os discursos, inclusive aqueles dados como indubitavelmente verdadeiros, são, na verdade, constituídos por suas condições históricas. Essa perspectiva, propõe uma análise da história vista de baixo para cima, que visa romper com as grandes narrativas oficiais dos grupos dominantes. E, em contrapartida, visa dar ênfase aos saberes locais, deslegitimados e usualmente colocados como insignificantes. Nessa direção, Veiga Neto (2007, pp.49-50) observa uma diferenciação entre a arqueologia e a epistemologia, o que não significa uma oposição, mas perspectivas diferentes de análise. Por um lado, a epistemologia propõe uma reflexão *por dentro* do conhecimento científico, por outro, a arqueologia busca uma análise *de fora*, de modo a evidenciar as práticas que sustentam e legitimam determinado conhecimento científico. De modo a deixar claro essa diferenciação, segue-se a metáfora do *iceberg* desenvolvida por Esther Días (1995, p.24 apud.Veiga Neto, 2007, p.50):

[...] a arqueologia não se ocupa diretamente com a interioridade do objetivado. Isso seria olhar por dentro da parte visível do iceberg; ainda que interessante ou importante, esse não é o caso para o arqueólogo. A leitura arqueológica não entra no objeto — como faria a epistemologia --, mas procura olhá-lo de fora e talvez principalmente de baixo para cima. Assim, para tratar de um objetivado, a arqueologia faz do seu objeto as práticas que estão por fora e que principalmente sustentam o objetivado. Seu objeto está submerso, sustentando o visível do iceberg. Para essa filósofa, ‘fazer arqueologia é tentar descobrir, abaixo das águas, as práticas que sustentam o objetivado

Com base no exposto, entende-se que a arqueologia tem em vista fazer uma história totalmente diferente daquela usual, trata-se de estabelecer as constituições históricas de possibilidade de um saber a partir dos discursos ou redes discursivas criadas por instituições, ou campos do conhecimento. Nesse sentido, a verdade é tomada como uma construção histórica que deve ser examinada a partir de suas regras internas de formação. Assim, o arqueólogo tem em vista escavar as condições históricas de constituição de determinado saber, de modo a evidenciar a rede discursiva que fundamenta e legitima esse saber. Em outras palavras, a arqueologia deve questionar ‘*como*’ determinados saberes são institucionalizados e legitimados a partir de relações de poder. Nessa direção, entende-se que há uma relação circular entre saber e poder, que apresenta uma dinâmica de retroalimentação.

Por um lado, o poder produz saber, isto é, por meio de discursos e práticas, produz o que é considerado verdadeiro e legítimo. De outro lado, esse saber é utilizado como uma ferramenta estratégica de exercício e legitimação do poder. A partir dessa relação de retroalimentação, cria-se um ciclo⁴ contínuo no qual estes dois polos se reforçam mutuamente⁵. É importante observar, que com isso Foucault rompe com o aspecto estritamente negativo tradicionalmente atribuído ao poder. E aponta para uma faceta positiva, no sentido de que este é uma instância produtora de efeitos, normas, discursos e subjetividades. Nessa direção, escreve Foucault (1995, p.8):

Se poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Posto isto, é importante ter em mente as obras que antecedem a *Arqueologia do Saber* (1969), em especial: 1- *História da Loucura* (1961), na qual se faz uma análise dos efeitos de poder da instituição dos saberes psiquiátricos que transformaram a experiência individual e coletiva da loucura, em suma, ele examina a maneira pela qual o discurso médico e o discurso moral se entrelaçaram para estabelecer o que é normal e anormal; 2- *Nascimento da Clínica* (1963), na qual Foucault examina a constituição da medicina moderna e da emergência da clínica enquanto um espaço de luta entre saber e poder, em que as normas são estabelecidas, permitindo a categorização e patologização dos indivíduos; 3- *As Palavras e as Coisas* (1966), obra na qual Foucault realiza uma arqueologia das ciências humanas, de modo a demonstrar a construção da origem do discurso como objeto, trata-se de evidenciar os fundamentos epistemológicos das ciências humanas, entendendo o conhecimento como um produto das relações de poder que variam conforme os períodos específicos. Todas as obras listadas

⁴Como exemplo, podemos pensar na obra *História da Loucura* (1961), em que Michel Foucault analisa como o discurso médico e o discurso moral se fundiram para definir o que é considerado normal e anormal. Essa fusão resulta na criação de um discurso de normalidade, o qual, por sua vez, legitima o uso da força e da violência como meio de exercer o poder e excluir certos indivíduos

⁵ Conforme Deleuze (1988, p.82): Resumindo o pragmatismo de Foucault, François Châtelet diz muito bem: “o poder como exercício, o saber como regulamento”. O Estudo das relações estratificadas de saber chegava a seu ápice na *Arqueologia*. O das relações estratégicas de poder começa em *Vigiar e Punir* e culmina, paradoxalmente, em *A Vontade de Saber*. É que a diferença de natureza entre poder e saber não impede que haja pressuposição e captura recíprocas, imanência mútua. As ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes mais ou menos capazes de atravessar um limiar epistemológico ou de formar um conhecimento

acima, referentes à fase arqueológica do pensamento de Foucault, evidenciam algo em comum, são as relações de poder presentes em todos os âmbitos e esferas que estruturam e legitimam o conhecimento.

Nessa direção, cabe pontuar, que antes mesmo da instituição oficial de uma fase genealógica, o método já se encontrava presente nas pesquisas anteriores. Por um lado, a arqueologia, por meio de uma análise das discontinuidades históricas, tem em vista responder como se deu a emergência de determinado discurso ou rede discursiva, e como se articulam com a estrutura social, institucional, econômica e política. Por outro lado, a genealogia interroga o porquê da instituição de determinados discursos e práticas discursivas em certos momentos históricos, entendendo estes como elementos estratégicos das relações de poder. Em resumo, trata-se de tarefas complementares e inseparáveis que buscam identificar os conflitos entre as relações de poder e a constituição dos saberes. Portanto, na metodologia foucaultiana, entende-se que estes dois conjuntos não diferem principalmente em termos de objeto ou campo de estudo, mas sim em relação ao ponto de ataque, à perspectiva e à delimitação. Diferente da arqueologia, em que o foco incidia sobre as formas de saber e de discurso, na genealogia, o objeto central da genealogia são as micro-relações de poder presentes em todos os âmbitos da vida social. Deste modo, o genealogista visa compreender como o poder é exercido nas práticas sociais e como os discursos e práticas discursivas são utilizados enquanto elementos estratégicos de sustentação das relações de poder. A partir disso, a genealogia foucaultiana colocará os saberes desasujeitados em posição de luta.

1.3 — Questões de método: Genealogia

A genealogia, como já mencionamos, é o método próprio do domínio ser-poder, no qual Foucault tem em vista analisar como nos constituímos enquanto sujeitos de ação sobre os outros. Nas palavras de Veiga Neto (2007, p.55), o filósofo francês, neste período: “procurou dar ênfase na busca do entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de objetivação que se dá no interior de redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam”. Este segundo domínio do pensamento foucaultiano, cronologicamente, corresponde às obras: *Vigiar e Punir* (1975), em que se é analisado a história das práticas punitivas na Europa, de modo a traçar um paralelo com a sociedade moderna, caracterizada por uma relação de vigilância e punição constante; e *Ordem do Discurso* (1970), em que Foucault analisa a natureza do discurso e como este é utilizado como elemento estratégico de sustentação das relações de poder na sociedade, e

também, como este pode ser utilizado como ferramenta de resistência às formas de poder que nos oprimem e nos sujeitam. Em resumo, neste momento, Foucault está preocupado em analisar o poder enquanto elemento capaz de explicar, tanto como se produzem os saberes, quanto como nos constituímos enquanto sujeitos na articulação desta relação entre saber e poder. A genealogia foucaultiana, portanto, se encontra imbricada na ontologia histórica de nós mesmos, e a partir de uma análise minuciosa das relações de saber-poder, tem em vista evidenciar aquilo que somos, não para aceitar, mas ao contrário, para recusar.

Assumido leitor de Nietzsche, Foucault resgata e transforma o conceito de genealogia a partir do pensamento nietzschiano. De fato, já na arqueologia notava-se a influência de Nietzsche, em relação à maneira particular de se fazer história. Ambos filósofos rejeitam uma história linear, objetiva, universal e progressiva. E afirmam que esta é uma construção contingente e parcial, que reflete as relações de saber e poder da sociedade. Nessa mesma perspectiva, Nietzsche desenvolveu o conceito de genealogia, enquanto um método crítico de análise histórica, de modo a evidenciar as múltiplas interpretações e narrativas existentes no mundo. Na leitura de Foucault, a genealogia nietzschiana rompe com a concepção metafísica da busca de uma origem, e ao contrário, propõe analisar as descontinuidades históricas. Em outras palavras, há uma recusa da noção de ‘alta origem’, denunciando o exagero metafísico em acreditar que todas as coisas começaram a partir de uma essência perfeita, brilhante e divina. Ao contrário, a genealogia nos ensina que as coisas não têm origem, mas são inventadas, seu começo é histórico e baixo, no sentido de ser irônico e desmascarador. O genealogista, portanto, não está interessado em encontrar uma verdade essencial por trás e na origem dos fenômenos, mas sim em reconstruir os processos históricos cheios de complexidade, contradições e ironias, para entender como as coisas emergem e se transformam. Trata-se de compreender as múltiplas e complexas proveniências dos fenômenos, revelando que as coisas não possuem uma origem única e fixa, mas sim são produtos de uma rede histórica complexa e abrangente. Nas palavras de Foucault (1979, p.13):

A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfatuações. ‘Procura-se despertar o sentimento de soberania do homem mostrando seu nascimento divino: isto agora se tornou um caminho proibido; pois no seu limiar está o macaco’. O homem começou pela careta daquilo em que ele ia se tornar;

Zaratustra mesmo terá seu macaco que saltará atrás dele e tirará o pano de sua vestimenta.

Deste modo, a abordagem genealógica evita a noção de *Ursprung*, e sua simplificação de atribuir uma única fonte de origem, e ao contrário reconhece e explora as complexidades, contradições e heterogeneidades da história. Sob o viés histórico, ela nos mostra que as coisas não têm sua origem em uma essência pura e exata das coisas. Em vez disso, a genealogia mergulha nas nuances da história, observando os eventos, abalos, vitórias vacilantes e derrotas mal resolvidas (Foucault, 1979. p.14). Além disso, a abordagem genealógica representa uma ruptura fundamental com a concepção tradicional de busca pela origem como fonte de verdade. Foucault observa que origem é muitas vezes considerada o local privilegiado onde se encontra a verdade, mas essa busca pela verdade é falha. A genealogia evidencia que a verdade é sempre inventada, sujeita a disputas que a produzem. Portanto, trata-se de uma abordagem que exige paciência, minúcia e atenção ao investigar cuidadosamente a realidade histórica, em oposição às narrativas simplistas. Trata-se de desvendar as múltiplas camadas de significados e influências que contribuem para a construção histórica da verdade. Nessa direção, Foucault (1979. p.14) destaca que o genealogista deve conjurar a quimera da origem. Isso implica em recusar os três postulados da origem que tradicionalmente moldaram o pensamento: a ideia de uma origem única e imutável; a idealização da origem enquanto um estado de perfeição inicial; e a crença da origem enquanto fonte de uma verdade inquestionável. Ao recusar estes postulados, a genealogia promove uma recusa da noção de origem enquanto *Ursprung*, e promove uma análise detalhada e crítica da história, permitindo que os conceitos, valores, verdades se revelem em sua complexidade, na “maldade” e no “acaso” de seus começos. Em suas palavras:

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua "origem", negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *basfond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das

hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem. (FOUCAULT, 1979, p.12)

Nessa direção, Foucault (1979, pp.13–14) observa que a genealogia nietzschiana recusa, ao menos em certas ocasiões, a origem enquanto *Ursprung*. Este último remonta à ‘origem’ num sentido mais fundamental e geral. Relacionando a um ponto de partida primordial, a raiz mais profunda da qual algo emerge e se desenvolve. Deste modo, não se concentra nos eventos que levaram à manifestação de algo, ou as influências passadas, mas sim, no ponto zero, no começo absoluto. Nesse sentido, Foucault pontua que os conceitos de *Herkunft* (proveniência) e *Entstehung* (emergência), definem melhor o objeto próprio da genealogia. Embora os três termos alemães sejam frequentemente traduzidos de maneira semelhante como “origem”, é preciso compreender suas especificidades e articulações a depender do contexto em que são empregados. Por essa linha de raciocínio, Foucault identifica que a genealogia associada à noção *Herkunft* abrange quatro significados de origem. O primeiro aponta que a procedência está relacionada à ideia de um tronco (*souche*), que remotamente representa uma origem comum. A genealogia ligada a *Herkunft*, visa identificar uma raiz comum. Não no sentido de uma busca por uma continuidade linear, mas sim de evidenciar as influências dispersas e complexas que contribuíram para a formação de determinada ideia, conceito, valor, sujeito, comportamento, etc. Foucault destaca que não se trata simplesmente de identificar as características gerais que associam indivíduos, ideias ou sentimentos a grupos específicos (por exemplo: dizer que algo é grego ou inglês). Em vez disso, a genealogia, articulada a proveniência, tem em vista descobrir as marcas sutis e singulares que estão presentes em cada indivíduo ou conceito. Isso permite que o genealogista desassocie o “Eu” das noções simplistas de identidade, revelando uma miríade de eventos e influências que produzem a história e muitas vezes passam despercebidos. Nas palavras de Foucault: (1979, p.14):

[...] Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo – dos começos inumeráveis que deixam esta suspeita de cor, esta marca quase apagada que não saberia enganar um olho, por pouco histórico que seja; a análise da proveniência

permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos

Em um segundo sentido, a proveniência está relacionada a sua lógica dispersiva em relação ao acontecimento, garantindo seu caráter crítico. A genealogia pautada na proveniência funciona como uma ferramenta crítica que enfatiza os acidentes, inversões, erros, e falhas que deram origem ao que conhecemos e somos. Essa abordagem crítica, se afasta das dicotomias de valores típicas do dogmatismo. E revela que a história é marcada por contingências e por uma rede intrincada de influências, em vez de uma progressão linear ou uma origem venerável. Trata-se de “descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. Eis porque, sem dúvida, toda origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável – e a *Herkunft* nunca é – é crítica” (Foucault, 1979, p.14). Já o terceiro sentido, revela que *Herkunft* está diretamente relacionado ao termo *Erbschaft* (herança). Este último não deve ser interpretado de maneira simplista, como uma aquisição ou um bem acumulado e solidificado ao longo do tempo. Mas sim, como um complexo conjunto de elementos que inclui falhas, fissuras e camadas heterogêneas. Neste ponto, Foucault (1979, p.15) destaca que a proveniência não tem em vista fundamentar ou consolidar a herança, mas sim perturbar o que era considerado estável, fragmentar o que se pensava ser coeso e mostrar a heterogeneidade do que era imaginado como conformidade consigo mesmo. Por essa perspectiva, a genealogia ligada a proveniência desafia as convicções arraigadas e questiona o conhecimento estabelecido. A *Herkunft* revela que por trás da objetividade, seja do cientista, escritor ou advogado, há uma herança que influencia o conhecimento e a maneira pela qual os indivíduos percebem e interagem com o mundo.

Nesses três primeiros sentidos, embora sejam distintos entre si, compartilham a ênfase operacional dada por Foucault. A genealogia age como uma investigação que visa identificar uma raiz comum com o propósito de destacar uma descontinuidade nessa raiz, resultando em uma forma de singularização na narrativa histórica da moral. Diferentemente, o quarto sentido da genealogia como *Herkunft* não está focada no aspecto operacional, mas sim nos efeitos de uma origem. Foucault explora como a proveniência pode ser revelada nos corpos e processos fisiológicos. Trata-se de investigar como a história, os valores, as crenças e influências culturais se inscrevem nos corpos individuais. Por essa perspectiva, o corpo é muito mais que apenas uma entidade física. Este é compreendido como um indicador, uma marca ou estigma dos acontecimentos que contribuíram para a formação de determinado elemento. Esse sentido

de *Herkunft* também se liga a noção de herança, que não se restringe a apenas as características genéticas, mas a todo conjunto de ações e escolhas passadas que afetam o corpo e sua saúde. A relação entre corpo e a herança também está ligada à formação de características psicológicas e comportamentais. Em suma, o corpo individual é um recipiente de acontecimentos passados, em que estes deixam uma marca duradoura, nas palavras de Foucault (1979, p.15): é uma superfície de inscrição dos acontecimentos. Por essa linha de raciocínio, a genealogia pautada na proveniência, visa identificar as marcas da história no corpo, e as influências destas na mesmo. Conclui Foucault (1979, p.15) este ponto: “A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.”

Como apontado, além de *Herkunft* (proveniência), o conceito de *entstehung* (emergência), também circunscreve de maneira precisa o objeto próprio da genealogia. Enquanto o primeiro é caracterizado pelos efeitos da origem, o segundo é visto como a própria cena de batalha na qual os efeitos são forjados. Escreve Foucault (1979, p.16) “Enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento”. Assim como a proveniência, a noção de emergência também é apresentada sob diferentes aspectos. O primeiro, enfatiza que *entstehung* ocorre em um contexto específico de forças em interação. A emergência não é uma ocorrência isolada, mas envolve uma rede complexa de relações de poder, onde diferentes forças entram em jogo e competem entre si. O segundo aspecto, compreende que a emergência enquanto estado de forças implica numa luta incessante e sem termo. Em terceiro lugar, *entstehung* é a entrada em cena das forças, onde ocorre o confronto e a interação entre elas. Foucault desdobra esse último aspecto em três pontos: a emergência é vista como um teatro sem lugar, isso significa não haver um campo delimitado, mas sim um espaço aberto onde as forças se encontram, se confrontam e se relacionam; *entsegung* também envolve a reposição contínua da dominação, ou seja, esta última é repetidamente reafirma e instituída; por fim, essa repetição da dominação é concretizado pela apropriação de regras, que funcionam como instrumentos de controle e regulação das relações de poder no campo de interação das forças. Escreve Foucault com base em Nietzsche (1979. p.16):

Em certo sentido, a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. Homens

dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica.

Com base no exposto até o momento, a abordagem genealógica de Foucault pode ser sintetizada a partir de três pontos centrais. Primeiro, o genealogista estabelece um ponto de partida ao suspender completamente a busca por uma “origem”, adotando uma estratégia oposta à investigação de uma origem única. A genealogia, portanto, representa a escolha deliberada de um começo ao qual a noção de origem é negada, criando, assim, a oportunidade para explorar as noções de procedência e emergência. Segundo, o corpo é concebido como uma inscrição ou marca dos eventos; ele atua como um espaço intermediário, uma área em que emerge aquilo pelo qual se travam lutas. E terceiro, o campo de forças estabelecido é o espaço onde ocorrem confrontos, influenciado por um teatro de procedimentos e pela promoção de regras. Neste ponto, a genealogia envolve a análise detalhada dos discursos que deram origem a tais regras e o fortalecimento dessas regras. Em suma, a abordagem genealógica de Foucault se caracteriza por sua recusa em buscar uma única origem, seu enfoque no corpo como local de inscrição dos acontecimentos e na análise dos discursos que produzem as regras e procedimentos que regem o campo de forças. Deste modo, Foucault encontra na genealogia nietzscheana as bases metodológicas para sua abordagem filosófica. Neste ponto, Foucault mergulhou nas indicações fornecidas por Nietzsche, especialmente no que diz respeito aos conceitos de *Ursprung*, *Herkunft* e *Entstehung*. Mas sem a pretensão de reproduzir a genealogia nietzschiana. Como de práxis, o filósofo da caixa de ferramentas reinventa e instrumentaliza a genealogia. E toma esta última como uma ferramenta de análise das relações de saber-poder e dos dispositivos estratégicos que fazem a manutenção dessas relações.

Essa instrumentalização é observada nos cursos ministrados no *College de France*, no qual o triplo enfoque, citado anteriormente, é aplicado na análise dos discursos e práticas discursivas ao longo da história. Primeiro, Foucault compartilha da perspectiva nietzschiana de negar a busca por uma origem única e fixa, preferindo identificar um começo estratégico, que serve como ponto de partida para analisar as relações de procedência e emergência dos discursos e práticas. No curso *Em defesa da Sociedade* esse aspecto é explorado na análise do deslocamento do discurso histórico político da guerra ao longo da história, que veremos adiante. O segundo enfoque, que afirma que o corpo é uma marca ou estigma dos

acontecimentos históricos, é aplicado em muitos trabalhos de Foucault. Sobretudo, naqueles em que se tem uma análise das práticas, disciplinas e normativas que produzem os corpos e subjetividades dos indivíduos. Por fim, a ideia de um teatro de procedimentos onde as regras de poder são forjadas e empoderadas. Este aspecto é aplicado por Foucault ao analisar as práticas discursivas e institucionais produzidas pelas relações de poder. Em suma, Foucault possui abordagem única em relação à interpretação de outros pensadores. Ele defende que a verdadeira compreensão e reconhecimento destes não está simplesmente na reprodução de suas ideias de maneira estática, mas sim no envolvimento ativo e até mesmo subversivo do pensamento. Assim nos diz Foucault (2003, p.274) em uma entrevista:

“As pessoas que eu gosto, eu as utilizo. A única marca de reconhecimento que se pode testemunhar a um pensamento como o de Nietzsche é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Agora, que os comentadores digam se somos ou não fiéis, isso não tem nenhum interesse”

Conforme as considerações de Alexandre de Carvalho Filordi (2012, p.221-249) é a partir desta concepção genealógica nietzschiana que Foucault estabelece as bases metodológicas de sua abordagem filosófica: filosofia por meio da história e fazer história por meio da filosofia. Para tanto, o filósofo francês refina, calibra e direciona a genealogia para uma analítica histórica das condições que produziram nossa formação enquanto sujeito. Por essa perspectiva, Foucault introduz três modos de se fazer história, primeiro, Foucault nega a busca ingênua por uma origem única e fixa, e no lugar desta instaura o uso paródico e burlesco da história. Ou seja, a genealogia reconhece que a história é um jogo de máscaras, cheia de interpretações e irrealidades. A partir disso, infere-se que a genealogia foucaultiana está intimamente ligada à discursividade, aos jogos de verdade e à vontade de verdade subjacente à história. Ela questiona a vontade de verdade que visa impor uma única interpretação dos eventos históricos. Em vez de tomar o discurso como uma versão definitiva dos fatos, a genealogia o trata como um acontecimento, desmascarando seu caráter de construção. Isso resulta em uma compreensão da história como um carnaval organizado, na qual as identidades são fluidas e múltiplas. Escreve Foucault (1979, p.21):

Mas, em 1874, Nietzsche criticava essa história inteiramente devotada à veneração por obstruir as intensidades atuais da vida e suas criações. Trata-se, ao contrário, nos últimos textos, de parodiá-la para deixar claro que ela é apenas paródia. A genealogia é a história como um carnaval organizado.

O segundo uso da história, conforme delineado por Foucault, é o uso dissociativo e destruidor da identidade. Por essa perspectiva, o método genealógico desafia a continuidade e estabilidade das identidades históricas. E compreende que estas são construções complexas e variáveis, em constante evolução e transformação. Nas palavras de Filordi (2012, p.245): “À guisa da genealogia, subtende-se que a história como carnaval organizado possui as suas séries diferentes — cada bloco carrega a sua alegoria, a sua identidade distinta —”. Por fim, o terceiro uso da história é aquele do sacrifício do sujeito de conhecimento. Com a genealogia, este último deixa de ser um sujeito soberano e autônomo, sendo cindido, desprovido de uma origem absoluta e aberto a funções que estão em constante modificação. O sujeito se torna dependente de múltiplas influências e fatores, e sua constituição é influenciada por diferentes dinâmicas de poder e discursividades. A partir disso, a genealogia revela que o conhecimento não é uma busca puramente desinteressada pela verdade, mas sempre é impulsionado por motivações obscuras e desejo de poder⁶. Essa abordagem desfaz a unidade do sujeito do conhecimento, revelando que a busca pelo conhecimento não é um processo linear e previsível, mas sim uma prática complexa que muitas vezes envolve tensões, contradições e descontinuidades. Ao romper com a ideia de um fundamento de identidade e verdade, a genealogia desenraiza e fragmenta as certezas estabelecidas, levando a uma conscientização que o conhecimento é produzido por interpretações que ainda estão por vir.

A partir disso, Foucault desenvolve uma interpretação singular da genealogia nietzschiana, intimamente interessada nos mecanismos que objetificam o sujeito. Durante a década de 1970, esse aspecto assume um papel crucial em suas análises, à medida que Foucault explora minuciosamente a interconexão entre sujeito, poder e verdade. Ao utilizar estrategicamente a genealogia, o filósofo da caixa de ferramentas se propõe a realizar uma análise microfísica das relações de saber-poder. O objetivo de traçar um diagrama dos jogos de verdade, das práticas de objetivação e subjetivação, visando utilizar deste diagrama como para táticas de desujeição na atualidade. Foucault, portanto, atribui um caráter instrumental a genealogia nietzscheana, instituindo um método que visa examinar as heterogeneidades da história, reconhecendo que a verdade e o sujeito são construções históricas produzidas pelas relações de poder. Este último ponto, se torna evidente na primeira conferência de *As*

⁶ Assim, Foucault cita Nietzsche (A, § 429): “O conhecimento se transformou em nós em uma paixão que não se aterroriza com nenhum sacrifício, e tem no fundo apenas um único temor, de se extinguir a si próprio... A paixão do conhecimento talvez até mate a humanidade... Se a paixão do conhecimento não matar a humanidade ela morrerá de fraqueza. Que é preferível? Eis a questão principal. Queremos que a humanidade se acabe no fogo e na luz, ou na areia?”

Verdades e as Formas Jurídicas, em que Foucault destaca a influência e a relevância do filósofo Friedrich Nietzsche para suas pesquisas. Ele se concentra na perspectiva genealógica do pensamento nietzschiano a partir na obra *Sobre a Verdade e Mentira em um Sentido Extramoral* de 1873. Com o intuito de evidenciar que a verdade e as formas jurídicas não possuem uma origem fixa e pré-existente, mas são produtos de invenções e construções históricas. Nessa linha de raciocínio, a distinção entre invenção e origem se torna um aspecto fundamental na análise foucaultiana acerca das relações de poder durante a década de 1970. Escreve Foucault (2002, p.13):

No momento, gostaria de retomar, de forma diferente, as reflexões metodológicas puramente abstratas de que falava há pouco. Teria sido possível, e talvez mais honesto, citar apenas um nome, o de Nietzsche, pois o que digo aqui só tem sentido se relacionado à obra de Nietzsche que me parece ser, entre os modelos de que podemos lançar mão para as pesquisas que proponho, o melhor, o mais eficaz e o mais atual. Em Nietzsche, parece-me, encontramos efetivamente um tipo de discurso em que se faz a análise histórica da própria formação do sujeito, a análise histórica do nascimento de um certo tipo de saber, sem nunca admitir a preexistência de um sujeito de conhecimento.

Tendo isto em vista, Foucault (2002, p.14) concentra-se na afirmação de Nietzsche de que o conhecimento é uma invenção: “Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal”. (Nietzsche, 1873, apud.Foucault, 2002, p. 13). O filósofo francês considera essa atitude insolente, no sentido de desafiadora, visto que em 1873, quando Nietzsche escreveu isso, o pensamento predominante estava fortemente influenciado pelo kantismo e neokantismo. A ideia de que o tempo e o espaço são produtos do conhecimento, em vez de existirem independentemente do conhecimento, era considerada inadmissível na época. O ponto principal para Foucault, como mencionado, é a distinção traçada por Nietzsche entre os conceitos *Erfindung* (invenção) e *Ursprung* (origem). O filósofo francês explica que Nietzsche sempre usa “invenção” com uma intenção polêmica e oposta a “origem”. Isso é evidenciado em outros textos de Nietzsche, nos quais ele critica a ideia de encontrar a origem de conceitos, como a religião, em sentimentos metafísicos pré-existentes. Ao contrário, Nietzsche argumenta que a religião não tem uma origem (*Ursprung*), mas foi inventada em algum ponto do tempo, houve uma *Erfindung* da religião.

Na mesma perspectiva, Foucault (2002, p.15) observa que em *Gaia Ciência*, Nietzsche argumenta que a poesia e o ideal não têm uma origem (*Ursprung*) em vez disso, eles foram inventados (*Erfindung*). Na perspectiva nietzschiana, alguém teve a ideia de usar propriedades rítmicas e musicais da linguagem para exercer poder sobre os outros. Assim, tanto a poesia quanto o ideal foram fabricados, criados, em algum momento. Foucault aponta que em *A Genealogia da Moral*, Nietzsche descreve a “grande fábrica” ou “usina” na qual o ideal é produzido. O ideal não tem uma origem, mas é resultado de uma série de mecanismos e pequenos eventos. Isso contrasta com a ideia de que o ideal é algo que sempre existiu ou é inerente à natureza humana. A invenção (*Erfindung*) para Nietzsche representa tanto uma ruptura com o passado quanto um começo pequeno e muitas vezes inconfessável. Essa é a característica fundamental da invenção. Escreve Foucault (2002, p.16):

Vilania portanto de todos estes começos quando são opostos à solenidade da origem tal como é vista pelos filósofos. O historiador não deve temer as mesquinhas, pois foi de mesquinha em mesquinha, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções (p.16)

Nessa perspectiva, Foucault (2002, p.16 -17) destaca que para Nietzsche até mesmo o conhecimento não tem origem (*Ursprung*). Em particular, o conhecimento não é algo inato à natureza humana, mas sim uma invenção que resulta da luta, do conflito e das negociações entre os instintos. Portanto, o conhecimento não está enraizado na natureza humana, em vez disso, é resultado de uma série de relações de poder obscuras. Foucault observa que em *Gaia Ciência*, Nietzsche (parágrafo 109, apud.Foucault, 2002, p.16) descreve o caráter do mundo sendo o de um caos eterno, sem ordem, lei ou beleza. Neste contexto, o papel do conhecimento é de lutar contra essa ausência de ordem. Nesse sentido, a relação do conhecimento com o mundo a conhecer é uma relação de violência, dominação e poder. O conhecimento não é uma percepção, reconhecimento ou identificação natural das coisas, mas sim uma violação das mesmas. Em suma, este não é uma mera extensão dos instintos ou da natureza humana, mas algo que surge da luta e do compromisso entre eles, em um contexto de violência e poder em relação ao mundo a conhecer. Escreve Foucault (2002, p.16):

O conhecimento, no fundo, não faz parte da natureza humana. É a luta, o combate, o resultado do combate e conseqüentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao

conhecimento. O conhecimento não é instintivo, é contra-instintivo, assim como ele não é natural, é contranatural. [...]

Foucault (2002, pp.18–20) ressalta a importância dessa análise de Nietzsche, uma vez que ela representa uma dupla ruptura com a tradição da filosofia ocidental. Primeiramente, essa ruptura se manifesta na relação entre a teoria do conhecimento e a teologia. Na tradição filosófica ocidental, a conexão entre o conhecimento e as coisas era mantida em uma continuidade sustentada pela crença em Deus. Este último desempenhava o papel de assegurar a harmonia entre o conhecimento humano e o mundo a ser conhecido. Historicamente, a existência de Deus era frequentemente usada para fundamentar a ideia de que o conhecimento estava enraizado nas coisas do mundo. Por exemplo, filósofos como Descartes afirmaram a existência de Deus como parte de seu argumento para estabelecer uma base sólida para o conhecimento, com a visão de que Deus garantia a confiabilidade do conhecimento. Foucault observa que, na perspectiva nietzschiana, essa ideia é rompida. Uma vez que, nesta perspectiva, a relação entre o conhecimento e o mundo se torna arbitrária, fundamentada em relações de poder, de violência e dominação. Isso implica que a existência de Deus não é mais essencial para o sistema de conhecimento.

Neste ponto, encontra-se a segunda ruptura com a tradição ocidental, que diz respeito à unidade do sujeito humano. Foucault (2002, p.19) sugere que, se a relação entre o conhecimento e os instintos é caracterizada por ruptura, dominação e poder, então a unidade e soberania do sujeito humano também são postas em questão. A tradição filosófica anterior, desde Descartes, estabelecia a unidade do sujeito humano com base na continuidade que ia do desejo ao conhecimento, dos instintos ao saber, do corpo à verdade. Ao contrário, observa Foucault (2002, p.20), na concepção nietzschiana, o conhecimento não é um instinto em si, mas resulta da luta entre três instintos: o riso, o ódio (o ato de detestar) e o lamento (o ato de deplorar). Esses instintos compartilham a característica comum de manter o objeto do conhecimento à distância, em vez de se identificar com ele. Eles envolvem uma vontade de distanciar, diferenciar e, às vezes, destruir o objeto. Em suma, esses três impulsos (rir, deplorar e odiar) produzem conhecimento não a partir de uma afinidade ou afeição pelo objeto, de tal modo a formar uma unidade, como em Spinoza. Mas ao contrário, na perspectiva nietzschiana o conhecimento surge da hostilidade e do distanciamento. Nietzsche reinterpreta o conhecimento como resultado do conflito e da luta entre esses instintos, e não como uma busca de adequação, amor ou unidade com o objeto. Essa visão nietzschiana

desafia a tradição filosófica, especialmente a filosofia de Espinosa, que concebe o conhecimento como adequação, beatitude e unidade. Escreve Foucault (2002, p.22):

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder - na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder - que compreendemos em que consiste o conhecimento. Pode-se então compreender como uma análise desse tipo nos introduz, de maneira eficaz, em uma história política do conhecimento, dos fatos de conhecimento e do sujeito do conhecimento.

Em síntese, Foucault destaca que na perspectiva nietzschiana tanto o que consideramos como conhecimento quanto a própria identidade do sujeito são produtos de processos históricos, sociais e políticos. Em outras palavras, o conhecimento não é algo que os indivíduos simplesmente descobrem ou adquirem; é, ao contrário, algo inventado, construído e produzido por meio das dinâmicas das relações de poder. Essa concepção implica diretamente na afirmação de que o sujeito do conhecimento também é inventado. O sujeito do conhecimento não é uma entidade preexistente, mas sim uma identidade formada e transformada pelas práticas discursivas, instituições e normas permeadas por relações de poder. Assim, como destacado por Foucault (2000b, p.XXI) em uma de suas célebres passagens: “[...] é um reconforto e um profundo apaziguamento pensar que o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova”. Deste modo, compreende-se que o conceito de “homem” como foco central do conhecimento não é algo eterno ou imutável, e que essa figura desaparecerá à medida que o saber adotar novas formas e direções. Nessa perspectiva, é relevante destacar que essa virada nietzschiana, da passagem do sujeito de conhecimento da tradição filosófica ocidental para o sujeito inventado, desempenha um papel fundamental para as análises de Foucault. É a partir disso que o filósofo francês instrumentaliza a genealogia nietzschiana em suas análises das relações de saber e dos processos de subjetivação na sociedade ocidental. Escreve Foucault (2002, p.23):

[...] tomei este texto de Nietzsche em função de meus interesses, não para mostrar que era essa a concepção nietzscheana do conhecimento [...] mas apenas para mostrar que existe em Nietzsche um certo número de elementos que põem à nossa

disposição um modelo para uma análise histórica do que eu chamaria a política da verdade [...]. Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade

Por essa perspectiva, Foucault instrumentaliza a genealogia de Nietzsche para aprofundar sua análise sobre as relações de saber e poder e como estas impactam na formação do sujeito. Nessa abordagem, as condições políticas e econômicas não são obstáculos ao conhecimento, mas sim elementos constitutivos que criam tanto os sujeitos de conhecimento quanto às relações de saber e poder. Nos capítulos subsequentes, exploraremos como, a partir da década de 1970, Foucault aplicou tal método para explorar minuciosamente as conexões entre sujeito, poder e verdade. Por um lado, no curso *Em Defesa da Sociedade* de 1975–1976, Foucault traça a genealogia do conceito de “poder” para desmontar a noção tradicional de que este é exercido de forma verticalizada, de baixo para cima, via instituições políticas formais, como o Estado. Ao invés disso, Foucault evidencia como o poder opera em níveis mais microscópicos, nas práticas cotidianas. Neste mesmo curso, Foucault traça uma genealogia do novo discurso histórico-político que surge no final do século XVI. Este toma a guerra como uma relação social permanente e como fundamento de todas as relações e instituições de poder. Além disso, Foucault analisa como este discurso é transformado, primeiro no século XVII como um instrumento de guerra social das raças e, finalmente, no século XIX, quando se torna fundamental para o surgimento do Racismo de Estado e do biopoder, cujo objetivo é gerir a vida e a morte da população.

Por outro lado, no curso *Segurança, Território e População* de 1978, a genealogia é aplicada na investigação do processo de governamentalidade do Estado moderno, com suas raízes na pastoral cristã por volta dos séculos XVI e XVII. Foucault descreve a transição de uma arte de governar baseada em princípios tradicionais para uma arte de governar com sua própria racionalidade centrada no Estado. Em seguida, a genealogia é empregada na análise das técnicas, práticas e dispositivos de poder que configuram o Estado moderno e essa nova racionalidade governamental. Isso envolve o surgimento da concorrência entre os Estados, e a necessidade de manter um equilíbrio, resultando na formação de dispositivos de poder, como o diplomático-militar e o da polícia, que caracterizam a nova razão governamental. O poder passa a ser analisado e calculado em termos de força. Ainda, Foucault aponta para um último desdobramento desta nova razão governamental: a entrada da razão econômica no século XVIII junto da introdução de novos dispositivos de saber e poder que passam a orientar a

governamentalidade moderna. Portanto, a instrumentalização da genealogia nietzschiana proporciona um enriquecimento fundamental nas investigações de Foucault e serve como base para a compreensão das complexas relações entre saber, poder e subjetividade em seus cursos da década de 1970. Como o mesmo afirma: “[...] entre os modelos de que podemos lançar mão para as pesquisas que proponho, o melhor, o mais eficaz e o mais atual.” (Foucault, 2002, p.13).

1.4 — Questões de método: Arqueogenealogia

Agora, após ter explorado separadamente os métodos arqueológico e genealógico, é essencial destacar a complementaridade entre essas abordagens, que resulta no conceito de arqueogenealogia. Nos próximos capítulos, ao examinarmos as análises de Foucault nos cursos “*Em Defesa da Sociedade*” e “*Segurança, Território e População*”, especificamente no que diz respeito à biopolítica e governamentalidade, respectivamente. Adotaremos a arqueogenealogia como o método-chave utilizado por Foucault em suas análises da década de 1970 sobre as complexas relações entre saber e poder. A arqueogenealogia, de forma clara e precisa, caracteriza o funcionamento dos dispositivos de poder, proporcionando uma compreensão profunda das estruturas de poder e das formações discursivas que produzem nossa realidade. Além disso, essa organicidade entre os métodos define de maneira certa o elemento central que impulsionou as décadas de pesquisa de Foucault: o sujeito. Em resumo, por meio desse método, torna-se possível promover uma ontologia crítica do presente e de nós mesmos, de modo a traçar um diagrama das dinâmicas de verdade, das práticas de objetivação e subjetivação⁷, e utilizá-lo como base para estratégias contemporâneas. É importante ressaltar que essa interconexão entre os métodos é respaldada por Foucault em diversos de seus escritos. Assim, consolidando a organicidade dessas abordagens e fornecendo um alicerce sólido para a compreensão da dinâmica do poder no pensamento de Foucault. Portanto, essa integração entre os métodos é fundamental para apreender a complexidade das relações de poder no corpo teórico foucaultiano, justificando plenamente a relevância deste tópico.

Com base nas discussões dos tópicos anteriores, se torna evidente a intrínseca complementaridade dos métodos arqueológico e genealógico na empreitada filosófica de Foucault. Como abordado previamente, a arqueologia e a genealogia não são métodos distintos, mas o contrário, são componentes inseparáveis e complementares que se entrelaçam

em um projeto mais amplo. Esses métodos, apesar de suas distintas abordagens, unem-se em uma tarefa comum: a de diagnosticar o presente, de construir uma ontologia crítica da atualidade e de nós mesmos. Neste ponto, com base em Miguel Morey (1991) propomos uma abordagem interpretativa que coloca o conceito de “ontologia crítica” enquanto um elemento basilar do projeto filosófico de Foucault. Através dessa lente conceitual, é possível delinear uma sistematização do seu pensamento em três domínios essenciais (ser-saber; ser-poder; ser-consigo), colocando o sujeito como a força motriz que norteou seus longos anos de pesquisa. Nesse sentido, é importante ressaltar que esses três domínios⁸ compartilham uma ontologia histórica do sujeito como ponto em comum, mas diferem nas nuances de como Foucault entende a formação dessa ontologia. Com base nisto, atestamos não haver uma ruptura em seu pensamento, uma vez que esses domínios estão organicamente entrelaçados e se desdobram mutuamente, intrinsecamente conectados pela questão do sujeito. Este último foi o objeto que Foucault dedicou suas décadas de pesquisa, como ele mesmo nos confirma em uma entrevista conduzida por Paul Rabinow:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tomaram-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p.231)

Com base nisso, identificamos também uma relação de complementaridade entre os métodos arqueológico e genealógico. Trata-se de uma arqueogenealogia do saber e poder, cujo objetivo é realizar um diagnóstico preciso do presente e de nós mesmos, investigando os vestígios históricos por meio de uma arqueologia, e analisando suas influências na contemporaneidade a partir de uma genealogia. Por um lado, o grande alvo da arqueologia são os discursos, que, enquanto monumentos construídos, evidenciam uma verticalidade histórica. Por outro lado, e a partir disso, a genealogia entende estes discursos e práticas enquanto elementos estratégicos das relações de poder. Apesar de Foucault não utilizar desta

⁸ Com base em Veiga Neto (2007), optamos pelo termo “domínios” em vez de “fases” ou “eixos” ao abordar o pensamento foucaultiano. Essa escolha é justificada pela necessidade de evitar interpretações inadequadas. O uso de “fases” poderia inadvertidamente sugerir uma sucessão temporal rígida das ideias de Foucault ou indicar uma evolução progressiva dos seus trabalhos. Ao optar por “eixos”, poder-se-ia incorrer na interpretação de uma regionalidade espacial, contradizendo a ênfase temporal e histórica central à abordagem de Foucault. O termo “domínios” é escolhido para refletir a natureza abrangente e interconectada dos temas abordados por Foucault, transcendendo limitações temporais ou geográficas

nomenclatura em seu projeto filosófico, concordamos com Inês Araújo (2007), Cascais (1993), Gregolin (2015) que não há uma ruptura entre os métodos, mas sim, uma relação de complementaridade. Portanto, acreditamos que apesar das especificidades, a arqueologia e a genealogia se constituem como dois conjuntos complementares de análise dos discursos e práticas discursivas.

Podemos resumir que a arqueogenealogia tem por objetivo uma análise minuciosa das formas de poder, com o intuito de traçar um diagrama dos jogos de verdade, das práticas de objetivação e subjetivação, e mais que isso, utilizar deste diagrama em estratégias na atualidade. Desta maneira, o trabalho do arqueogenealogista é, por meio de uma arqueologia dos rastros históricos e uma genealogia dos seus reflexos na atualidade, evidenciar aquilo que estamos em vias de deferir, não para aceitar, mas ao contrário, para recusar. Portanto, à medida que adentramos neste tópico, tentaremos evidenciar esta articulação entre arqueologia e genealogia, cujo representa uma arqueogenealogia do saber-poder. Essa união intrincada permite a Foucault traçar um diagnóstico perspicaz do presente, construindo uma ontologia crítica que não apenas compreende e desafia as narrativas dominantes, mas também abre caminho para a reconfiguração das estruturas que nos cercam.

A arqueologia, como delineado anteriormente, é a escavação profunda e minuciosa das redes discursivas e institucionais que produzem o saber e as verdades estabelecidas. Essa análise nos permite entender as condições históricas que definiram as possibilidades de pensamento e a maneira como os discursos foram legitimados ao longo do tempo. Em outras palavras, entende-se que a arqueologia tem por função evidenciar como o campo discursivo se forma. Isso implica perceber o campo discursivo como uma rede que emerge da inter-relação dos diferentes saberes ali presentes. Por outro lado, a genealogia, como explorado no terceiro subtópico, concentra-se na análise das relações de poder entrelaçadas nas práticas discursivas e não discursivas, revelando como o poder opera nas sutilezas das interações sociais. Nesse sentido, a abordagem genealógica toma os saberes como peças essenciais de um dispositivo de função estratégica. A partir disso, visa investigar os elementos que desempenham um papel sobre como esses saberes surgem, se mantêm ao longo do tempo e se ajustam dentro do campo discursivo. Ao expor o campo de forças subjacente à formação das verdades e subjetividades, a genealogia desafia as narrativas hegemônicas e revela as fissuras na estrutura do que foi estabelecido. Neste ponto, observa-se que Foucault entende a genealogia como um processo de pesquisa árduo, cujo objetivo é identificar rastros nos eventos que foram negligenciados, subestimados e até mesmo apagados pelos métodos da história convencional. Assim, define Foucault (2002, p.14):

Chamemos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a construção de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas temáticas atuais. Seria essa, portanto, a definição provisória dessas genealogias que tentei fazer com vocês no decorrer dos últimos anos

Nesse sentido, Foucault (, 2002, p.14–15) ressalta que a análise genealógica não tem por objetivo se contrapor à unidade abstrata da teoria, à multiplicidade concreta dos fatos, tampouco, desqualificar os conhecimentos já estabelecidos. Ainda, nos diz que o projeto genealógico não é um empirismo ou um positivismo, diferenciando-se de uma abordagem científica tradicional. Isso se deve ao fato de que as genealogias são anti-ciências, ao irem contra os efeitos centralizadores de poder, que tendem a organizar e institucionalizar o funcionamento de um discurso científico. Dentro dessa perspectiva, a genealogia funciona também como uma arqueologia, no sentido de escavar os saberes locais. Trata-se de fazer que intervenham estes saberes não legitimados contra a instância teórica que pretenderia filtrá-los, ordená-los e hierarquizá-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. Dito de outro modo, a genealogia objetiva tornar estes saberes históricos deslegitimados, livres e, portanto, capazes de posição de luta contra coerção de um discurso unitário, formal e científico. Portanto, o arqueólogo visa recuperar discursos úteis do subsolo, enquanto o genealogista não os incorpora ao jogo da legitimação, mas os libera de quaisquer influências ou restrições prévias, permitindo que surjam discursos completamente livres. Nesse contexto, a arqueologia e a genealogia emergem como ferramentas mutuamente complementares, para desenterrar as raízes das verdades estabelecidas, revelar as forças de poder e promover formas de resistência e transformação. Assim, elucidada Foucault (, 2002, p.16):

Eu diria em duas palavras o seguinte: a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes desasujeitados que daí se desprendem. Isso para reconstituir o projeto de conjunto.

Deste modo, trata-se de tarefas complementares e inseparáveis, que funcionam mutuamente na descrição e análise dos discursos e práticas discursivas. Com base nessa organicidade, e conforme as considerações de Gregolin (2016, p.9), observa-se que se trata de

uma arqueogenealogia do saber-poder, que busca, primeiro, responder como os saberes aparecem e se transformam. E posteriormente, visa evidenciar o *porquê* dos saberes, entendendo que estes últimos são elementos estratégicos produzidos

pelas relações de poder. Por essa perspectiva, a abordagem arqueogenealógica compreende que os discursos estão relacionados a práticas que os fortalecem ao longo da história. A partir disso tem em vista evidenciar como os discursos estão interligados com as dinâmicas de poder na criação de verdades historicamente delimitadas. Ao fazer isso, a abordagem teórico-metodológica de Foucault articula de maneira precisa a relação entre sujeito, linguagem e história na busca por uma compreensão do que somos nós hoje. Portanto, a arqueogenealogia foucaultiana reconhece que o sujeito é uma construção sócio-histórica. Mas, evidentemente, não se trata de um produto passivo da história. E sim, o contrário, os sujeitos são agentes ativos nas relações de poder, conduzindo e sendo conduzido pelos processos sócio-históricos. Neste ponto, é importante ressaltar que Foucault não está preocupado em apenas compreender como somos afetados pelos mecanismos de poder, mas a partir desta compreensão, incitar a insubmissão, promover formas de resistência. No pensamento foucaultiano, há uma relação agonística entre poder e liberdade, em que ora um opera, ora a situação se inverte. Neste ponto, a arqueogenealogia funciona como uma ferramenta prática de liberdade, que mediante um olhar crítico sob a história nos permite compreender os acontecimentos que nos moldaram, para que, a partir disso, possamos promover novos modos de existência. Explica Maria Rosário Gregolin (2022, p.38) em uma entrevista:

Ele nos diz, com muita veemência, que entre poder e resistência há sempre uma instigação e uma luta recíprocas, uma provocação permanente. A instigação à luta e à desobediência ao autoritarismo são sustentados por um pensamento arqueogenealógico como um método sem a rigidez formal tradicional, mas com muita eficiência para os combates. arqueogenealogia -que pode ser pensada como um modo de compreender a existência e a emergência dos discursos -volta-se para a história com olhar crítico, a fim de torná-la capaz de oposição e de luta. Por meio da arqueologia podemos articular os discursos com os acontecimentos históricos, compreender as tramas que os tecem, o que recobrem, o que os faz concretizar ações e pensamentos de um momento histórico. Ao mesmo tempo, por meio da genealogia, não devemos deduzir o que nos é impossível fazer ou conhecer, mas ela nos faz perceber — na contingência do que somos — a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar daquela maneira. Por isso, a crítica do tempo presente é uma provocação ao momento em que vivemos, um exercício de liberdade por meio de

um trabalho infinito que envolve a necessária indocilidade reflexiva. A insubordinação ao que somos e fazemos exige, portanto, um uso indócil da história, um retorno a ela para criticar o presente

Com base nisto, compreende-se que a arqueogenealogia visa examinar o dito e o não dito, isto é, tanto as práticas discursivas, quanto às práticas não discursivas que sujeitam os indivíduos a mecanismos do poder. Nesse contexto, motivado pela necessidade de abranger em suas análises as práticas que vão além do discurso e que contribuem para a formação das subjetividades, Foucault desenvolveu o conceito de ‘dispositivo’⁹. Ainda que os germes desse conceito já estivessem presentes em suas pesquisas anteriores, é a partir da década de 1970, em que Foucault enfatiza a importância dos dispositivos, conforme veremos nos tópicos subsequentes. Grosso modo, os dispositivos são definidos por sua natureza heterogênea, abrangendo não apenas discursos, mas também práticas, instituições e táticas em constante movimento¹⁰. Nesse sentido, a abordagem arqueogenealógica, por meio de um exame minucioso acerca do *modus operandi* dos dispositivos, promove uma compreensão mais ampla das estruturas de poder e das formações discursivas que produzem nossa realidade. E a partir disso, possibilita traçar linhas de fuga, estratégias de resistência, ou seja, impulsiona novas formas de (re)existência. Em resumo, a arqueologia e a genealogia são etapas complementares e inseparáveis de uma única e árdua tarefa filosófica, aquela de diagnosticar o presente, de fazer uma ontologia crítica de nós mesmos, de modo a recusar o que somos promovendo novas formas de subjetividade. Concluímos o capítulo com uma citação esclarecedora de Foucault (1995, p.239):

Talvez, o mais evidente dos problemas filosóficos seja a questão do tempo presente e daquilo que somos neste exato momento. Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele

⁹ Assim define Foucault esse conceito (1979, p.138): Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

¹⁰REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. p.39

se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos.

CAPÍTULO 2 — RECONFIGURANDO A DINÂMICA DO PODER: DA SOBERANIA À BIOPOLÍTICA NA OBRA “EM DEFESA DA SOCIEDADE”

Como já apontado, na década de 1970, as noções de biopolítica e de governamentalidade tornaram-se alicerces na arquitetura do projeto filosófico de Foucault. Portanto, se o objetivo deste trabalho é delimitar no que consiste a dinâmica do poder no pensamento foucaultiano, o delineamento destes dois conceitos é fundamental. Nesse contexto, o presente capítulo visa reconstruir a análise arqueogenealógica do poder realizada por Foucault no curso *Em Defesa da Sociedade* (1976). Tal reconstrução tem por objetivo circunscrever a noção de biopolítica, objeto central deste capítulo. Embora Foucault já tivesse abordado temas relacionados à biopolítica em obras anteriores, é neste curso que ele se dedica a um estudo mais aprofundado e sistemático acerca do tema. O filósofo francês investiga o modo pelo qual a biopolítica se insere no campo das práticas políticas e examina de maneira precisa a relação entre poder, guerra, raça e biologia. De maneira geral, Foucault destaca a biopolítica como uma tecnologia de poder cujo objetivo é regular e governar a vida da população, isto é, controlando e gerenciando os processos biológicos e sociais. A escolha de analisar o conceito a partir do curso de 1976, se justifica pelo fato de marcar um ponto crucial na trajetória intelectual de Foucault. Neste momento, ele desenvolve e sistematiza a noção de biopolítica com maior precisão, fornecendo bases conceituais sólidas para sua análise acerca das relações de poder e governamentalidade nas sociedades modernas.

A década de 1970 foi um período de grande agitação social, política e econômica por quase todo o globo. Os países latino americanos enfrentavam uma forte tensão política; por um lado as ditaduras na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e outros, por outro, o surgimento de grupos guerrilheiros no Peru, que culminou numa guerra civil. Ainda, tivemos: a guerra do Vietnã; os movimentos estudantis na França; o fim do Franquismo na Espanha; a revolução dos cravos em Portugal; a Guerra do Yom Kippur no Oriente Médio; a crise do petróleo que afetou a economia global, etc. Diante deste contexto de intensa tensão política e social, Foucault, como um excepcional historiador do presente, surge altaneiro, sentindo o chamado inevitável de traçar um diagrama da atualidade. Como um observador atento e crítico, seu

olhar penetra as entranhas históricas da política e da atualidade em conflito, visando diagnosticar o presente. Para tanto, Foucault toma o poder como o objeto de seu diagrama da atualidade, e adota o método arqueogenealógico para compreender as condições históricas de surgimento e transformação do poder ao longo do tempo, bem como, suas manifestações na atualidade. Eis a principal especificidade dos cursos ministrados no *College de France*:

Os cursos tinham também uma função na atualidade. O ouvinte que vinha segui-los não ficava somente cativado pela narrativa que se construía semana após semana; não ficava somente seduzido pelo rigor da exposição ao; nelas encontrava também um esclarecimento da atualidade. A arte de Michel Foucault era de percorrer rapidamente a atualidade através da história. Podia falar de Nietzsche ou de Aristóteles, da perícia psiquiátrica no século XIX ou da pastoral cristã, o ouvinte sempre tirava daí uma luz sobre o presente e os acontecimentos de que era contemporâneo.

(François Ewald e Alessandro Fontana, 2000c, p.XII)

Posto isso, cabe destacar novamente que o curso *Em Defesa da Sociedade* tem por objetivo traçar uma arqueogenealogia do poder. Primeiro, por meio de uma arqueologia, Foucault tem em vista escavar as camadas históricas e discursivas que produzem as estruturas de poder e saber ao longo do tempo. Segundo, e a partir disso, com a genealogia, visa rastrear na história as estratégias e mecanismos de poder e saber, bem como as formas de resistência. Além disso, a arqueogenealogia evidencia as rupturas históricas, os jogos de saber e poder, as lutas discursivas, e os seus reflexos na atualidade, revelando as múltiplas configurações de poder e suas implicações na contemporaneidade. Com base nisto, fica evidente o compromisso sólido de Foucault com as questões de sua materialidade histórica. E mesmo após quase meio século de distância, o curso de 76 nada perdeu de sua atualidade e de sua urgência. Ainda, faz-se necessária uma análise minuciosa das relações de poder e das relações de força concretas na contemporaneidade para que, a partir desta compreensão, possamos traçar linhas de fuga, estratégias de resistência, a tudo aquilo que nos sujeita e nos oprime. Neste ponto, cabe ressaltar mais uma vez, a especificidade da natureza do trabalho filosófico de Foucault:

A questão da filosofia é a questão deste presente que somos nós mesmos. E por isso que hoje a filosofia é inteiramente política e inteiramente historiadora. Ela é a política imanente à história, e a história indispensável a política.

(FOUCAULT, III, 1994, 266)

Com base nisso, compreende-se que, assim como sua filosofia, seus cursos foram profundamente enraizados em sua atualidade, e estavam em consonância com as questões e problemáticas que permeavam sua realidade. Em resumo, os cursos ministrados por Foucault estabelecem uma conexão vital entre passado e presente, entre uma história heterogênea e um presente permeado por relações de força. Assim, por meio de um trabalho de escavação sob o terreno do nosso passado, e um olhar crítico e atento ao presente, Foucault nos convida a traçar um diagrama da nossa atualidade, para que, a partir disso, possamos transformá-la, estabelecendo novos modos de existência.

Feitas as considerações iniciais, cabe uma breve exposição acerca do conteúdo desenvolvido ao longo das 11 aulas conduzidas por Foucault entre 07 de janeiro e 17 de março de 1976 no *College de France*. Trata-se de circunscrever os principais pontos examinados, sobretudo aqueles que dizem respeito ao conceito de biopolítica. *Em Defesa da Sociedade* é marcado pela materialidade histórica de Foucault, que se vê na necessidade de traçar um diagnóstico de sua atualidade ante ao contexto histórico de tensão política, social e econômica. Para tanto, o historiador do presente toma o poder como o objeto central de seu diagrama, mas ressalta que não tem a pretensão de elaborar uma teoria geral sobre o poder. Mas sim, uma prática analítica que visa desvendar o funcionamento das relações de poder, as estratégias e mecanismos que estruturam as práticas sociais.

Tendo isto em vista, o primeiro passo de Foucault corresponde em definir o que é o poder e no que consiste sua dinâmica. No entanto, ele observa que as concepções tradicionais de análise do poder não são suficientes para compreender a dinâmica do poder contemporâneo. Por essa perspectiva, as primeiras aulas são destinadas a um exame das teorizações jurídicas, uma vez que estas, assim como todos os discursos, também estariam imbricadas no jogo de interesses e de centralização do poder. Deste modo, ao analisar o edifício jurídico da Idade Média, Foucault constata que este tinha por objetivo uma legitimação do poder régio, isto é, uma legitimação da soberania e a obrigação legal da obediência. Deste modo, a teoria jurídica, por meio de discursos e técnicas do direito, teria por objetivo escamotear as relações de dominação com relações de soberania.

Ao comprovar que as análises jurídicas clássicas de análise do poder ficam restritas à dicotomia soberania-obediência, o filósofo francês, introduz sua analítica do poder. Esta última propõe uma inversão das teorias tradicionais de análise do poder, que buscam totalizar o poder num corpo político, de modo a idealizar uma unidade do poder. Em outras palavras, o poder se exerceria a partir de uma instância central fundamentalmente repressora. Em

contrapartida, Foucault (2000c, p.34) entende o poder enquanto relações de forças múltiplas, difusas e silenciosas espalhadas por todo o campo social. Assim, propõe analisá-lo em suas extremidades, em suas formas e instituições mais locais, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam. Ainda com sua abordagem analítica, o filósofo francês aponta para uma faceta positiva do poder, visto que este não seria apenas repressor, como as análises tradicionais afirmavam, e sobretudo, produtor de saberes, normas, instituições e subjetividades.

Com base nestas considerações, Foucault (2000c, p.56) toma como fio condutor de sua análise o deslocamento do modelo de guerra no discurso histórico-político. O *arqueogenealogista* do presente busca, por meio dos rastros na história, traçar um paralelo deste modelo com a dinâmica de poder na contemporaneidade. Um recorte histórico que inicia na Idade Média com o processo de estatização da guerra, passando pelos conflitos religiosos do século XVI, até culminar no novo discurso histórico-político que aparece pela primeira vez no final deste mesmo século nas lutas da aristocracia francesa. Este último compreende a guerra como relação social permanente e como fundamento permanente de todas as relações e de todas as instituições de poder. Posteriormente, este discurso é renovado, primeiro no século XVII, como instrumento de guerra social das raças, e por fim no século XIX, em que se torna um mecanismo fundamental para o surgimento do Racismo de Estado, que surge como realizador de um biopoder, cujo objetivo é gerir a vida e a morte da população. Em resumo, Foucault observa um momento específico na história em que a vida entre no jogo das técnicas políticas. Trata-se da passagem de um poder soberano para um biopoder, ou em termos gerais, a passagem de um poder de “*fazer morrer ou deixar viver*”, para um poder de “*fazer viver ou deixar morrer*”.

2.1 — Desamarrando a teoria da Soberania: os princípios fundamentais da analítica do poder

Com base no exposto até o momento, compreendemos a maneira pela qual Foucault compreende a dinâmica do poder, que, por sua vez, opera de maneira *microfísica*. Por um lado, é entendido enquanto micro-relações de poder que se encontram espalhadas por todo o campo social. Por outro lado, possui uma dimensão física, visto que atua diretamente nos corpos individuais. Foucault também aponta para uma faceta positiva do poder, visto que este é produtivo, criativo e constitutivo das relações sociais. Por essa perspectiva, o poder está

intrinsecamente ligado à produção de saberes, isto é, aos regimes de verdade e aos discursos que produz nossa compreensão da realidade. Tendo isto em vista, no curso *Em Defesa da Sociedade* (1976), um dos grandes alvos de análise de Foucault são as relações entre saber e poder, com foco nas teorias jurídicas da soberania. Estas últimas teriam por objetivo garantir a legitimidade do poder régio, além de escamotear as relações de dominação por relações de soberania. Neste ponto, Foucault dialoga com as teorias políticas clássicas, de modo a questioná-las, uma vez que estas seriam insuficientes para a compreender a dinâmica de poder contemporâneo. Tendo isto em vista, o presente tópico tem por objetivo reconstruir a argumentação realizada por Foucault na segunda aula do curso em *Defesa da Sociedade*, em que ele se dedica a desamarrar a teoria da soberania da análise das relações de poder. E, em contrapartida, apresenta os princípios metodológicos de sua analítica do poder. Esta última diz respeito a uma abordagem de análise que visa desvendar as relações de poder em seu íntimo, indo além das estruturas institucionais e das noções tradicionais de poder

Foucault (2000c, pp.28–29), em um primeiro momento, observa que os saberes científicos, inclusive as teorias jurídicas, se encontram sujeitas a sistemas de centralização do poder. Deste modo, o mecanismo jurídico, enquanto ferramenta do poder, é utilizado para produzir discursos de verdade. Nota-se um movimento circular, as relações de poder utilizam das regras do direito para produzir discursos de verdade, que, por sua vez, devolvem certa legitimidade ao poder. Com base nisto, Foucault afirma que sua análise se voltou ao problema triangular: regras do direito, mecanismos de poder e efeitos de verdade. Trata-se de uma relação intrínseca, visto que, as múltiplas relações de poder na sociedade só podem se estabelecer devido a uma certa economia dos discursos. Isso implica que os discursos são construídos e regulados por uma lógica de poder, que visa legitimar determinados saberes e marginalizar outros. A partir disso, Foucault observa na nossa sociedade a relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito específico. Por um lado, as regras do direito que determinam formalmente o poder, por outro, os efeitos de verdade que esse poder produz, conduz e que igualmente reconduzem esse poder.

O poder não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido que de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados,

classificados e destinados a uma certa maneira de viver ou morrer em função de discursos de verdade que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2000c, p.29)

Com base nisso, Foucault (2000c, pp.30–31) avança em direção a uma análise do direito pré-moderno, enfatizando suas características e seu papel na formação do Estado Moderno. E destacando o mecanismo que foi propulsor e garantiu o funcionamento das relações de poder neste período, ou seja, o método jurídico de formação de direitos na sociedade. No estágio anterior à formação do Estado, observam-se práticas jurídicas e políticas dispersas e descontínuas, as quais passaram a ser centralizadas em torno da figura do soberano. A descontinuidade manifestava-se na aplicação inconsistente da justiça, com práticas muitas vezes arbitrárias e cruéis, como o suplício. A unificação teórica dessas práticas jurídicas e políticas em torno de uma figura central, inicialmente o soberano e, posteriormente, o Estado, é legitimada por teorias jurídicas universalistas que datam do final do medievo até o início da modernidade. Deste modo, o papel essencial da teoria do direito, desde a Idade Média, foi o de fixar a legitimidade ao poder. Em suma, o edifício jurídico surge por encomenda régia. Avançando ao século XVIII, as teorias passam a ser empregadas para limitar ou contestar o poder do soberano. No entanto, mesmo a soberania condenada, o problema do direito enquanto legitimidade e limitação do poder se manteve. Agora, na Modernidade, as arbitrariedades normativas, disciplinares e de saberes são mascaradas, conferindo uma aparência de igualdade entre os cidadãos. Em outras palavras, embora o edifício jurídico afirme igualdade perante a lei e direitos individuais, ainda existem dispositivos e estratégias sutis e dispersos de poder, de controle e de dominação.

Para Foucault (2000c, pp.30–31), o grande problema em torno do qual se organiza a teoria do direito seria o da soberania: a legitimidade do seu poder e a limitação do poder soberano. Outro ponto destacado por Foucault em relação à teoria da soberania, diz respeito à pretensão desta de mascarar as relações de dominação a partir de discursos e técnicas do direito. Aqui, Foucault dialoga diretamente com Hobbes e Maquiavel, uma vez que, para estes, o poder seria exercido nos limites do contrato social e teria como figura central o soberano. O filósofo francês visa romper com essa noção que toma o poder como algo centralizado e localizado nas mãos do soberano. Para ele, o poder não pode ser tomado como algo que alguém pode possuir, mas o inverso, deve ser entendido enquanto micro relações de forças. Portanto, é preciso uma prática analítica do poder que considere o caráter múltiplo e difuso do poder.

[...] o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria como função refazer o que um Boulainvilliers ou Rousseau queriam fazer. Todos os dois partem de um estágio originário em que todos os homens são iguais, e depois o que acontece? Invasão histórica para um, acontecimento mítico para outro, mas sempre aparece a ideia de que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder. Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado momento, de que se deveria fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica do poder. (FOUCAULT, 1979, p.151)

Deste modo, a analítica do poder compreende este enquanto relações de forças múltiplas, difusas, silenciosas, distribuídas por todo o campo social. Além de relacional e múltiplo, a abordagem analítica também fornece um aspecto positivo ao poder, no sentido de que este é uma instância produtora de efeitos. Cabe pontuar, que Foucault não tem a pretensão de formular uma teoria globalizante e geral do poder. Mas sim, uma prática analítica do poder: “uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-la” (Foucault, 2000c, p. 80). Em outras palavras, trata-se de uma abordagem descentralizada e relacional do poder, que visa identificar os múltiplos, sutis e difusos mecanismos do poder, bem como suas práticas estratégicas de funcionamento. Assim, Foucault, planeja examinar o poder não partindo do centro, mas antes, das periferias, uma vez que este se encontra espalhado por todo o campo social. Com isso, busca-se revelar as relações ocultas de poder, de modo a desnaturalizar as relações de soberania e obediência, e reconhecer, no lugar desta, a relação de dominação e sujeição. Escreve Foucault (2000c, p.32):

O sistema do direito e o campo judiciário são o veículo permanente de relações de dominação, de técnicas de sujeição polimorfos. O direito, é preciso examiná-lo, creio eu, não sob o aspecto de uma legitimidade a ser fixada, mas sob o aspecto dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática. Logo, a questão, para mim, é curto-circuitar ou evitar esse problema, central para o direito, da soberania e da obediência dos indivíduos submetidos a essa soberania, e fazer que apareça, no lugar da soberania e da obediência, o problema da dominação e da sujeição.

Com base nisso, Foucault (2000c, p.49) aponta para uma “tríplice do primitivismo” presente nas teorias clássicas de análise e compreensão do poder: em primeiro lugar observa

que a teoria da soberania, por meio de um ciclo do sujeito ao sujeito, tem em vista compreender o sujeito enquanto um indivíduo dotado naturalmente de direitos e capacidades; e, segundo lugar, o ciclo do poder e dos poderes, que afirma que a multiplicidade dos poderes só pode ser estabelecida e funcionar a partir de uma unidade específica de poder; e em terceiro lugar, um ciclo da legitimidade e da lei, que aponta que o poder e as leis se constituem a partir de uma legitimidade fundamental. Em suma, “o sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada” (Foucault, 2000c, p.50). Foucault recusa esta análise tradicional do poder cuja reflexão se dá em termos de soberania e obediência. Nessa perspectiva, o poder se exerceria a partir de uma instância central fundamentalmente repressora. Em contrapartida, ele se concentra na dualidade dominação e sujeição, de modo a inverter a lógica tradicional, saindo de uma análise centralizada do poder, rumo a uma prática analítica das multiplicidades das relações de poder. Nas palavras de Foucault (2000c, p.32):

[...] não, portando, o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social.

Desta maneira, a segunda aula do curso *Em Defesa da Sociedade* é destinada a livrar a análise do poder desta tríplice primitiva do sujeito, da unidade e da lei. Foucault parte não destes elementos, mas antes, da própria relação de poder: “Portanto, não perguntar aos sujeitos como, porque, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” (Foucault, 2000c, p.51). Além disso, demonstra que grandes aparelhos de poder, como da soberania, funcionam sobre a base de dispositivos de dominação, isto é, estratégias globais de sujeição. Evidentemente não se trata de negar ou deixar de descrever os grandes aparelhos, mas sim de não tomá-los como unidades globais, e a partir disso, analisar a multiplicidade de sujeições. Tomando como exemplo, o aparelho escolar, este deve ser analisado não enquanto unidade, mas antes, a partir das múltiplas estratégias de sujeição: “a da criança ao adulto, da prole aos pais, do ignorante ao erudito, do aprendiz ao mestre, da família à administração pública, etc.” (Foucault, 2000c, p.52). Em oposição à tríplice da soberania, Foucault formula uma tríplice das técnicas: da heterogeneidade das técnicas, seus efeitos de sujeição e os procedimentos de dominação. Estas constituem a trama efetiva das relações de poder e dos grandes aparelhos de poder. Portanto, a abordagem analítica de Foucault tem em vista compreender como o poder

se exerce sobre os sujeitos e como os sujeitos são produzidos pelas relações de poder. Trata-se de uma investigação minuciosa dos mecanismos e estratégias através dos quais os indivíduos são submetidos, controlados e fabricados como sujeitos em determinado regime de poder. Com o intuito de desamarrar a teoria da soberania da análise das relações de poder, na aula de 14 de janeiro do curso de 1976, Foucault (pp. 32–39) apresenta sua analítica do poder, pautada em cinco precauções, expostas a seguir de maneira esquemática:

- **Primeira precaução do Método:** É preciso se afastar da concepção tradicional de análise do poder, em que este é analisado a partir do centro, de uma instituição específica ou do Estado. Foucault salienta que não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro, mas o contrário, apreender o poder em suas extremidades, em seus lineamentos, onde ele se torna capilar e se dissemina por toda a sociedade. É necessário ir além das regras de direito que organizam e delimitam o poder, e deste modo, explorar as técnicas, os dispositivos, as estratégias de poder, assim como sua institucionalização. De modo a deixar mais evidente, podemos pensar o caso do hospital psiquiátrico. Foucault (2008b, p.157) argumenta que é possível analisá-lo a partir de sua estrutura interna, no entanto, essa análise não seria suficiente. Por essa perspectiva, é possível compreender o hospital psiquiátrico a partir de algo exterior e geral, a saber, a ordem psiquiátrica, que, por sua vez, se articula com o projeto global da higiene pública. Segundo Foucault, essa ordem psiquiátrica coordena todo um conjunto de técnicas variadas, que vão desde a educação das crianças, até à assistência aos pobres. Deste modo, o filósofo francês apresenta uma perspectiva analítica que olha para além das instituições centralizadas. Uma abordagem que rastreará, de modo arqueogenealógico, as conexões e relações de poder que se estendem por toda sociedade. Em outras palavras, permite a reconstituição de toda uma rede de comunicação e de pontos de apoio, que passa por detrás da instituição, até chegar no mais global, por exemplo: da ordem psiquiátrica ao projeto global de higiene pública.
- **Segunda precaução do Método:** Faz-se necessário se distanciar daquela usual questão labiríntica e sem saída, que visa definir quem detém o poder e quais suas intenções. Foucault, ressalta que não se trata de perguntar-se como o soberano aparece no alto, mas sim, de questionar “como se constituíram pouco a pouco, progressivamente, realmente, materialmente, os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc”. (Foucault, 200c, p.32). A

abordagem analítica desloca o foco do poder das figuras de autoridade para as práticas concretas e múltiplas das relações de poder. Com isso, tem em vista compreender como os sujeitos são individualizados, controlados e disciplinados por uma variedade de instituições, dispositivos e práticas de poder. Esse modo de operar é inverso ao das teorias jurídicas e das teorias de soberania. Enquanto estas tendem a se concentrar na figura da alma do soberano e abstrair as particularidades. Foucault se concentra em examinar as práticas e os dispositivos de poder que operam nas margens e nos aspectos mais sutis das relações sociais. Com isso, se afasta de Hobbes e do modelo de representação social do Leviatã. Este último, propôs a ideia de que a sociedade é formada pela unificação dos indivíduos por meio de um contrato social, pelo qual eles abdicam de certas liberdades em troca da proteção oferecida pelo Estado. Neste modelo, a cabeça do Estado ou a alma do leviatã seria por essência a soberania. No entanto, para Foucault essa perspectiva centralizada de poder não consegue compreender as múltiplas e complexas relações de poder e dominação dos quais os indivíduos são subjetivados e submetidos. Deste modo, a analítica do poder rompe com esse modelo tradicional de análise e compreensão do poder, ao buscar “estudar os corpos periféricos e múltiplos, esses corpos constituídos, pelos efeitos do poder, como súditos” (Foucault, 2000c, p.32). Ao invés de se questionar como o soberano possuiria o poder, Foucault direciona sua análise para a instância material da sujeição, a saber, os súditos. Destacando assim as práticas e tecnologias de poder que operam em níveis microscópicos, nos aspectos mais sutis e nas relações de poder cotidianas.

- **Terceira precaução do Método:** Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo (Foucault, 2000c, p.32). Trata-se de se afastar da noção tradicional de poder, que o considera como uma entidade estática concentrada nas mãos do Estado ou de uma instituição centralizada. Ao contrário, o poder deve ser analisado enquanto um fluxo constante que opera de maneira difusa e sutil em todos os âmbitos da vida social. Deste modo, a abordagem analítica compreende que o poder não é apenas exercido por instituições ou autoridades formais, rompendo com uma concepção hierarquizada, linear e piramidal do poder. Em contrapartida, o compreende como uma rede complexa de relações e práticas que se estendem por toda a sociedade. Além disso, Foucault rompe com a associação usual entre poder e dominação, visto que, não se trata da mera oposição entre sujeito e poder. Sua abordagem analítica compreende que os

sujeitos não são alvos passivos das redes de poder, mas possuem a capacidade de resistir e de exercer poder dentro dessa rede. Em suma, o poder não é algo que é aplicado aos indivíduos de maneira unilateral, mas sim algo que transita através deles, em um fluxo constante de relações de poder. Escreve Foucault (2000c, p.34) em uma formulação precisa:

“O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou . O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em oposição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.”

- **Quarta precaução do Método:** A quarta precaução do método enfatiza que o poder é algo que se exerce como rede, mas até certo ponto. Embora todos indivíduos, em certa medida, possuam poder, não se deve levar à falsa inferência de que o poder é algo bem distribuído. A abordagem analítica evita a visão simplista de que o poder parte de um centro e se prolonga em uma hierarquia linear até as camadas mais baixas da sociedade. E, ao contrário, propõe uma análise ascendente do poder. Isto é, partir dos mecanismos infinitesimais do poder, de modo a compreender que estes são investidos, transformados, colonizados por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global (Foucault, 2000c, p.36). Portanto, é necessário analisar a maneira pela qual as tecnologias e mecanismos do poder atuam nos níveis mais baixos, e sobretudo, como eles são investidos por fenômenos globais. E ainda, compreender “como poderes mais gerais ou lucros de economia podem introduzir-se no jogo dessas tecnologias, ao mesmo tempo relativamente autônomas e infinitesimais de poder” (FOUCAULT, 2000c, p.36). Deste modo, a analítica busca compreender como os mecanismos de exclusão e controle se efetivam no nível celular, da família, dos pais, dos médicos, entre outros. E também, como esses mecanismos, em um dado momento e em conjunturas específicas, se tornam economicamente lucrativos e politicamente úteis. De modo a deixar mais evidente, Foucault (2000c, pp.37-39) toma como exemplo a burguesia no fim do século XVI e XVII, momento em que esta classe ascende ao maior domínio de poder, e se utiliza de práticas repressivas da sexualidade infantil e do treinamento corporal. Em uma primeira análise, tende-se a compreender que o interesse

da burguesia era a exclusão dos loucos e o controle da sexualidade. Mas ao analisar, os corpos periféricos no qual o poder atua, chega-se a uma conclusão diferente. Em suma, o interesse da burguesia estava voltado para os mecanismos de exclusão e de controle, abrangendo tanto a aparelhagem de vigilância ou quanto a prática de medicalização. Sua preocupação sempre foi com relação à micromecânica do poder. De fato, estes mecanismos já existiam, mas são institucionalizados pela classe burguesa, no momento em que se tornam interessantes para sua ascensão e manutenção do poder. Segundo Foucault, esta micromecânica do poder se tornou interessante, ao passar a produzir um determinado lucro econômico e uma certa utilidade política. A partir disso, foram naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais e, finalmente, pelo sistema de Estado inteiro. Enfim, a burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre estes; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que a controla; não se interessa pelo delinquente, mas pelos mecanismos de vigilância e punição que resgata a utilidade do indivíduo no sistema econômico-político geral;

- **Quinta precaução do Método:** A última precaução de método enfatiza que as bases das redes de poder, em seus níveis mais capilares, não são compostas por ideologias. Embora seja possível que as grandes máquinas de poder estejam acompanhadas de produções ideológicas, não são as ideologias que sustentam as relações de poder nos níveis mais ínfimos e sutis. Aqui, Foucault enfatiza a relação circular e dinâmica entre saber e poder, que possui uma dinâmica de retroalimentação. Nota-se que se trata de uma relação cíclica, por um lado o poder produz saber, e por outro, este saber devolve certa legitimidade ao poder. A última precaução de método enfatiza que as bases das redes de poder, em seus níveis mais capilares, não são compostas por ideologias. Embora seja possível que as grandes máquinas de poder estejam acompanhadas de produções ideológicas, não são as ideologias que sustentam as relações de poder nos níveis mais ínfimos e sutis. Escreve Foucault:

“Mas, na base, no ponto em terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias. É muito menos e, acho eu, muito mais. São instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação” (FOUCAULT, 2000c, p.40).

A partir das cinco precauções metodológicas, fica evidente que Foucault pretende, com sua analítica do poder, romper com a análise tradicional de compreensão do poder e reorientar a análise do poder. Sair do enquadramento dogmático do âmbito jurídico, das teorias da soberania, dos aparelhos de Estado, das ideologias, rumo a uma análise concreta e minuciosa voltada ao campo das operações de dominação do poder, das formas e sujeição dos indivíduos, das conexões e utilizações dos sistemas locais de sujeição e, ainda, das relações humanas (Foucault, 2000c, p.40). O filósofo francês sugere afastar-se das análises convencionais, que tomam o poder como uma unidade, localizado no centro, seja no soberano, no Estado ou em instituições legítimas. Em contrapartida, Foucault inverte essa visão tradicional, partindo não do centro, mas antes, das periferias, das margens onde o poder atua. Trata-se de afastar da teoria clássica da soberania, e examinar o poder a partir das técnicas e táticas de dominação que atuam nos corpos concretos dos indivíduos. Nesta perspectiva da analítica do poder, observa-se um deslocamento do papel privilegiado do Estado, uma vez que este representa apenas uma “superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia e etc” (FOUCAULT, 1980, p.122).

Com base em Deleuze (1988, p.38), observa-se que na perspectiva foucaultiana o poder na modernidade não agiria por violência ou ideologia, ora reprimindo, ora enganando, ora como polícia, ora como propaganda. Essa ideia não explica fundamentalmente como o poder opera. Visto que a ideologia e a repressão pressupõem um agenciamento ou dispositivos nos quais elas operam. No entanto, ressalta Deleuze (1988, pp.38–39): “Foucault não ignora de modo algum a repressão e a ideologia, mas, como Nietzsche já havia visto, elas não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate”. Deste modo, a repressão e a ideologia são manifestações superficiais do exercício do poder, e não constituem suas forças motrizes. Elas são produtos ou resultados das relações de forças que operam por meio de uma multiplicidade de estratégias e dispositivos que permeiam todo o campo social. Em outras palavras, o poder é, antes de tudo, a multiplicação das relações de força que se entrelaçam, se confrontam, se anulam, se convergem, formando um jogo de poder que é incerto e não obedece a unidades ou conjuntos estáveis.

2.1.2 — A Dimensão Produtiva do Poder em Foucault

Outro aspecto que cabe destacar, é o fato da analítica do poder abrir o campo de análise para uma faceta positiva do poder, no sentido de que este seria uma instância produtora de efeitos, verdades, normas e sobretudo subjetividades. Por essa perspectiva, Foucault rompe com as teorias clássicas que tomam o poder como algo negativo e fundamentalmente repressor, sugerindo uma dicotomia entre sujeito e o poder. Ao contrário, Foucault destaca que os sujeitos não são meros objetos passivos do poder, mas sim agentes que podem resistir e exercer poder. Escreve: “o poder é um feixe de relações mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2000c, p.141). Com isso, compreende-se que a dinâmica do poder na sociedade é pela relacionalidade, fragmentação, mobilidade e, em alguns casos, contradição. Nesse ponto, é preciso ressaltar uma característica essencial da compreensão foucaultiana de poder, já sinalizada algumas vezes ao longo deste trabalho. Para Foucault, o poder deve ser entendido enquanto “relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem”. (Foucault, 1997, p. 71). Em outras palavras, o poder não é uma entidade estática e centralizada na mão de poucos, mas é algo que emerge das interações sociais e se manifesta em uma rede contínua de tensões e confrontos que se estende por todos os níveis da sociedade. Escreve Foucault (2000a, p.240):

O que caracteriza, por outro lado, o ‘poder’ que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar; se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas — e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade — um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras).

Por essa perspectiva, o poder é visto como uma complexa teia de relações que se interconectam e afetam umas às outras. Este deve ser compreendido enquanto relações de forças que tem por objeto outras forças, ou ainda, um conjunto de ações sobre ações possíveis. Deste modo, é importante esclarecer que o poder não tem em vista impor uma dominação total, tampouco se limita apenas à violência física. Pois estas são consideradas mais um meio eventual do que a causa primária de uma ação, sendo, na verdade, instrumentos parte de uma relação de poder específica. Em suma, o poder é caracterizado como um processo ativo, uma ação que ocorre quando um agente exerce influência, direcionando condutas em um campo

aberto de possibilidades. O poder enquanto relações de forças¹¹ abre margem para um campo de possibilidades, uma multiplicidade de acontecimentos e desdobramentos, que promovem um jogo de poder. Neste, algumas forças podem se sobrepor, entrar em conflito ou se anular mutuamente, portanto, um jogo complexo e imprevisível por meio do qual o poder é tanto exercido quanto resistido. Em uma palavra, o exercício do poder é caracterizado pelo governo dos homens uns pelos outros, no sentido de estruturar o eventual campo de ação dos outros (Foucault, 2000a, p.244). Essa concepção revela que o poder não é uma relação de imposição unilateral, mas sim uma relação dinâmica e relacional, que envolve tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles que são alvo de sua influência. Foucault (2000a, 245), ao definir o poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, um elemento fundamental é posto em cena: a liberdade. Esta última se torna um fator central na relação de poder, visto que é precisamente a capacidade dos sujeitos de agir, escolher e resistir que torna possível o exercício do poder. Escreve Foucault (2000a, p.246):

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas — a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) — mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente

2.1.3 — A Relação entre Poder e Liberdade

¹¹ Adendo: com base em Deleuze (1988), é preciso apontar para uma diferenciação entre ação sobre ação e força sobre força. Ao contrário da ação, a força, necessariamente, está sempre em relação à outra força, logo, toda força, é por natureza, uma relação, ou seja, poder.

Com base nisto, chegamos em um último aspecto da compreensão foucaultiana acerca do poder, a ser sinalizado no presente trabalho, a saber, a relação entre poder e liberdade. Diferente das análises usuais, na concepção foucaultiana a liberdade não é antagônica ao poder, uma vez que a liberdade só é possível no interior das relações de poder. Em outras palavras, a liberdade é condição ontológica do poder, uma vez que este só pode ser exercido sobre ou por sujeitos livres enquanto são livres. Foucault (2000a, p.243) aponta que numa relação de poder o outro não é anulado, coisificado, violentado em sua capacidade de agente, ele é reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação, de modo, que se abra, diante das relações de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. Trata-se de um jogo agonístico¹² entre liberdade e poder, em que ora um opera, ora a situação se inverte. Essa relação não é estática, mas constantemente mutável, com forças em disputa se entrelaçando e alternando o seu papel. Neste jogo agonístico, um procura determinar o outro por meio de incitações e provocações mútuas. O poder visa modelar e influenciar as ações dos sujeitos, enquanto a liberdade responde com sua essência provocativa e subversiva¹³, buscando resistir e contestar as imposições do poder. Nesta linha de raciocínio, Juliana Aggio (2020, pp.117-118) destaca que a liberdade desempenha um papel dual, atuando tanto como resistência, quanto como subversão. Por um lado, ela exerce resistência quando necessário, para impedir uma verticalização do poder, exercido de cima para baixo, estagnado numa relação entre dominador e dominado, por outro, “a liberdade busca transformar o poder, testar seus limites, provocar suas determinações, fissurar sua malha, desconfigurar sua ordem, subverter.” (Aggio, J, p.118). Quanto a essa questão, escreve Foucault (2000a, p.244):

Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. [...] Como não poderia haver relações de poder sem pontos de insubmissão que, por definição, lhe escapam, toda intensificação e toda extensão das relações de poder para submetê-los conduzem

¹² Assim nos diz Foucault (2000a, p.243-234): “Mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ — de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente.

¹³ Adendo: “E, aqui, devemos compreender subversão como: (i) insubordinação contra a autoridade, as instituições, as leis, as regras aceitas pela maioria, (ii) transformação da ordem estabelecida, das regras e procedimentos de produção da verdade, (iii) ato ou efeito de transtornar ou perturbar o funcionamento ‘normal’ das coisas e o comportamento regrado das pessoas.” (AGGIO, Juliana, 2020. p.119)

apenas aos limites do exercício do poder; este encontra então sua finalidade seja num tipo de ação que reduz o outro à impotência total (uma “vitória” sobre o adversário substitui o exercício do poder), seja numa transformação daqueles que são governados em adversários. Em suma, toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora.

Deste modo, a analítica foucaultiana rompe definitivamente com as teorias clássicas que colocam o poder e a liberdade como pólos antagônicos. Ao contrário, na abordagem analítica a liberdade é condição do poder e vice-versa. Portanto, possuem uma relação de coexistência e interdependência, ou ainda, de “incitação recíproca e de luta” (Foucault, 2000a, p.245). No entanto, Guilherme Castelo Branco (2001, p.244) destaca que essa luta recíproca entre liberdade e poder é, de fato, impedida em regimes de terror. Nomenclatura utilizada por Foucault para definir, de modo genérico, regimes autoritários e burocráticos, como o stalinismo, o nazi-fascismo ou ditaduras como de Pinochet no Chile. Apesar disso, a liberdade, por sua própria natureza, é insubmissa. Mesmo quando a força do poder tenta aprisioná-la, controlá-la, formatá-lá, a liberdade não é suprimida definitivamente. Ela pode permanecer em estado latente, à espera de uma oportunidade para se expressar e se exercer. Em resumo, a abordagem analítica considera liberdade e poder enquanto dimensões que se enfrentam de maneira constante e sem síntese dialética¹⁴, isto é, sem uma solução definitiva a médio ou longo prazo. Por essa perspectiva, Foucault não se comove e nem se mobiliza por ideais igualitaristas radicais ou ideais comunistas utópicos, visto que, para ele, o tecido social é constituído por uma agonística entre poder e liberdade, que abre margem para um campo de possibilidades e efeitos. Em suas palavras:

Uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração. O que, diga-se de passagem, torna ainda mais necessária, do ponto de vista político, a análise daquilo que elas são numa dada sociedade, de sua formação histórica, daquilo que as torna sólidas ou frágeis, das condições que são necessárias para transformar umas, abolir as outras. Pois, dizer que não pode existir sociedade sem relação de poder não quer dizer nem que aquelas que são dadas são necessárias, nem que de qualquer modo o ‘poder’ constitua, no centro das sociedades, uma fatalidade incontornável; mas que a

¹⁴ Quanto a essa questão nos diz Foucault: “Não aceito essa palavra dialética. Não e não! É preciso que as coisas estejam bem claras. Desde que se pronuncia a palavra “dialética”, se começa a aceitar, mesmo que não se diga, o esquema hegeliano da tese e da antítese e, com ele, uma forma de lógica que me parece inadequada, se quisermos dar uma descrição verdadeiramente concreta desses problemas. Uma relação recíproca não é uma relação dialética.

análise, a elaboração, a retomada da questão das relações de poder, e do ‘agonismo’ entre relações de poder e intransitividade da liberdade, é uma tarefa política incessante; e que é exatamente esta a tarefa política inerente a toda existência social. (FOUCAULT, 2000a, p.246)

Com isso, fica evidente que a analítica do poder foucaultiana não é um pessimismo, como leituras superficiais tendem a constatar devido à diversidade dos dispositivos de poder na sociedade que disciplinam, controlam e produzem conhecimento. Poderia-se argumentar que a sociedade atual já estaria dominada por um controle total dos sujeitos, capaz de subjugar qualquer potencial de revolta. No entanto, Foucault enfatiza que seu ponto de partida teórico não é uma aceitação passiva do poder. Ao invés de aceitar a fatalidade deste, ele reconhece e enfatiza as estratégias e possibilidades de resistência e transformação. Em meio ao labirinto das relações de poder que nos cercam, Foucault emerge como um pensador militante e engajado, e nos convida a uma reflexão profunda, ao olhar atento sobre os fios invisíveis que tecem as teias de poder. A partir disso, estimula-nos a questionar, a contestar e a desafiar as estruturas opressivas, isto é, a traçar estratégias, linhas de fuga, a promover novos modos de existência. Neste ponto, cabe sinalizar que o sujeito foucaultiano é constituído a partir deste jogo agonístico entre liberdade e poder. Há uma recusa de um sujeito universal, portador de uma natureza atemporal, passivo das relações de poder, e em seu lugar, descreve um sujeito que se constitui tanto pelas formas de assujeitamento, quanto por suas escolhas éticas e políticas. Escreve Simone Sampaio (2011, p.224):

“O sujeito foucaultiano é inacabado por excelência, nesse caso, inacabado não apenas no sentido de algo que ainda não foi terminado ou concluído. Aqui seu significado ganha a história: sujeito construído, produto histórico, somatório de processos de subjetivação. Não é um sujeito interrompido, pois não há uma essência primordial que foi usurpada, é um sujeito presente e pleno de devir.” (SAMPAIO, p.224)

Deste modo, o sujeito se constitui a partir do embate entre poder e liberdade, num eterno movimento de sujeição e desujeição. Por um lado, o indivíduo se torna sujeito ao ter sua subjetividade sujeitada ao poder, por outro, o indivíduo é capaz de resistir às investidas do poder ao exercer sua liberdade, isto é, produzindo novos modos de subjetivação. Deste modo, a liberdade foucaultiana não se restringe a um conceito jurídico, mas é ética e estética por excelência. Em termos éticos, a liberdade está relacionada à capacidade do sujeito refletir

criticamente sobre si e de questionar as normas impostas pelas redes de controle. Já no aspecto estético, a liberdade promove novos modos de existência, abre a possibilidade de uma estilização da existência, na qual, cada sujeito é visto como um artista que produz sua vida como uma obra de arte¹⁵. Aqui, o conceito de ontologia crítica se faz fundamental, ao articular reflexão crítica e histórica. Essa abordagem possui tanto um aspecto tecnológico, que analisa as formas de racionalidade que nos influenciam e subjagam, quanto um aspecto estratégico, que abre espaço para a liberdade e a possibilidade de resistência diante das formas de poder que nos oprimem. Em suma, a filosofia de Foucault é uma caixa de ferramentas conceituais e metodológicas que nos possibilita traçar um diagrama da atualidade e de nós mesmos, e a partir disso, nos capacita a promover mudanças tanto em nossa própria existência como na realidade. Quanto a essa questão, conclui Seixas (2009,p.32):

Uma filosofia crítica, capaz diagnosticar e buscar as condições e as indefinidas possibilidades para transformar o sujeito, identificando a gênese do poder e a descrição da aplicação de seus mecanismos sobre os indivíduos se faz imprescindível. Abrindo brechas para tentativas criativas de novas formas de resistência, contra as práticas sutis de assujeitamento, re-propondo a análise do campo político atual, através da constituição ética dos sujeitos, partindo da produção de subjetividades. Então a tarefa política incessante da filosofia se apresenta como a análise, a elaboração e a crítica das relações de poder, problematizando a relação de agonismo entre poder e liberdade. Se Foucault não apresenta quaisquer tipos de saídas ou soluções mirabolantes e idealistas, não enfatizando um otimismo simplório, também está longe de se apresentar como um pessimista ou niilista. Sua posição se reflete como a de um realista militante que remete ao diagnóstico de que toda a sociedade é perpassada por relações de poderes, envolvendo a agonística entre poderes e contrapoderes. Precisamos estar conscientes de que esta luta cria novos domínios de poder. Assim, não existem lutas libertárias que se completam, mas sempre se recriam.

Deste modo, a questão é ética e política, e consiste em conferir liberdade a nós mesmos em relação à estrutura de individualização que nos é imposta. Com base no exposto,

¹⁵ Adendo: No último Foucault essa ideia é desenvolvida, sobretudo, a partir da noção de *epimeleia heautou*. Foucault nota um momento muito específico na história, na qual a ética e a estética se entrelaçaram na constituição de um tipo de subjetividade muito particular. Assim, revisitando a cultura grega e greco-latina, sobretudo os escritos epicuristas e estoicos, ele observa um conjunto de práticas, que ele denomina artes da existência: “*deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*”. (Foucault, *Hermenêutica do Sujeito*, 2004, p.14).

observa-se que a questão central da analítica do poder consiste em examinar a dinâmica de condução de condutas, caracterizada por um agonismo entre liberdade e poder. Um jogo em que um busca determinar a conduta do outro, este, em alguma medida conduzido, tentará evitar ser completamente determinado, criando um movimento de resistência recíproca. Ao analisar esta dinâmica, Foucault enfatiza os jogos estratégicos nos quais as práticas de resistência tornam possíveis enquanto práticas de liberdade. No entanto, cabe pontuar que essa ênfase no agonismo entre liberdade e poder torna-se mais pronunciada em seus estudos a partir de 1978. Essa mudança representa a transição de uma análise sobre a constituição do sujeito sujeitado, ou seja, o indivíduo controlado pela norma e regulado pelo biopoder, para uma abordagem concentrada na agonística do sujeito, com ênfase na liberdade como potência. É no curso *Segurança, Território e População* (1978) que se tem a inauguração desta nova perspectiva na analítica do poder. Ao investigar o processo de governamentalidade a partir do poder pastoral, especialmente a crise do pastorado cristão no século XVI, Foucault observa com clareza a especificidade de uma dinâmica do poder caracterizada por condutas e contracondutas. Posteriormente, nos cursos do início da década de 1980, essa abordagem é amplamente desenvolvida, principalmente na análise do cuidado si no contexto greco-romano. Foucault, como arqueogenealogista atento ao presente, resgata o cuidado de si enquanto uma prática concreta capaz de resistir às frequentes práticas de subjetivação e objetificação modernas. Isso evidencia a estreita ligação entre o estudo da governamentalidade e a investigação das práticas éticas de subjetivação no último Foucault.

Por hora, não adentraremos nesta questão, basta ter em mente que essa modulação da analítica foucaultiana, concentrada na agonística entre poder e liberdade, é inaugurada no curso de 1978 a partir de um exame minucioso do poder pastoral e desenvolvida minuciosamente nos cursos e escritos da década de 1980. Antes de avançarmos para uma análise acerca do curso *Segurança, Território e População*, é preciso retroceder ao curso *Em Defesa da Sociedade* de 1976. Trata-se de um passo imprescindível para se compreender o funcionamento e a dinâmica do poder foucaultiano. É neste curso, que Foucault apresenta, de maneira mais refinada, a noção de biopolítica. Ao examinar com precisão a relação entre poder, guerra, raça e biologia, Foucault visa compreender como a biopolítica se insere no campo das práticas políticas, e tem por objetivo regular e governar a vida da população na totalidade. A escolha de Foucault em analisar a biopolítica a partir desse curso de 1976 é significativa, por representar um ponto crucial em sua trajetória intelectual. Nesse momento, ele desenvolve e sistematiza a noção de biopolítica com maior rigor conceitual. Proporcionando bases sólidas para sua análise das relações de poder nas sociedades modernas,

com foco na governamentalidade. O que será desenvolvido nos seus escritos posteriores, sobretudo, no curso de 1978. Agora, analisemos com detalhes o caminho argumentativo percorrido por Foucault ao longo do curso *Em Defesa da Sociedade*.

2.3 — Do Poder Soberano ao Biopoder

Até o momento do presente trabalho, nos centramos nas questões metodológicas, fundamentais para compreender a maneira pela qual Foucault compreende a dinâmica do poder, um dos grandes focos da presente pesquisa. Por um lado, observamos que a arqueogenealogia foucaultiana tem em vista traçar um diagnóstico preciso do presente, por meio de uma arqueologia dos rastros na história e uma genealogia de seus reflexos na atualidade. Por outro, compreendemos que a analítica do poder é uma abordagem teórica e metodológica que se preocupa em entender como o poder opera e se manifesta em diferentes níveis da esfera social. A analítica foucaultiana compreende o poder enquanto um conjunto de relações de forças múltiplas e difusas, abrindo margem para um campo de possibilidades e resultando em um confronto contínuo entre poder e liberdade. Essa perspectiva cria um cenário de jogo agonístico, onde diferentes forças se confrontam e se entrelaçam. Deste modo, a combinação da arqueogenealogia com a analítica do poder fornece uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e saber que estão presentes em sociedades de diferentes épocas históricas.

Nesse sentido, no curso *“Em Defesa da Sociedade”*, por meio desta abordagem integrativa, Foucault reconstrói a trajetória das diversas técnicas e tecnologias de poder desenvolvidas no Ocidente a partir do século XVI até chegar na complexa estrutura de poder contemporânea. Eis o objetivo do presente tópico, refazer o caminho percorrido por Foucault no curso de 1976, de modo a evidenciar a passagem de uma arte de governar herdada da Idade Média cujos princípios retomam valores morais. Para uma arte de governar cuja racionalidade tem por princípio e campo de aplicação o funcionamento do Estado: a governamentalidade racional do estado (Revel, 2005, p.54). Em outras palavras, Foucault identifica que a partir do final do século XVII, a vida entra na história, no campo das técnicas políticas junto da expansão do capitalismo, este acontecimento é para Foucault o que estrutura a política da modernidade. Ele observa a vida biológica se tornando um objeto de gestão política e uma parte fundamental nas estratégias de poder nas sociedades modernas.

Com base nisso, é relevante delimitar os três ordenamentos identificados por Foucault no curso de 1976, a fim de proporcionar elementos essenciais para a compreensão da dinâmica do poder na modernidade. Em resumo, Foucault identifica três ordenamentos distintos: o da soberania, vigente até o século XVII; um biopoder que se desdobra em um poder disciplinar de viés individualizante, abrangendo o período do século XVII até o século XX; e um poder biopolítico de natureza totalizante, característico da contemporaneidade. É importante destacar que não se trata de uma transição rígida entre esses três ordenamentos, mas sim de um fenômeno complexo de integração e transformação dos dispositivos e técnicas de poder. Não há uma sequência clara e linear, como se um ordenamento sucedesse o outro de maneira ordenada. Em vez disso, Foucault argumenta que coexistem diferentes formas de poder. Nesta visão, não há uma separação entre disciplina e biopolítica, uma vez que essas não constituem duas teorias distintas, mas sim duas formas de funcionamento do saber-poder que operam com focos e finalidades específicas. Sua articulação, com precisão, constitui o que Foucault denomina de sociedade de normalização. Explica Foucault: (2008b, p.8)

Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos [...].

Feitas as considerações iniciais, cabe explicitar o caminho argumentativo realizado por Foucault em relação aos desdobramentos das técnicas e tecnologias do poder ao longo do tempo. O fio condutor de sua argumentação é o deslocamento do modelo de guerra no discurso histórico-político. Em outras palavras, Foucault parte por analisar as relações de poder e de força a partir da perspectiva da guerra. Ele percebe a existência de uma guerra primitiva, silenciosa e permanente sob os aparelhos do estado, sob as leis, sob as subordinações, etc. Nessa direção, propõe uma inversão do princípio de Clausewitz, com o seguinte questionamento: “*é bem possível que a guerra seja a política praticada por outros meios, mas a própria política não será a guerra travada por outros meios?*” (Foucault, 2000c, p.54). Mas a questão para Foucault é anterior a esta, trata-se de investigar como Clausewitz chegou à tese de que a guerra é a política continuada por outros meios. Nesse sentido, Foucault (2000c, p.55) observa que ele simplesmente teria invertido uma tese que circulava desde os séculos XVII e XVIII. Trata-se de um princípio anterior a Clausewitz, a ideia de que a política é a guerra continuada por outros meios

Foucault (2000c, pp.55–56) nota haver na existência desta tese preliminar a Clausewitz um tipo de paradoxo histórico, onde, com o crescimento e desenvolvimento dos Estados ao longo da Idade Média e no início da era moderna, as práticas e instituições de guerra passaram por uma evolução notável. Em suma, a guerra se viu pouco a pouco estatizada, o que significa que apenas os poderes estatais passaram a poder iniciar guerras e manipular os instrumentos bélicos. Esse processo culminou no surgimento do exército enquanto instituição, que se deu no fim da Idade Média. O paradoxo emerge quando a guerra é expulsa para os limites do Estado, centralizando-se e recuando para suas fronteiras. Em outras palavras, o aparecimento de um Estado dotado de instituições militares colocou fim à prática cotidiana da guerra, esta última se viu expulsa para os limites do Estado, e, ao mesmo tempo, centralizada em sua prática e recuada para a sua fronteira.

Esse processo foi crucial para a ascensão de um novo discurso, de natureza histórico-política, totalmente diferente daquele discurso filosófico-jurídico que predominava até então. Este último, baseado nas teorias da soberania, sustentava que o poder político emergia com o fim da guerra, e que a lei e o Estado eram meios de pacificação da sociedade. Ao contrário, o novo discurso histórico-político compreende a guerra enquanto relação social permanente e um fundamento constante de todas as relações e de todas as instituições de poder. Com base nisto, Foucault se propõe a traçar uma arqueogenealogia desse novo discurso, investigando minuciosamente suas condições históricas de origem, bem como as modulações ao longo do tempo, que culmina na emergência da biopolítica. Em outras palavras, o arqueogenealogista visa desvendar as raízes deste novo tipo de poder e suas transformações até sua forma contemporânea de natureza biopolítica.

2.3.1 - Da guerra a contra-história: gênese e características do Discurso Histórico-Político

De acordo com Foucault (pp.56–59), o discurso histórico-político em um contexto posterior ao término das guerras civis e religiosas do século XVI. Por um lado, ele se manifestou nas lutas políticas inglesas do século XVII, e posteriormente, reapareceu na França, no final do reinado de Luís XIV, durante os conflitos da aristocracia francesa contra o estabelecimento da grande monarquia absolutista e administrativa¹⁶. Por outro, este discurso é

¹⁶ Foucault (2000c,p.57) pontua que se trata de um discurso ambíguo: “Já que de um lado, na Inglaterra, ele foi um dos instrumentos de luta, de polêmica e de organização política dos grupos políticos burgueses,

reelaborado e sofisticado no início do século XIX, por biólogos racistas, teóricos eugenistas, entre outros. Neste ponto, Foucault destaca sua divergência em relação à tradição filosófico-jurídica tradicional, que sustentava que o poder político emergia com o fim da guerra. Pelo contrário, ele enfatiza que a lei e o Estado não são sinônimos de pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a exercer sua influência destrutiva no interior de todos os mecanismos de poder. Nesse sentido, Foucault desafia a ideia de que a pacificação e a ordem social são alcançadas com a instituição da lei e do Estado. E, em contrapartida, argumenta que as relações de poder são impregnadas de conflitos, embates e lutas constantes, mesmo sob a aparente estabilidade oferecida pela legislação e intuições estatais. Escreve Foucault (2000c, p.59):

A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. [...] Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém. (FOUCAULT, 1975, p.59).

Deste modo, Foucault (2000c, p.60) rompe mais uma vez com a tradição contratualista, especialmente com as ideias de Thomas Hobbes. O filósofo francês destaca a necessidade de abandonar a falsa crença de que o corpo social é constituído por necessidade de natureza e/ou por exigências funcionais preestabelecidas. Em vez disso, ele enfatiza a ideia de que a sociedade está imersa em uma guerra permanente que perpassa todos os âmbitos sociais. Nesse sentido, ele observa que o novo discurso histórico-político que surge no final da Idade Média na sociedade ocidental, não visa apresentar uma perspectiva totalizante ou neutra. Pelo contrário, Foucault (2000c, p.60) ressalta que ele é sempre um discurso de perspectiva, ou seja, é enunciado a partir de um ponto de vista específico. Aqui está a primeira característica distintiva: o sujeito que fala neste discurso não tem em vista ocupar a posição de um jurista ou filósofo, isto é, não se coloca como sujeito universal, totalizador, ou neutro. Em vez disso, esse sujeito está imerso em uma luta geral e adota uma perspectiva específica; ele está necessariamente de um lado ou de outro. Deste modo, este discurso está entrelaçado nos jogos de poder e saber que permeiam a sociedade, sendo, portanto, intrinsecamente ligado às dinâmicas sociais, sua manifestação dependente das forças que estão em jogo. Mesmo que

pequeno-burgueses e eventualmente até mesmo populares, contra a monarquia absoluta. Ele foi também um discurso aristocrático contra essa mesma monarquia.

esse discurso trate do direito e reivindique direitos, Foucault destaca que os direitos defendidos como “nossos” são, na verdade, direitos singulares e fortemente marcados por uma relação de propriedade, de conquista, de vitória, de natureza. Nas palavras de Foucault (2000c, p.61):

“[...] é sempre um discurso de perspectiva. Ele só visa a totalidade entrevedo-a, atravessando-a, transpassando-a de seu ponto de vista próprio. Isto quer dizer que a verdade é uma verdade que só pode se manifestar a partir de sua posição de combate, a partir da vitória buscada, de certo modo no limite da própria sobrevivência deste sujeito. Entre relações de força e relações de verdade, esse discurso estabelece um vínculo fundamental.”

Portanto, este novo discurso histórico-político tem como característica essencial ser um discurso de perspectiva, na qual o sujeito, imbricado em um jogo de forças, necessariamente deve ocupar uma posição, que nunca é neutra. Outra característica notável desse discurso diz respeito ao vínculo fundamental que este estabelece entre relações de força e relações de verdade. Isso significa que esse discurso reconhece a influência das relações de poder na formação da verdade, que pode fornecer força ou desequilibrar a balança de poder. Nas palavras de Foucault: “a verdade é um mais de força, assim como ela só se manifesta a partir de uma relação de força” (Foucault, 2000c, p.62). Neste discurso, a inteligibilidade da história se desenha em um movimento ascendente, buscando compreender a trama contínua da própria história e das sociedades a partir do intrincado entrelaçamento de elementos contingentes como corpos, paixões e acasos. Foucault (2000c, p.64) destaca que acima dessa trama, emerge uma racionalidade crescente que envolve cálculos, estratégias e procedimentos técnicos para manter a vitória, conservar ou estabelecer as relações de poder. No entanto, ele salienta que se trata de uma racionalidade frágil que, à medida que se desenvolve, se torna cada vez mais abstrata, e ilusória. Também, cada vez mais vinculada à astúcia e à maldade daqueles que, temporariamente, detém o poder, e possuem o interesse de manter uma relação de dominação. Em contrapartida, na base do eixo histórico se encontra uma irracionalidade fundamental e permanente, representada por elementos brutos, onde a verdade se faz presente. Explica Foucault (2000c, p.65):

Temos um eixo que possui, na base, uma irracionalidade fundamental e permanente, uma irracionalidade bruta e nua, mas na qual irrompe a verdade; e depois, na direção das partes altas, temos uma racionalidade frágil, transitória, sempre comprometida

com a ilusão e a maldade e vinculada a elas. A razão está do lado da quimera, da astúcia, dos maldosos; do outro lado, na outra extremidade do eixo, temos uma brutalidade elementar: o conjunto dos gestos, dos atos, das paixões, das raivas cínicas e nuas; temos a brutalidade, mas a brutalidade que está também do lado da verdade. Portanto, a verdade estará do lado da desrazão e da brutalidade; a razão, em compensação, do lado da quimera e da maldade; totalmente o contrário, por conseguinte, do discurso explicativo do direito e da história até então. O esforço explicativo desse discurso consistia em destacar uma racionalidade fundamental e permanente, que seria por essência vinculada ao justo e ao bem, de todos os casos superficiais e violentos, que são vinculados ao erro. Inversão, pois, acredito eu, do eixo explicativo da lei e da história.

Com base nisto, Foucault ressalta que este é possivelmente o primeiro discurso, desde a Idade Média, que pode ser chamado rigorosamente de histórico político. Como ele coloca: “É um discurso no qual a verdade funciona explicitamente como arma para uma vitória exclusivamente partidária.” (Foucault, 2000c, p.68). Uma última característica apontada por Foucault, diz respeito ao fato de que se trata de um discurso histórico que desempenha uma função de contra-história. Isso significa que ele rompe com os discursos dos grandes vencedores, apresentando a primeira história não-romana ou anti-romana que o Ocidente conheceu. Em oposição ao discurso tradicional, a função da memória não será de assegurar a manutenção da lei e o fortalecimento do poder soberano. Em vez disso, seu objetivo é trazer à tona o que foi negligenciado e ocultado, revelando a força motriz e constitutiva da história: as relações de forças. Trata-se de redescobrir passado de lutas reais, vitórias efetivas e derrotas que produziram as relações de poder, mesmo que não estejam claramente visíveis nos códigos atuais. Portanto, Foucault (2000c, p.66) ressalta que esse discurso histórico-político não procura relativizar a história em relação a algum absoluto, como a lei ou a verdade, mas sim revelar o infinito da história, com seus mecanismos, acontecimentos e relações de força em constante dissolução. Nas palavras de Foucault (2000c, p.66):

Trata-se de redescobrir o sangue que secou nos códigos e, portanto, não de encontrar, sob a fugacidade da história, o absoluto do direito: não reportar a relatividade da história ao absoluto da lei ou da verdade. Ao contrário, é sobre a estabilidade do direito que se deve redescobrir o infinito da história, sob a fórmula da lei, os gritos de guerra, o equilíbrio da justiça e a dissimetria das forças. Nesse campo histórico, que nem sequer pode ser considerado relativo, pois não se relaciona com nenhum absoluto, encontra-se um infinito da história que é, de certo

modo, ‘irrelativizado’, a eterna dissolução em mecanismos e acontecimentos que envolvem a força, o poder e a guerra.

Ao se pensar nas relações poder/guerra, poder/relações de força, associam-se usualmente os nomes de Hobbes e Maquiavel. No entanto, Foucault (2000c, p.70) demonstra uma grande preocupação em distanciar este discurso político tanto da política do “Príncipe” quanto da noção de soberania absoluta. Segundo o filósofo francês, esse discurso considera o Príncipe mera ilusão ou até mesmo como um inimigo. No fundo, este discurso corta a cabeça do rei, isto é, o dispensa e o denuncia. Nessa perspectiva, o arqueogenealogista observa que a concepção hobbesiana do “estado de natureza” como uma “guerra de todos contra todos” é, na realidade, uma guerra da igualdade, que se desenrola na ordem das representações, e não na ordem do enfrentamento de forças reais. Hobbes exclui a guerra e a encara como um produto do medo, relacionando-a exclusivamente à ausência de um poder soberano central. Em contrapartida, Foucault (2000c, p.132) percebe a guerra não apenas como um confronto físico de forças reais, mas também como uma guerra de representações, ideologias e estratégias políticas. Nessa direção, a guerra não se dissolve completamente na formação do Estado, mas é vista como um traço permanente das relações sociais, uma trama subjacente e um segredo que permeia as instituições dos sistemas de poder.

2.3.2 — Da Luta à Defesa: o desdobramento do Discurso Histórico-Político

Posto isto, Foucault (2000c, p.70) identifica a emergência deste discurso histórico-político, que por sua vez possui um duplo nascimento no século XVII. O primeiro momento ocorre em torno de 1630, com as reivindicações populares na Inglaterra pré-revolucionária. Nessa época os discursos dos puritanos e dos niveladores (*levellers*) surgiram como manifestações de luta contra a monarquia absolutista e as desigualdades sociais. Eles buscavam reivindicar direitos e igualdade política, representando a perspectiva de uma classe social em oposição à dominação. O segundo momento se desenrola aproximadamente em 1680, no fim do reinado de Luís XIV, e envolve um discurso aristocrático que também contestava o poder do rei, embora vindo de uma posição social diferente em relação aos puritanos e *levellers*. Portanto, nota-se que esse discurso assume uma perspectiva variável, podendo se movimentar da direita para a esquerda, um discurso que

circula entre as personagens da história. No centro dessa análise do discurso histórico da nobreza reacionária na França do século XVII está a obra de Henri de Boulainvilliers sobre as instituições francesas. Este último, protestava contra o conhecimento fornecido ao rei pela máquina administrativa, que não contemplava os interesses da nobreza.

Em resposta a isso, Boulainvilliers propõe um discurso histórico como uma forma de despertar a memória dos nobres e do próprio monarca para reconstituir o justo saber do rei. Essa proposta envolve enfrentar os discursos jurídicos, os saberes econômicos do tribunal e da repartição pública. E no lugar destes dois, substituir pelo saber da história. Foucault (2000c, p.70) pontua que nesse discurso histórico, o sujeito desempenha um papel central na narrativa, a nobreza, por exemplo, é tratada como uma nação distinta que possui seus próprios costumes e leis, em contraposição a outros grupos. Com isso, esse novo discurso introduz o princípio do caráter relacional do poder, no qual este é visto como uma relação e não mais uma propriedade. As dinâmicas de força e os jogos de poder tornam-se aspectos fundamentais na história, contrastando com a visão de Maquiavel, que enxergava a história como um lugar de modelos táticos para o exercício do poder. Com base nestas considerações, Foucault destaca que esse tipo de discurso se generaliza como uma estratégia discursiva utilizável em diferentes lutas políticas e por diferentes grupos e ideologias.

Neste ponto, Foucault observa que o elemento da guerra, enquanto elemento de inteligibilidade, passou por uma transformação paradoxal durante a Revolução Francesa. Houve uma transição da “condição de existência da sociedade e das relações políticas” para a “condição de sua sobrevivência em relações políticas” (Foucault, 2000c, p.258). Essa mudança ocorreu, principalmente, devido à reelaboração política do conceito de “nação” promovida pelo pensamento burguês. Essa nova concepção de nação tornou-se uma matriz para o discurso histórico, aproximando-se do Estado, enfraquecendo sua função antiestatal. A partir dessa mudança, a ideia de guerra se transformou em uma ideia de guerra interna travada “em defesa da sociedade”. E aqui, talvez, encontramos o ponto central do curso de 1978, esse discurso no século XVII reaparece como um instrumento de guerra na luta social entre as raças. Em outras palavras, esse discurso de luta permanente ganha um caráter biológico de luta e guerra de raças. A medida em que avançamos ao século XIX, há ainda outro desdobramento deste discurso: não se trata mais de um instrumento de luta de um grupo social contra outro, ele passa a servir como numa estratégia global dos conservadorismos sociais, que buscam defender a sociedade contra todos os perigos biológicos de uma sub-raça (Foucault, 2000c, p.73). Aqui reside a razão por trás do título original do livro “*Il faut défendre la société*”. Este é um discurso de defesa da nação, que, no fundo, é um discurso de

combate entre uma raça considerada verdadeira e única, detentora do poder e da norma, contra uma sub-raça inferiorizada, que se encontra fora desta norma. Em outras palavras, o Racismo de Estado surge como realizador de um biopoder, cujo objetivo é gerir a vida e a morte da população.

2.4 — A vida como objeto do poder: disciplina, controle e normalização

Diante do exposto, cabe agora explicitar como se deu o surgimento deste fenômeno, que obviamente não se deu de repente. Este biopoder, que já se manifestava no século XVII, não substituiu o anterior, aquele poder do tipo soberano, mas sim, o atravessou, modificando-o. Em linhas gerais, podemos entender esse processo como a transição de um poder soberano cujo objetivo era “fazer morrer” para um biopoder cujo foco é “fazer viver”. Em outras palavras, ocorreu uma inversão das categorias de poder sobre a vida. Na teoria clássica da soberania, o direito da vida e da morte era um dos seus atributos fundamentais. Neste período, a vida e a morte não eram mais consideradas fenômenos naturais e externos ao campo político. Elas se tornaram direitos atribuídos à vontade do soberano, que decidia quem deveria morrer ou viver. É crucial notar que esse direito de vida e morte se exercia de maneira desequilibrada, inclinando-se mais para o lado da morte. Isso, pois a intervenção do soberano ocorria quando se deveria matar, reforçando a ideia do direito “de fazer morrer ou deixar viver”. Já nos séculos XVII e XVIII, juristas começaram a se preocupar com o direito da vida e da morte. O soberano emergia como uma figura protetora da vida dos súditos, permitindo-lhes viver, uma vez que estavam em constante perigo ou necessidade. A questão da vida tornou-se uma preocupação no campo do pensamento político.

Ao abordar esse tema, como de práxis, Foucault parte não do centro, mas antes, das periferias. Ou seja, ele opta por uma análise que não se concentra no âmbito da teoria política, mas sim nos mecanismos e tecnologias do poder, de modo a compreender como o poder se manifesta na prática. Ele vai além das abstrações teóricas e explora os detalhes concretos das relações de poder e sua influência sobre a vida dos indivíduos. Nessa direção, Foucault (2000c, p.295) começa por destacar o surgimento de técnicas de poder nos XVII e XVIII, as quais se concentravam nos corpos individuais, visando aumentar sua utilidade e produtividade, possuindo, portanto, técnicas baseadas numa racionalidade econômica. Esse período marcou o desenvolvimento de uma sociedade disciplinar, na qual as técnicas de coerção eram aplicadas sistematicamente para controlar o tempo, espaço e movimento dos

indivíduos. Essas técnicas incluíam a organização, o esquadramento e a vigilância dos corpos. Foucault intitula esse tipo de tecnologia de poder de “anátomo-política”, descrevendo-a como uma micropolítica do corpo.

Posteriormente, na segunda metade do século XVIII, uma nova técnica aparece, que não substitui, mas sim, se integra à primeira. Essa nova tecnologia de poder é a “biopolítica”, que se concentra não no homem-corpo, mas no homem-espécie. Isso significa que ela direciona sua atenção para toda a dinâmica da população, abrangendo aspectos como saúde, ideologias, subjetividade e vida em geral. Essa mudança nas relações de forças inauguram a entrada da vida nos mecanismos e cálculos de poder, operando em duas frentes distintas e complementares. Por um lado, tem-se uma anátomo-política que foca nos corpos individuais para torná-los úteis e produtivos. Por outro, tem-se um “biopoder” de natureza totalizante, que abrange toda a dinâmica da população, envolvendo corpo, saúde, ideias, subjetividade, em última instância, a vida em sua totalidade. Escreve Foucault (2000c, p.289):

Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.

Deste modo, no decorrer do século XVII, observa-se o surgimento da anátomo-política, uma forma específica de exercício do poder focalizada nos corpos individuais. Já na segunda metade do século XVIII, emerge a biopolítica, voltada para a gestão da população em sua totalidade. Nesse contexto, a vida se torna objeto do poder, demandando o controle de processos como natalidade, mortalidade, longevidade, etc. Nesta direção, no final do século XVIII testemunhou a ascensão da medicina social, com foco na higiene pública e na medicalização da população. Conforme adentramos o século XIX, período marcado pela industrialização, a velhice torna-se outro grande alvo do poder. Foucault (2000c, p.291), observa que estes mecanismos que começam a ser implementados neste período são muito mais sutis e economicamente muito mais racionais. Cabe destacar que no começo do século XVIII surgiram instituições disciplinares como escolas, hospitais, quartéis, etc. Ao passo que no final do século XVIII o poder passou a direcionar sua atenção também para os processos biológicos ou bio-sociológicos das massas humanas. Foucault

(2000c, p.298) resume essas mudanças em duas séries: corpo — organismo — disciplina — instituições; e população — processos biológicos — mecanismos regulamentadores — Estado. Além disso, é importante destacar que esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e outro regulamentador, não operam no mesmo nível, permitindo a articulação entre eles. A articulação entre disciplina e regulamentação caracteriza o que Foucault chama de “sociedade de normalização”.

“A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, e dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo e a população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (Foucault, ,2000c, p.302)

Portanto, no pensamento foucaultiano, esses dois poderes não constituem duas teorias separadas, mas sim, duas formas de funcionamento do saber-poder, que operam com focos e finalidades específicas na sociedade de normalização. O poder disciplinar atua no adestramento dos corpos individuais, tornando-os úteis e produtivos, enquanto o poder regulatório atua na regulação da vida da população de modo abrangente. Deste modo, a sociedade de normalização, como descrita por Foucault, é uma sociedade complexa, na qual as normas de disciplina e regulamentação se entrecruzam, formando uma articulação ortogonal. Nesse contexto, a vida torna-se o epicentro do poder, e este se estende por toda a superfície da existência, abrangendo desde o âmbito orgânico até o biológico, do corpo individual à totalidade da população. Essa expansão do poder ocorre por meio de um jogo duplo entre as tecnologias de disciplina voltadas aos corpos individuais e as tecnologias de regulamentação focalizadas na vida da população. A junção desses dois tipos de poder cria uma rede de controle que não se limita a instituições específicas, mas permeia todos os aspectos da vida cotidiana. Nessa sociedade, a normalização se torna o fim último, e os indivíduos são constituídos para se encaixarem na norma, seja por meio da disciplina que atua sobre seus corpos e comportamentos, ou pela regulamentação que influencia a vida da população em sua totalidade. Essa busca pela normalização é uma das principais características da sociedade moderna, na qual o poder exerce um controle abrangente sobre a vida das pessoas, tanto em termos individuais quanto coletivos. Portanto, a sociedade de

normalização representa a confluência e interconexão dessas duas formas de poder, marcando a era moderna.

2.4.1- Biopolítica e Racismo de Estado: mecanismos reguladores da vida e morte

Feitas essas considerações, compete ainda a este tópico, breves apontamentos acerca da relação entre a biopolítica e o racismo de Estado. De fato, vimos que este biopoder é um poder que produz, que organiza forças, diferentemente daquele em que se eliminava estas forças. No entanto, torna-se pertinente o seguinte questionamento: “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” (Foucault, 2000c, p.304). Neste ponto, o racismo é inserido nos mecanismos de controle e poder do Estado de duas maneiras principais. Primeiro, Foucault (2000c, p.305) aponta para uma hierarquização das raças na qual o poder estabelece cortes no contínuo biológico, determinando quais as raças são consideradas superiores e quais são inferiores. Isso resulta na fragmentação desse contínuo biológico, criando divisões claras entre raças consideradas superiores, e que, portanto, devem viver, e aquelas raças consideradas inferiores, e que, portanto, devem morrer. Em segundo lugar, e a partir disso, o racismo também possui uma função de relação positiva, no sentido de que a eliminação de determinadas raças inferiores resulta na potencialização de outras. Nesta concepção, a população é tratada como um único corpo biológico, fazendo-se necessário eliminar ou excluir os elementos que não se enquadraram neste, para o seu fortalecimento ou potencialização deste. Em suma, o racismo se enquadra no biopoder como um mecanismo de controle que divide a população em categorias hierárquicas e que, ao mesmo tempo, visa aprimorar e fortalecer determinadas raças em detrimento de outras. A eliminação ou a marginalização de raças consideradas inferiores é vista como uma maneira de fortalecer o corpo biológico-população, de modo a promover uma ideia de “pureza” e “homogeneidade” biológica.

Por essa perspectiva, no sistema do biopoder, a função assassina do Estado é assegurada pelo mecanismo do racismo, uma vez que: “A morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.” (Foucault, 2000c, p.305). O racismo, portanto, justifica a eliminação ou a marginalização de grupos específicos com base em ideias de superioridade e inferioridade racial. Neste ponto, Foucault destaca que as teorias hegemônicas-brancas do século XIX não apenas encobriam o discurso político sob uma vestimenta científica, mas

também produziam uma maneira de pensar “as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes e etc” (Foucault, 2000c, p.307). Segundo o arqueogenealogista, o racismo se desenvolve como primo do genocídio colonizador, é por meio de discursos, aqueles sobre o evolucionismo que o biopoder garante uma legitimidade para matar populações. Nas palavras de Foucault (2000c, p.308):

“Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva”.
(p.308)

Em resumo, o conceito de biopoder enfoca a população corresponderia a um corpo biológico, implicando na necessidade de eliminar o que não se encaixa neste corpo para fortalecer e potencializar o todo. O racismo é inserido nos mecanismos de poder e de controle do estado, no sentido de legitimar o controle da morte e vida dos indivíduos. Neste contexto, o racismo moderno é caracterizado não por uma guerra de raças, mas sim, pelas tecnologias e dispositivos do poder que permitem o biopoder se exercer de modo soberano. Isso implica que os estados mais assassinos tendem a ser também os mais racistas. Com isso, Foucault (2000c, p.309) aponta para o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte, por meio da introdução e ativação do racismo. Portanto, o título do curso *Em Defesa da Sociedade* é uma alusão às tecnologias de poder criadas para garantir a manutenção de uma raça pura e em defesa da sociedade de todos os biológicos da outra raça. Com base no exposto, nota-se um desdobramento do biopoder, em poder disciplinar de viés individualizante, que avança do século XVII ao século XX, caracterizado por técnicas e tecnologias disciplinares, que atuam no corpo individual de modo a torná-lo útil e produtivo. E biopoder de natureza totalizante, que tem como alvo toda a dinâmica da população: seu corpo, sua saúde, suas ideias, sua subjetividade, sua vida. Segundo Santos (2016, p.277): “é essa articulação entre poderes individualizantes e totalizantes, voltados a todos e a cada um, que faz, segundo Foucault, o diabolismo político da contemporaneidade”.

CAPÍTULO 3 — A GOVERNAMENTALIDADE EM “SEGURANÇA, TERRITÓRIO E POPULAÇÃO”: REVELANDO A NOVA RAZÃO DE ESTADO

Até o momento deste trabalho, nossa atenção esteve voltada para o curso de 1976, cujo objeto de estudo foi a noção de biopoder. Foucault delineou como se deu esta mutação capital na dinâmica do poder no século XVIII, em que a vida é inserida nos mecanismos e cálculos do poder. Para Foucault (1976, p.194), essa foi uma das mudanças mais importantes na história das sociedades humanas, representando uma transformação profunda nas estratégias de poder e controle. Após desenvolver sistematicamente a problemática do biopoder no curso *Em Defesa da Sociedade*, este conceito se torna um fio condutor para suas próximas investigações. No entanto, conforme observado por Colin Gordon (1991) há uma distinção fundamental na abordagem da biopolítica a partir dos cursos de 1978 e 1979. Em suma, há uma transição de uma análise que buscava identificar como o poder opera em nível microscópico, seja nos corpos individuais ou nos aspectos sutis da vida em população. Para uma análise em nível macroscópica do poder, pouco explorada por Foucault até então. A partir de 1978, é incorporado na análise a busca pela compreensão de como o poder opera em estruturas mais amplas, abrangendo as formas de governo e controle.

Anteriormente, até *Vigiar e Punir*, Foucault teve como alvo central a noção de anátomo-política disciplinar, assim, se dedicando minuciosamente a um aspecto micro do poder, que se concentrava nos corpos individuais, buscando socializá-los e controlá-los. De acordo com Roberto Machado (XIII, 1981), uma das principais precauções metodológicas de Foucault foi realizar uma análise descendente do poder. Isso implica que ele não inicia a análise do poder do ponto central para a periferia (ascendência), partindo do Estado e explorando como esse poder se dissemina na sociedade. Em vez disso, ele adota uma análise descendente, começando pelos níveis mais elementares e examinando como o poder se manifesta nos escalões mais baixos da sociedade, penetrando e reproduzindo-se em seus elementos mais atomizados. Machado (XIII, 1981), destaca que em *Vigiar e Punir*, *A Vontade de Saber*, e entrevistas, artigos e cursos deste período, Foucault não refletiu explicitamente sobre o Estado e seus aparelhos. Isso, no entanto, não significa uma minimização do papel do Estado nas relações de poder. O objetivo era opor-se à ideia tradicional de que o Estado é o único e central órgão do poder ou ainda questionar a visão de que a rede de poderes nas sociedades modernas é uma simples extensão dos efeitos do Estado. Deste modo, observa-se que, neste período, Foucault estava intimamente interessado nos micropoderes, nos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que operam nos níveis mais elementares da

sociedade. Ele concentrou-se em compreender como esses micropoderes, intimamente ligados à produção de saberes específicos (como saberes sobre criminosos, sexualidade, doença, loucura, etc.), se relacionam com o poder mais geral constituído pelo aparelho de Estado

Com base nisto, Gordon (1991, p.4) observa que, conforme as objeções marxistas, até 1978 os estudos de Foucault não conseguiram tratar ou lançar luz sobre as questões globais de política, a saber, as relações entre a sociedade e o Estado¹⁷. Segundo Gordon, foi somente a partir do primeiro volume de *História da Sexualidade* (1976) e *Em Defesa da Sociedade* (1976) que Foucault começou a desenvolver uma espécie de resposta a tais críticas, resposta essa que foi plenamente desenvolvida nas conferências de 1978 e 1979, respectivamente. Como pontuado, Foucault já sinalizava para dois aspectos do biopoder do curso *Em Defesa da Sociedade*. O primeiro atuava em nível micro, ou seja, nos corpos individuais, buscando socializá-los e controlá-los. O segundo operava em nível populacional, gerenciando a vida da população na totalidade. No primeiro volume de *História da Sexualidade* (1976), percebe-se esse segundo aspecto do biopoder intimamente preocupado com os sujeitos enquanto membros de uma população. Nesta obra, é possível observar de maneira precisa como “conduta individual sexual e reprodutiva se interconectam com questões de política nacional e poder.” (Gordon, 1991,p.4). Nesse contexto, Gordon destaca que essa distinção acrescentou um nível macro das relações de poder, e foi precisamente esse aspecto macro das relações de poder que foi desenvolvido por Foucault nos cursos de 1978 e 1979, *Segurança, Território e População* e *Nascimento da Biopolítica*, respectivamente ligando ao tema do governo. Escreve:

Foucault had already begun to develop his view of the links between the microphysics and the macrophysics of power in the final chapter of *The History of Sexuality*, volume 1 (1976). Here he had introduced the term ‘biopower’, to designate forms of power exercised over persons specifically in so far as they are thought of as living beings: a politics concerned with subjects as members of a population, in which issues of individual sexual and reproductive conduct interconnect with issues of national policy and power. Foucault reintroduced this theme of biopower or biopolitics in his 1978 lectures, in a way linking it intimately with his approach to the theme of government. (GORDON, C, pp.4-5)

¹⁷ Gordon (1991, p.4): One objection frequently raised by the Marxist left was that this new attentiveness to the specifics of power relations and the detailed texture of the particular techniques and practices failed to address or shed light on the global issues of politics, namely the relations between society and the state.

Deste modo, em resposta à questão colocada pelos marxistas, ocorre um movimento da microfísica para a macrofísica do poder, estendendo as análises de Foucault do nível local para um nível mais geral das relações de poder. Gordon (1991, p.4) destaca que o mesmo método de análise das técnicas e práticas voltadas aos sujeitos individuais é deslocado para uma análise das técnicas e práticas voltadas à vida populacional em sua totalidade, no curso de 1976. E ainda, posteriormente, nos cursos de 1978 e 1979 é deslocado para uma análise das técnicas e dispositivos de governo ou ainda para o Estado governamental e seus aparelhos. Deste modo, os instrumentos de análise são reorientados para examinar as macropolíticas, uma lacuna apontada pelos marxistas nos escritos foucaultianos no início da década de 1970. Nesse contexto, estabelece-se uma conexão significativa entre a biopolítica e a governamentalidade.

Em uma perspectiva próxima, Michel Senellart, aponta que a análise da biopolítica é direcionada ao exame do novo ponto de ataque de Foucault, a saber, o Estado e seus instrumentos. Senellart (2008b, p.382) destaca que isso representa uma extensão da metodologia a um novo objeto, o Estado, que não estava contemplado na análise das disciplinas. Além disso, como bem observa Senellart (2008b, p.496), a hipótese do biopoder precisava ser situada num marco mais amplo, eis que surge um novo enfoque no projeto de Foucault, seu grande alvo passa a ser a noção de “governo”. Em outras palavras, a pesquisa sobre o biopoder necessita de uma base histórica sólida, o que leva Foucault a analisar a noção de “governamentalidade”, abrangendo sua pesquisa para as formas de governo e controle que surgiram em resposta a essa mudança capital do poder. Trata-se de uma análise acerca da governamentalidade liberal e neoliberal que desemboca na problemática do “governo de si e dos outros”. Este último ponto, assinala o início de uma mudança mais pronunciada, a partir de 1980, da analítica do poder à ética do sujeito. Escreve Senellart (2008b, p.496):

É portanto esse projeto, a que se refere também o título do curso do ano seguinte — ‘Do Governo dos Vivos’ — que orienta então a pesquisa de Foucault, através dos seus números meandros. A questão do biopoder, é no entanto inesperável do trabalho sobre a história da sexualidade, a que ele prossegue paralelamente aos cursos. Esta, afirma ele em 1976, está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. A partir de 1978, e ao longo de todo o caminho que levará, em 1984, a ‘O Uso dos Prazeres’ e a ‘O Cuidado de Si’, ela se carrega de uma nova significação, não representando mais apenas o ponto de articulação dos mecanismos disciplinares e dos dispositivos de regulação, e sim o fio condutor de reflexão ética

centrada nas técnicas de si. Atualização de um plano de análise sem dúvida ausente dos trabalhos anteriores, mas cujos contornos se esboçam a partir de 1978 na problemática da governamentalidade.

Deste modo, observa-se como Foucault expandiu sua análise do poder, do biopoder à governamentalidade e, finalmente, à ética do sujeito. Com base nisso, entende-se que a “grade de análise da governamentalidade não constitui, portanto, uma ruptura do trabalho de Foucault, mas se inscreve no espaço aberto pela problemática do biopoder” (Senellart, 2008, p.521). Por essa perspectiva, o método de análise de uma micropolítica do poder é reorientado para propiciar uma análise das relações macropolíticas de poder. Nosso objetivo é evidenciar este segundo deslocamento no projeto foucaultiano, a passagem de uma história das tecnologias para uma história da governamentalidade, do Estado governamental e de seus aparelhos.

Deste modo, é preciso ter em mente que o conceito de governamentalidade é introduzido no léxico de Foucault no curso de 1978, para definir o processo de surgimento do Estado de Governo e a implementação de novas tecnologias governamentais, que tem como grande alvo a população. O deslocamento da análise da biopolítica para a noção de governamentalidade, proporcionou a Foucault uma terminologia adequada para analisar o gerenciamento da conduta dos indivíduos sem a necessidade de recorrer às noções tradicionais de Estado e governo. Estas, muitas vezes, pressupõem estruturas políticas altamente institucionalizadas e hierarquicamente coordenadas. Em vez disso, Foucault se concentrou em como o poder opera por meio de técnicas discretas e difusas em várias esferas da vida social.

Como visto no segundo capítulo, a partir de 1976 o foco da analítica do poder se volta na maneira como as condutas humanas são direcionadas, que se caracteriza por um jogo agonístico entre poder e liberdade, de conduta e contra-conduta. Nesse sentido, no curso Segurança, Território e População de 1978, Foucault introduz uma nova perspectiva na análise do poder, em que se privilegia noção de governo, enquanto: “conjunto das instituições e práticas por meio das quais se guiam os homens desde a administração até a educação”. (Foucault, 1994, IV, p.93). Portanto, o neologismo da governamentalidade funciona como uma ferramenta conceitual utilizada para explorar a racionalidade por trás das práticas de controle, vigilância e intervenção sobre os fenômenos populacionais. Nesse sentido, em sua quarta aula de 1978, Foucault (2008b, pp.143–144) fornece três definições de governamentalidade:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”.

Assim, observa-se que governamentalidade é um conceito rico e multifacetado que desempenha um papel central da análise de Foucault sobre as dinâmicas de poder na sociedade. De maneira sintética, Judith Revel (2005, p.54) pontua que essa noção é introduzida para esclarecer como ocorre a formação do Estado de Governo e suas estratégias de administração da população, enquanto objeto construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). A partir da introdução do conceito, Foucault se ocupa em realizar uma arqueogenealogia do Estado governamentalidade no Ocidente, percorrendo pelos desdobramentos de um Estado de Justiça para um Estado Administrativo, e por fim, para um Estado de Governo. Feitas as considerações iniciais, cabe pontuar que este último capítulo tem como objeto o curso *Segurança, Território e População*. Como ponto de partida tomaremos o modelo arcaico da pastoral cristã, que forneceu os elementos necessários para uma gênese do Estado Moderno. Em sequência, veremos o declínio da pastoral cristã e o surgimento de uma nova racionalidade de Estado. Com essa nova governamentalidade de Estado, há o aparecimento de seis elementos centrais que serão analisados: a concorrência entre os estados, a balança europeia, uma nova concepção de guerra e os dispositivos diplomático, militar e de polícia. O capítulo se encerra com um último desdobramento da governamentalidade, iniciando-se com o mercantilismo e culminando no século XVIII com a penetração da razão econômica na razão de Estado.

3.1 — O Poder Pastoral

Com base nas considerações desenvolvidas, podemos avançar para um exame minucioso acerca do processo de governamentalização do Estado, destacando o poder pastoral como um dos pilares essenciais desse fenômeno. Foucault (2008b, p.46) argumenta que a pastoral foi, junto da técnica diplomático-militar e a polícia, os grandes pontos de apoio, a partir dos quais, pode se produzir esse fenômeno fundamental na história do Ocidente¹⁸. Nesse sentido, o presente subtópico visa apresentar a especificidade do poder pastoral, bem como seu desdobramento numa nova razão de Estado. Segundo Foucault (2008b, p.166), o poder pastoral apresenta a especificidade em relação à prática de governar, que consiste na condução de condutas, analogamente ao pastor que conduz o seu rebanho. Este poder vigorou por quase 15 séculos, desde o século II até o século XVIII, primeiro sob a forma de um poder do tipo pastoral e depois sob a forma da direção da consciência, correspondendo ao pano de fundo do processo de governamentalidade do Estado moderno.

Feitas considerações, cabe explicitar como se deu o surgimento, desenvolvimento e declínio do poder do tipo pastoral. Inicialmente, observa-se que o tipo de poder no qual o rei é entendido como um pastor, e os homens como seu rebanho que deve ser conduzido, tem origem no oriente pré-cristão. Foucault (2008b, p.168) pontua que é sobretudo entre os hebreus que o tema do pastorado se desenvolveu e se intensificou. Neste caso, a relação pastor-rebanho é essencialmente, fundamentalmente e quase exclusivamente religiosa, visto que o termo pastor é designado apenas a Deus, sendo o rei ou o profeta apenas sujeitos afortunados concebidos por Deus pela possibilidade de conduzir o seu rebanho. No que diz respeito aos traços específicos desta relação de poder. Resume Foucault (2008b, p.169):

O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento.

Deste modo, o poder pastoral se estabelece de maneira peculiar, menos centrado em um território geográfico fixo e mais voltado para uma coletividade em movimento, que se desloca em direção a um objetivo específico. Nesse contexto, outra característica desta

¹⁸ Conforme a estruturação de Foucault: Três grandes vetores da governamentalização do Estado: a pastoral cristã = modelo antigo; o novo regime de relações diplomático-militares = estrutura de apoio; o problema da polícia internado Estado = suporte interno. (FOUCAULT, 2008b, p.164)

relação de poder, é o benfazer, uma vez que o pastor precisa conduzir o seu rebanho, mantê-los alimentados, seguros e lhes garantir a salvação. Assim, emerge a essência de um poder de cuidado, em que o pastor zela pela segurança das ovelhas de seu rebanho. Aqui, Foucault (2008b, p.171) observa que “zelar” tem sentido de vigilância, não apenas sobre o que pode ser feito de errado, mas também sobre possíveis eventos nefastos que ameacem o rebanho. Diante disso, nota-se que o bom pastor é aquele que tem sua preocupação voltada apenas ao rebanho, e nunca para ele mesmo. Por fim, outra característica essencial desse tipo de poder é a sua natureza individualizante. Embora o pastor lidere e oriente o rebanho na totalidade, ele se preocupa com cada ovelha individualmente. A contagem das ovelhas de manhã, na ida para a campina, e à noite, na volta, simboliza esse cuidado individualizado. Aqui, reside o paradoxo do pastor, como bem formulado por Foucault (2008b, p.173):

Por um lado, o pastor tem de estar de olho em todos e em cada, ‘omnes et singulatim’, o que vai ser precisamente o grande problema tanto das técnicas de poder no pastorado cristão. [...] E, depois, de maneira ainda mais intensa, no problema do sacrifício do pastor em relação ao seu rebanho. [...]. Estamos aí no centro do desafio, do paradoxo moral e religioso do pastor, enfim do que poderíamos chamar de paradoxo do pastor: sacrifício do todo por um.

Diante do exposto, é evidente que se trata de uma concepção de poder completamente distinta daquela que predominava no pensamento grego e romano. Com base nos estudos de Paul Veyne, Foucault (2008b, p.168) ressalta que nas sociedades gregas e romanas, não se encontrava a noção de que os deuses orientavam os seres humanos da mesma forma como um pastor guia seu rebanho. Nessa direção, o filósofo francês traça um paralelo com a Grécia Antiga, utilizando o diálogo “O Político” de Platão como ponto de partida. Nesse diálogo, Platão delineia um procedimento de ascese para o homem político, cujo fundamento ético reside no autocontrole. Ou seja, para governar a cidade, é fundamental governar a si mesmo. Deste modo, nota-se uma distinção marcante em relação à ideia pastoral, uma vez que a ênfase na antiguidade clássica recai sobre o domínio de si próprio. Ao passo que o poder pastoral concentra sua atenção no cuidado do outro, implicando em um cuidado individualizado. Em uma metáfora esclarecedora, Foucault (2008b, p.194) ressalta o contraste entre o sujeito ético político da antiguidade e o sujeito moral do pastoreio. O homem político antigo é como um tecelão que necessita de uma série de ações internas e preparatórias para exercer o governo. Da mesma forma que a lã deve ser tosquiada e o fio trançado antes que o tecelão possa começar a trabalhar. Por contraste, o poder pastoral se aplica a uma coletividade

em movimento em direção a um objetivo específico, sendo simultaneamente totalizante e individualizante. Dito isso, cabe destacar que esse processo de individualização do sujeito é intensificado com o advento do cristianismo. De modo geral, o dispositivo do poder pastoral é aprimorado e difundido com o cristianismo, desde os séculos II e III d.c. até o século XVIII. Escreve Foucault (2008b, p.174):

“Foi a Igreja cristã que coagulou todos esses temas de poder pastoral em mecanismos precisos e em instituições definidas, foi ela que realmente organizou um poder pastoral ao mesmo tempo específico e autônomo, foi ela que implantou seus dispositivos no interior do Império Romano e que organizou, no coração do Império Romano, um tipo de poder que, creio eu, nenhuma outra civilização havia conhecido. [...] de todas as civilizações, a do Ocidente cristão foi sem dúvida, ao mesmo tempo, a mais criativa, a mais conquistadora, a mais arrogante e, sem dúvida, uma das mais sangrentas

Com base nisto, nota-se que este poder de condução de condutas é intensificado, refinado e consolidado com o cristianismo. Este período, caracterizado por Foucault como Regime das Almas, sendo o contexto histórico fundamental para o desenvolvimento da governamentalidade do Estado moderno, está diretamente relacionado com três temas: salvação, lei e verdade. Em poucas palavras: “o pastor guia para a salvação, prescreve a Lei, ensina a verdade” (2008b, p.221). Primeiramente, como mencionado anteriormente, esse poder de orientação de condutas possui a peculiaridade de ser simultaneamente totalizador e individualizador. O pastor é responsável não apenas pela salvação de todos, mas também de cada indivíduo em particular. Com o advento do cristianismo, uma especificidade deste tema é instaurado, o que Foucault (2008b, p.229) chama de “economia dos deméritos e dos méritos”. Ele observa que a salvação, em última instância, compete unicamente a Deus, e deste modo, é o pastor que deve conduzir seu rebanho da melhor maneira possível. Nesse sentido, é introduzida uma lógica de mérito e demérito no âmbito da salvação, que o pastor administra para guiar o seu rebanho da melhor forma possível, mesmo sem a garantia de uma salvação definitiva. Em resumo, elucida Foucault (2008b, p.229):

O pastor cristão age numa súpil economia de mérito e do demérito, uma economia que supõe uma análise em elementos pontuais, mecanismos de transferência, procedimentos de inversão, ações de apoio entre elementos contrários, em suma, toda uma economia detalhada dos méritos e dos deméritos, entre os quais, por fim, Deus decidirá. Porque este também é um elemento fundamental: é que, finalmente,

essa economia dos méritos e dos deméritos que o pastor tem de administrar sem parar, essa economia não assegura em absoluto, de forma certa e definitiva, a salvação do pastor nem das ovelhas. Em última instância, a produção da salvação escapa, está inteiramente nas mãos de Deus.

Portanto, o pastor cristão atua em um sistema intrincado de méritos e deméritos, onde cada ação e pensamento são minuciosamente avaliados em busca da salvação. Nesse contexto, há uma análise detalhada das condutas individuais, o que constitui a primeira característica desse sistema. No entanto, o elemento essencial é a incerteza, pois, mesmo após todas essas considerações e esforços, a salvação permanece inteiramente nas mãos de Deus, gerando uma tensão constante na busca pela salvação. Avançado ao tema da lei, Foucault (2008b, p.230) observa que o cristianismo não se encaixa no perfil de uma religião da lei, mas sim de uma religião da vontade de Deus, das vontades de Deus para cada indivíduo em particular. Com base nisso, é apresentada uma segunda especificidade do pastorado cristão, que consiste numa espécie de obediência pura. Como de práxis, Foucault (2008b, p.230) traça um paralelo com a antiguidade clássica, e nota a ausência da categoria geral de obediência entre os gregos. Lá, a condução era alcançada através da lei, ao aceitar as decisões da assembleia em nome de todos. Ou por meio da retórica, procedimento pelos quais os homens se deixam levar por outra pessoa, como exemplo temos o orador que convencerá seu auditório, o médico que persuadirá seu paciente, etc. Em contraste, no pastorado cristão, a obediência é entendida como submissão absoluta, uma forma de conduta altamente valorizada e significativa por si só, sem a necessidade de outros motivos ou justificações externas. Escreve Foucault (2008b, p.230):

Já o pastorado cristão, a meu ver, organizou uma coisa totalmente diferente, que é estranha, parece-me, à prática grega, e o que ele organizou é o que poderíamos chamar de instância da obediência pura, a obediência como tipo de conduta unitária, conduta altamente valorizada e que tem o essencial da sua razão de ser nela mesma.

Ainda a respeito da questão da obediência na pastoral cristã, Foucault (2008b, p.232) destaca que essa obediência se configura em uma relação de dependência integral, composta por três pontos principais. Primeiramente, essa relação implica em submissão estritamente individual, onde um indivíduo dirige e outro é dirigido. O ato de obedecer, nesse contexto, não se trata de seguir uma lei ou princípio, mas sim de colocar-se inteiramente sob a dependência de alguém por ser alguém. Em segundo lugar, Foucault ressalta que essa relação não tem um propósito específico; ela é simplesmente obediência em si. A pastoral cristã

transforma a obediência em uma virtude, tornando-a um modo de vida caracterizado por um estado integral de obediência. A partir disso, há uma reconfiguração da *apatheia* grega, que, grosso modo, consistia que busca o controle de si, a partir da ausência de *páthe*, paixões. No entanto, no contexto cristão, a ausência de paixões significa renunciar ao egoísmo e à vontade singular que não seja a de Deus. O que precisa ser evitado não são apenas as paixões, mas a própria vontade egoísta e individualista, resultando em uma vontade que constantemente renuncia a si mesma. Portanto, enquanto na *apatheia* grega o foco é o controle de si, na *apátheia* cristã, o objetivo é a renúncia à própria vontade em favor da vontade divina. Isso evidencia a mudança de paradigma introduzida pelo cristianismo em relação à obediência e ao controle de si. De modo a concluir o que foi colocado até aqui, explica Foucault (2008b, p.243):

Parece-me que o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio da salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí portanto que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta. Pois bem, é isso, a meu ver, essa constituição típica do sujeito ocidental moderno, que faz que o pastorado seja sem dúvidas um dos momentos decisivos na história do poder nas sociedades ocidentais.

3.1.2 - Declínio do Poder do tipo Pastoral

Até o momento, podemos perceber que o poder pastoral desempenha um papel fundamental no surgimento da concepção moderna de governo. Foucault destaca duas maneiras pelas quais o pastorado antecipa a governamentalidade. Inicialmente, ele se manifesta por meio de procedimentos próprios, deixando de agir de maneira simplista sob os princípios tradicionais da salvação, lei e verdade. Ao estabelecer "diagonais" sob esses princípios, o pastorado introduz diferentes formas de relações, criando a base para uma abordagem mais ampla e complexa. Além disso, o pastorado antecipa a governamentalidade ao influenciar a constituição específica de um sujeito. Nesse contexto ocidental moderno, esse

sujeito tem seus méritos avaliados de maneira analítica, submetendo-se a redes contínuas de obediência e sendo subjetivado pela extração da verdade imposta. Em resumo, a formação desse sujeito peculiar, característico do ocidente moderno, destaca-se como um dos momentos cruciais na história do poder nas sociedades ocidentais. Em vez de marcar o fim do pastorado, essa evolução se revela como um ponto de transição fundamental, inaugurando a governamentalidade moderna e suas novas maneiras inovadoras de condução de condutas.

Agora, é pertinente abordar o declínio do poder pastoral, que, segundo Foucault, configura um prelúdio significativo para o surgimento da governamentalidade moderna, especialmente a partir do século XVI. Esse declínio não implica simplesmente na extinção do pastorado, mas sim em sua transformação e complexificação. Foucault (2008b, pp.305–309) observa que, por volta do século XV e XVI, ocorreram grandes revoltas e processos políticos e sociais de subversão, que tiveram como característica uma dimensão de insurreição de condutas. Nesse sentido, o filósofo francês aponta que a passagem do governo pastoral das almas ao governo político dos homens é situado neste contexto de resistências, revoltas e insurreições de conduta. Primeiramente, Foucault observa que houve uma intensificação do papel do pastorado religioso durante esse período, tanto em termos espirituais quanto em extensão e eficácia temporal. Tanto a Reforma Protestante quanto a Contra-Reforma Católica aumentaram a influência do pastorado religioso sobre a vida espiritual das pessoas, levando a um aumento nas condutas devocionais e nos controles espirituais. O pastorado também passou a se envolver em questões da vida material das pessoas, como higiene e educação, ampliando sua esfera de influência.

Deste modo, nota-se a intensificação do pastorado numa dimensão intervencionista em sua extensão espiritual e temporal. Ao mesmo tempo, Foucault (2008b, p.309) observa que ocorreu um desenvolvimento da conduta dos homens fora da autoridade eclesiástica, abrangendo uma ampla gama de aspectos que constituíam uma espécie de amplo leque de preocupações. A questão colocada era, em linhas gerais, como conduzir e como ser conduzido, quais as técnicas e procedimentos de condução. Portanto, o problema colocado não era como se livrar do pastorado, mas sim de: “como desfrutar de um pastorado melhor, como ser mais bem guiado, mais seguramente salvo [...]” (Foucault, 2008b, p. 310). Assim, as contra-condutas surgem como uma intensificação da conduta, agora não apenas no campo religioso, mas também no campo político. Por essa perspectiva, o problema de como conduzir, se torna também o problema de como governar. Essa transição nas práticas de condução e governança inaugura uma nova “Razão de Estado”. Isso significa que a governança não era mais apenas uma questão de moralidade religiosa, mas também se tornou

uma questão de racionalidade política. Essa evolução implica que as ações políticas passam a ser orientadas por uma lógica interna, transcendendo as considerações exclusivamente religiosas ou morais. No próximo tópico, exploraremos mais profundamente essa nova racionalidade de estado e suas implicações.

3.2 — Uma nova *ratio* governamental

Na aula de 22 de março de 1978, Foucault continua sua análise acerca do processo pelo qual se deu o surgimento desta nova razão governamental em contraste com a razão pastoral. Este processo marca a passagem de uma arte de governar baseada em valores morais e religiosos, herdada da Idade Média. Para uma arte de governar que Foucault identifica como uma “governamentalidade”, cuja racionalidade tem seus princípios e campo de atuação no Estado. De início, Foucault (2008b, p.314) esclarece que não se trata de uma ruptura brusca, não significa que a relação entre o soberano, ou quem governa, com Deus, a natureza, o pai de família ou o pastor religioso tenha sido completamente rompida. Pelo contrário, ele argumenta que essa relação continua a existir, mas se transforma de maneiras significativas. Foucault, observa-se que até o século XVI havia um *continuum* teológico-cosmológico que forneceu o modelo de soberania. Neste momento, o imaginário cósmico europeu que avança por toda a Idade Média, passando pelo Renascimento, era expresso por meio de metáforas e símbolos. No entanto, durante os séculos XVI e XVII, as descobertas científicas promoveram um profundo impacto na maneira como se compreendia o mundo. Trata-se da elaboração de uma nova *episteme* que enquadra: “a astronomia de Copérnico e de Kepler, a física de Galileu, a história natural de John Ray, a gramática de Port-Royal” (2008b, p.314). Em resumo, nota-se que neste período emerge diversas práticas discursivas e científicas que produzem inúmeros efeitos. Dentre estes, Foucault ressalta que essa *episteme* evidencia que Deus não governa de modo pastoral, ele rege o mundo por meio de princípios, isto é, por meio de leis gerais, imutáveis, universais, simples e inteligíveis. Explica Foucault (2008b, p.316):

Um mundo inteiramente finalista, um mundo antropocentrado, um mundo de prodígios, de maravilhas e de sinais, enfim, um mundo de analogias e de cifras – é isso que constitui a forma manifesta de um governo pastoral de Deus sobre este mundo. Ora, é isso que desaparece. Em que época? Muito exatamente, entre os anos de 1580 e 1650, no momento da fundação da episteme clássica. É isso que desaparece ou, se preferirem, numa palavra, podemos dizer que o desenvolvimento de uma natureza inteligível na qual as causas finais vão se apagar pouco a pouco, em que o antropocentrismo vai ser posto em questão, um mundo que será purgado de seus prodígios, maravilhas e sinais, um mundo que se desenvolverá de acordo com formas de inteligibilidade matemáticas ou classificatórias que já não passarão pela analogia e pela cifra, tudo isso corresponde ao que chamarei, perdoem-me o termo, de desgovernamentalização do cosmo.

Deste modo, esse mundo inteiramente finalista e antro-po-centrado, desaparece, precisamente entre 1580 e 1650, no momento da fundação da episteme clássica. Em que ocorre o fenômeno de desgovernamentalização do cosmo, isso significa que o mundo deixou de ser visto como centrado no ser humano e passou a ser compreendido de acordo com princípios de inteligibilidade matemática e científica. Em vez de ser percebido como um lugar repleto de significados simbólicos e misteriosos, o cosmos passou a ser explorado de forma mais lógica. Foucault (2008b, p.384) observa que juntamente com essa mudança na compreensão do mundo, surge uma nova razão governamental, isto é, uma nova maneira de pensar, raciocinar e calcular o poder, as formas de governar e a relação entre o reino do céu e o reino da terra. Esta nova maneira de pensar, que seria algo como uma heterodoxia, é chamada de política. Ou seja, uma abordagem não convencional que desafia as práticas tradicionais de governo. Ela representa uma ruptura com o antropocentrismo, ao buscar uma compreensão mais sistemática e racional do exercício do poder.

Outro ponto, observado por Foucault (2008b, p.384), é que essa *ratio* governamental desenhava algo que era, ao mesmo tempo, seu princípio e seu objeto, seu fundamento e sua meta, a saber, o Estado. Este último aparece como um princípio regulador da razão governamental, proporcionando uma estrutura de compreensão para as instituições, relações e elementos da sociedade¹⁹. O Estado nesta razão política funciona também como um objetivo, pois a racionalização da arte de governar buscava, em última análise, alcançar um Estado eficiente e bem organizado. Por essa perspectiva, o Estado assume um papel fundamental na configuração da razão governamental. Uma vez que esta passaria a estar a serviço da

¹⁹Assim, define Foucault (2008b,p.385): “O Estado é, portanto, um esquema de inteligibilidade de todo um conjunto de instituições já estabelecidas, de todo um conjunto de realidades já dadas”

manutenção e ampliação do Estado. A partir disso, Foucault inicia sua análise arqueogenealógica acerca desta nova razão de Estado, compreendendo este como uma superestrutura das complexas relações de poder que permeiam a sociedade. Nesse sentido, o filósofo francês se desvencilha do modelo leviatã, e parte por analisar o Estado não do centro, mas a partir de suas práticas e dispositivos de poder. Trata-se de compreender o Estado como um efeito móvel de um regime de múltiplas governamentalidades. Eis o objetivo dos próximos tópicos, reconstituir a análise arqueogenealógica acerca da razão do estado a partir de suas práticas e dispositivos. Para iniciarmos, consideremos essa primeira definição de Foucault (2008b, p.385–386) acerca da noção de razão de Estado:

Princípio de inteligibilidade e objetivo estratégico, é isso, a meu ver, que emoldura a razão governamental, que era chamada, precisamente, de razão de Estado. Quero dizer que o Estado é, essencialmente e antes de mais nada, a ideia reguladora dessa forma de pensamento, dessa forma de reflexão, dessa forma de cálculo, dessa forma de intervenção que se chama política [...]. O Estado é o que comanda a razão governamental, quer dizer, é o que faz que se possa governar racionalmente segundo as necessidades; é a função de inteligibilidade do Estado em relação ao real e é o que faz que seja racional, que seja necessário governar. Governar racionalmente porque há um Estado e para que haja um Estado.

3.2.1 — Caracterização da nova Razão de Estado

Conforme observado, no final do século XVI e ao longo do século XVII se deu a emergência de uma nova racionalidade governamental, acompanhando o advento de uma nova episteme. Esse período testemunhou uma transformação profunda na forma de compreender, raciocinar e calcular o poder. Neste contexto, o Estado assume um papel central na nova razão governamental, não sendo apenas uma instituição política, mas a ideia reguladora que estrutura a própria razão governamental, a reflexão, o cálculo e a intervenção política. Assim, a ênfase do curso recai sobre a razão de Estado com a nova governamentalidade, constituindo o tema o principal de grande parte das aulas de *Segurança, Território e População*. Foucault identifica um momento histórico específico em que o Estado passou a ser conscientemente pensado e discutido, ou seja, se tornou objeto racional de conhecimento e análise. Deste modo, por meio de sua arqueogenealogia, o filósofo francês procura evidenciar como se deu a entrada do Estado no campo da prática e do pensamento dos homens. Isso implica evidenciar a emergência do Estado como um objeto político

fundamental em uma história mais ampla da governamentalidade, enquanto conjunto de práticas, instituições, estratégias e dispositivos de poder que produzem a sociedade. Escreve Foucault (2008b, p.330):

Mas o que é importante, o que convém reter, o que em todo caso é um fenômeno histórico real, específico, irredutível, é o momento em que esse algo que é o Estado começou a entrar, entrou efetivamente na prática refletida dos homens. O problema é saber em que momento, em que condições, sob que forma o Estado começou a ser projetado, programado, desenvolvido, no interior dessa prática consciente das pessoas, a partir de que momento ele se tornou um objeto de conhecimento e de análise, a partir de que momento e como ele entrou numa estratégia meditada e consertada, a partir de que momento o Estado começou a ser invocado, desejado, cobiçado, temido, repelido, amado, odiado pelos homens. [...] Haveria que dizer, nesse momento, que o Estado não é na história essa espécie de monstro fio que não parou de crescer e de se desenvolver como uma espécie de organismo ameaçador acima de uma sociedade civil. Trata-se-ia de mostrar como uma sociedade civil, ou antes, simplesmente uma sociedade governamentalizada instituiu, a partir do século XVI, certa coisa, ao mesmo tempo, frágil e obcecante que se chama Estado. Mas o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado é uma peripécia da governamentalidade.

Deste modo, Foucault adota uma abordagem única e contrária às análises tradicionais de compreensão do Estado. Em vez de examinar o Estado começando do seu núcleo central e tentando definir suas características essenciais, ele opta por uma abordagem que olha para as margens, focando nas práticas e dispositivos associados a ele. Essa abordagem evitará considerações metafísicas sobre o Estado como se fosse uma entidade única e definível por suas características fixas. Em vez disso, ele visa entender como o Estado se manifesta e se relaciona com outros grupos, instituições e organizações em contextos reais. Em suma, uma análise do Estado a partir de suas práticas e estratégias de governamentalidade. Por essa perspectiva, o objeto central desta análise arqueogenealógica é a Razão de Estado, responsável direta pela configuração do Estado moderno. Grosso modo, trata-se de uma racionalidade política cujo objetivo é fazer com que o Estado alcance seu máximo potencial, fazendo isso de uma maneira refletida, calculada.

Nesse contexto, cabe apontar para a caracterização da razão de Estado apontada por Foucault (2008b, pp.386–390) a partir de textos teóricos que datam do fim do século XVI e início do século XVII. Primeiramente, nos textos de Palazzo (1606) encontramos uma

definição essencialista da razão de estado, definida como a “própria essência da paz, a regra de viver em repouso, a perfeição das coisas” (apud.Foucault, 2008b, p.386). Nessa perspectiva, a Razão de Estado é vista como garantidora da integridade do Estado. Em um jogo de palavras, Palazzo sugere que a Razão de Estado é o que permite manter o Estado em ‘estado’ constante, ou seja, é a regra que possibilita a paz, o repouso e a perfeição das coisas. No entanto, o entendimento da Razão de Estado vai além dessa perspectiva essencialista. Como exemplo, Bottero descreve a Razão de Estado nos seguintes termos: “um conhecimento perfeito dos meios pelos quais os Estados se formam, se mantêm, se fortalecem e se ampliam” (apud.Foucault, 2008b, p.387). Dando maior ênfase na aquisição, conservação e ampliação do Estado. Em uma linha de raciocínio próxima, e em um momento histórico mais específico, no momento do tratado de Vestefália, Chemnitz afirma que: “a razão de Estado é o que permite estabelecer, conservar, ampliar uma república.” (apud.Foucault, 2008b, p.387). No cerne dessas diferentes definições está o desejo de evitar revoluções e decadência, neste ponto observa-se uma influência do pensamento platônico. No sentido de que a Razão de Estado deve ser caracterizada pela manutenção do Estado em harmonia com sua essência. Deste modo, para estes teóricos, a Razão de Estado é uma prática de governo que visa manter o Estado em um estado constante de perfeição, evitando revoluções e decadências.

Prosseguindo em sua explanação sobre a Razão de Estado, Foucault (2008b, p.392) busca agora delinear onde essa ideia teve sua origem e evolução. Primeiro, ele observa que a noção de Razão de Estado surgiu inicialmente na Itália, vinculada aos desafios específicos enfrentados pelos pequenos Estados italianos em suas relações mútuas. Contudo, nota-se que foi na Espanha que essa concepção tomou forma de maneira mais concreta e distinta. Na Espanha, ocorreu o desenvolvimento de uma Razão de Estado que se baseava na expansão das capacidades do Estado em um contexto de concorrência política. A Espanha herdou as dinastias do Império e as famílias que haviam governado esse império, o que a levou a reivindicar uma pretensão à monarquia universal. Além disso, no século XVI, a Espanha se tornou uma potência colonial e marítima com domínio praticamente global, especialmente após a absorção de Portugal. Esse fenômeno tornou a Espanha um objeto de estudo e reflexão para economistas, políticos, historiadores e cronistas da época. No entanto, apesar do notável enriquecimento, Foucault observa que a Espanha experimentou um declínio igualmente notável e rápido durante o século XVII. Esse declínio revisitou uma série de fatores que contribuíram para a cristalização da ideia de uma Razão de Estado e de um espaço de concorrência política.

Em resumo, a Espanha se tornou um ponto focal em torno do qual a análise da Razão de Estado começou a se desenvolver de forma mais proeminente. A partir disso, Foucault destaca uma mudança de ênfase no pensamento político entre os séculos XVI e XVII. Ele destaca que, durante o século XVI, predominava uma tendência unificadora no pensamento político, marcada por ameaças de revoluções essenciais. No entanto, no fim do século XVI e início do século XVII, essa perspectiva começou a dar lugar a um tempo mais aberto, caracterizado por fenômenos de concorrência. Esse deslocamento de perspectiva marcou uma transição significativa no pensamento político e, na prática estatal, consolidando a importância da Razão de Estado como um instrumento para a preservação e fortalecimento do poder estatal. Esclarece Foucault (2008b, p.393):

Em suma, passou-se de um tempo, aquele que, a meu ver, ainda dominava, que ainda servia de horizonte para o pensamento político do século XVI, passou-se de um tempo com tendência unificadora e marcado, ameaçado por revoluções essenciais, para um tempo aberto e perpassado por fenômenos de concorrência que podem trazer revoluções reais, revoluções no próprio plano dos mecanismos que asseguram a riqueza e o poder das nações.

3.3 — Configuração do Estado Moderno: concorrência

Com base nas considerações acima, Foucault (2008b, p.389) observa que fenômeno da ampliação do Estado, como destacado por Botero e outros, não se limita a uma simples ideia de crescimento, mas é um processo complexo que envolve a concepção de que os Estados são colocados lado a lado em um espaço de concorrência. Neste ponto, encontra-se a primeira grande tecnologia de poder a ser analisada neste trabalho, que proporciona a transformação da Razão de Estado e por consequência a configuração do Estado Moderno. Este novo e fundamental dispositivo de poder é a concorrência, composta por dois aspectos distintos: um aspecto teórico e outro relacionado à realidade histórica do Estado. Do ponto de vista teórico, a noção de que os Estados estão em competição mútua é uma consequência dos princípios teóricos da própria razão de Estado. Como explica Foucault (2008b, p.389), a razão de Estado estabelece um mundo de historicidade indefinida, onde o tempo não se polariza em direção a uma unidade última, mas permanece aberto. Essa concepção promove a existência de uma pluralidade de Estados, cada um com sua própria lei e finalidade. Em resumo, a razão de Estado implica em um tempo aberto e uma multiplicidade de espaços políticos, como Foucault (2008b, p.390) resume:

[...] A pluralidade de Estados não é uma fase de transição imposta aos homens durante um tempo e para seu castigo. Na verdade, a pluralidade de Estados é a própria necessidade de uma história agora inteiramente aberta e que não é temporalmente polarizada para uma unidade última. Um tempo aberto, uma espacialidade múltipla - eis o que está de fato implicado nessa teoria da razão de Estado [...]

Quanto à realidade histórica do Estado, Foucault (2008b, p.390) observa que as consequências teóricas por si só não seriam suficientes para solidificar essa tecnologia política. É necessário estabelecer uma conexão com a realidade histórica. Essa realidade histórica começa a se concretizar no século XVI e se institucionaliza no século XVII com o Tratado de Vestefália. Esse tratado marca o declínio das antigas formas de universalidade impostas à Europa desde a Idade Média. Além disso, o Tratado de Vestefália também está ligado à Reforma, que, por um lado, promoveu a institucionalização da igreja, e por outro, afastou os estados dos laços religiosos, permitindo-lhes aliar-se a outros estados independentemente de sua religião. Isso resultou no rompimento com as duas principais formas de universalidade, o Império e a Igreja, que perderam sua relevância em relação a essa nova compreensão de universalidade. Foucault (2008b, pp.391–392) identifica que nesse contexto, surgiu a noção de que os estados se encontravam em uma história temporalmente aberta e em um espaço estatalmente múltiplo. Os Estados, agora soberanos e independentes, não estavam mais subordinados uns aos outros. Mas buscavam se afirmar em um ambiente de competição, que abrangia não apenas questões militares, mas também econômicas e comerciais. É nesse espaço de competição política e econômica que conferia significado à questão da ampliação do Estado como princípio orientador da razão de Estado. Em outras palavras, a capacidade de um Estado para se afirmar e prosperar agora dependia de sua habilidade em competir eficazmente nesse novo cenário de múltiplas unidades políticas soberanas. Explica Foucault (2008b, p.392):

Elas procuram se afirmar num espaço que é o da concorrência comercial e da dominação comercial, num espaço de circulação monetária, num espaço de conquista colonial, num espaço de controle dos mares, e tudo isso dá a afirmação de cada Estado por si mesmo não simplesmente a forma de autofinalidade de que eu lhes falava na última vez: mas esta forma nova, a da concorrência. Só é possível afirmar-se num espaço de concorrência política e econômica para empregar palavras meio anacrônicas em relação à realidade, num espaço de concorrência que vai dar sentido a esse problema da ampliação do Estado como princípio, fio condutor da razão de Estado.

Diante do exposto, observa-se que, no fim do século XVI e início do século XVII, emerge o fenômeno da concorrência entre os Estados, dando origem a uma série de desdobramentos dessa nova concepção da Razão de Estado. É importante ressaltar que a concorrência entre Estados já existia antes desse período, mas o que ocorre nesse momento é a mudança na percepção desse fenômeno, permitindo sua reflexão e a elaboração de estratégias políticas e econômicas específicas. Foucault (2008b, p.394) identifica que foi precisamente entre os séculos XVI e XVII que a relação entre Estados deixou de ser vista principalmente como rivalidade e passou a ser pensada em termos de concorrência. É relevante analisar, de forma esquemática, como ocorreu essa transição da rivalidade entre príncipes e dinastias para a concorrência entre Estados. Foucault (2008b, p.95) nota três transformações principais que promoveram essa transição. A primeira transformação ocorre quando se deixa de considerar a riqueza do príncipe, ou seja, seus recursos financeiros individuais, e passa-se a enxergar esses recursos como a riqueza do próprio Estado. Isso implica uma mudança da percepção da riqueza do príncipe como fator de poder para a riqueza do Estado como a própria força do reino. A segunda transformação acontece quando a avaliação do poder de um príncipe deixa de depender da extensão de suas possessões, dependendo de recursos mais sólidos, como os recursos naturais e comerciais do Estado. A terceira transformação se dá quando a rivalidade entre príncipes, caracterizada pelo sistema de alianças baseado em laços familiares, evolui para a concorrência entre Estados, caracterizada por alianças políticas e provisórias baseadas em interesses mútuos.

É importante notar que essa transição da rivalidade entre príncipes para a concorrência entre Estados foi um processo complexo e gradual, mas que desempenhou um papel fundamental na política ocidental. Acompanhando essa transição, surge uma noção essencial e fundamental da Razão de Estado, que ainda não havia sido abordada nos textos teóricos

mencionados anteriormente, a saber, a noção de “força”²⁰. Segundo Foucault (2008b, p.396) a ênfase passou a ser o incremento das forças internas do Estado e sua capacidade de formar alianças políticas e provisórias em vez de alianças matrimoniais e heranças dinásticas. Essa mudança representa um novo elemento na política, centrado na noção de força dos Estados e na dinâmica política que envolve o uso e o cálculo dessas forças. Em resumo, a transformação no pensamento político no final do século XVI e início do século XVII levou a uma ênfase na dinâmica das forças estatais e à compreensão de que a política envolvia estratégias e cálculos relacionados às forças dos Estados. É exatamente neste contexto em que se tem a criação de dois dispositivos de poder muito específicos, que mais tarde será caracterizado por mecanismos de segurança. Trata-se das novas técnicas diplomático-militar e do dispositivo de polícia, cujo objetivo é de manter uma relação de forças e promover o desenvolvimento das forças internas dos Estados sem que haja um rompimento do conjunto. Assim, resume Foucault (2008b, p.398):

Resumamos tudo isso. O verdadeiro problema dessa nova racionalidade governamental não é, por tanto ou somente a conservação do Estado numa ordem geral, mas a conservação de urna certa relação de forças, a conservação, a manutenção ou o desenvolvimento de urna dinâmica das forças. Pois bem, creio que para pôr em ação uma razão política que vai portanto se definir, agora, essencialmente a partir da dinâmica das forças, creio que para isso o Ocidente, ou as sociedades ocidentais, criaram dois grandes conjuntos que só podem ser compreendidos a partir daí, dessa racionalização das forças. Esses dois grandes conjuntos de que eu queria lhes falar hoje e da próxima vez são, evidentemente, de um lado, um dispositivo diplomático-militar e, de outro, o dispositivo da polícia, no sentido que a palavra tinha na época - esses dois grandes conjuntos que têm essencialmente a função de garantir o quê? Primeiro, a manutenção de uma relação de forças e, por outro lado, o incremento de cada uma das forças sem que haja ruptura do conjunto. Essa manutenção da das forças e esse desenvolvimento das forças internas a cada um dos elementos, sua junção, é precisamente isso que mais tarde vai se chamar de mecanismo de segurança.

²⁰ Explica Foucault (2008b, p.): “Essa noção é, evidentemente, a noção de força. Não é mais a ampliação dos territórios, mas o aumento da força do Estado; não é mais a extensão das posses ou das alianças matrimoniais, mas o incremento das forças do Estado; não é mais a combinação das heranças por meio das alianças das dinásticas, mas a composição das forças estatais em alianças políticas e provisórias [...] Esse novo estrato teórico e analítico, esse novo elemento da razão política é a força; É a força, a força dos Estados. Entramos agora numa política que vai ter por objeto principal a utilização e o cálculo das forças. A política, a ciência política encontra o problema da dinâmica.”

3.3.1 — Configuração do Estado Moderno: balança europeia

Conforme visto, a transição para a era moderna trouxe consigo a emergência de uma Razão de Estado. Nesse contexto, Foucault aponta que os mecanismos de segurança surgiram com o objetivo central de garantir certo equilíbrio entre os Estados. Para ilustrar essa nova dinâmica entre os Estados modernos, o filósofo francês recorre ao caso europeu. Ele destaca que, neste contexto, o mecanismo diplomático-militar surgiu visando garantir a constituição de uma Europa com Estados bem delimitados e para assegurar o equilíbrio de uma balança europeia, considerando que os Estados não agem isoladamente, mas estão interligados em relações diplomáticas e interesses compartilhados.

Foucault (2008b, p.401) observa que essa ideia de balança europeia foi aplicada de várias maneiras e com diferentes significados nos textos dos séculos XVI e XVII. Em primeiro lugar, a ideia de balança surge da necessidade de limitar o desequilíbrio entre o Estado mais forte e os outros. Em outras palavras, o objetivo era manter o equilíbrio na Europa de modo que a diferença entre o Estado mais poderoso e os demais não fosse tão grande a ponto de permitir que o Estado mais forte impusesse sua vontade sobre todos os outros. O segundo ponto refere-se à criação de uma aristocracia igualitária de Estados, impedindo que os Estados mais poderosos dominassem e prevalecessem. Por exemplo, Foucault menciona a igualdade de força entre Inglaterra, Áustria, França e Espanha. Ainda, o filósofo francês aponta para uma terceira definição do equilíbrio europeu, encontrada com facilidade entre os juristas: “que a união mútua de várias nações deve poder se dar de tal modo ‘que a força preponderante de um ou vários países seja igual à força reunida dos outros’” (Wolf - Jus Gentium, apud.Foucault, 2008b, p.401). Em outras palavras, era necessário que várias potências menores contrabalançassem a força das potências mais poderosas, permitindo a possibilidade de alianças entre os mais fracos contra os mais fortes. Portanto, esta razão de estado, a qual falávamos, se definiu, essencialmente, pela constituição de uma Europa e de uma balança europeia. Além disso, possui uma armadura que é diplomática, e ainda, é constituída de três instrumentos, que juntos fazem funcionar o sistema da segurança do equilíbrio europeu, a saber: a guerra, o instrumento diplomático e o dispositivo militar. Cabe agora analisar cada um destes.

3.3.2 — Configuração do Estado Moderno: nova concepção de guerra

Foucault (2008b, p.402) observa o surgimento de uma nova concepção de guerra, representando uma ruptura em relação ao antigo pensamento jurídico sobre o conflito armado. Além disso, as formas, justificativas, funções e objetivos da guerra também se alteraram com essa nova concepção. Na Idade Média, a guerra era essencialmente considerada um comportamento judicial. Ela era travada em resposta a injustiças, violações de direitos ou disputas sobre direitos contestados entre partes. Foucault ressalta que nesse período a guerra pública frequentemente tinha uma dimensão privada, ou seja, conflitos entre indivíduos podiam se tornar conflitos públicos. Era uma espécie de guerra de direito na qual as partes estavam constantemente envolvidas em litígios: “você tomou a minha herança, você confiscou uma das minhas terras, você repudiou minha irmã” (Foucault, 2008b, p.403). No entanto, no século XVII, com o surgimento do sistema europeu moderno, ocorre uma mudança fundamental na concepção de guerra. Agora, Foucault (2008b, p.404) destaca que a guerra não é mais uma questão estritamente ligada ao direito, mas sim à razão de Estado. Nesse sentido, não é mais necessário apresentar uma justificação jurídica específica para iniciar uma guerra. Basta uma razão puramente diplomática para deflagrar um conflito, especialmente quando o equilíbrio está ameaçado, ou seja, quando há um desequilíbrio significativo de poder entre os Estados.

Portanto, essa transformação reflete a transição da guerra como um fenômeno principalmente jurídico para a guerra como um instrumento da política de Estado. Foucault, (2008b, p.404) pontua que essa mudança na concepção de guerra implica uma mudança na continuidade em relação ao poder para uma continuidade em relação à política. Anteriormente, havia uma continuidade entre o direito e a guerra, agora, a guerra recupera outra continuidade, sendo a continuidade em relação à política. A guerra deixa de ser simplesmente uma manifestação de poder e se torna uma extensão da política estatal. A guerra agora é usada como um meio para alcançar objetivos políticos, como manter o equilíbrio de poder entre Estados na Europa. Neste ponto, observa-se o surgimento de um princípio fundamental, embora formulado quase duzentos anos depois: “a guerra é a continuação da política por outros meios.”(Clausewitz, apud.Foucault, 2008b, p.404). Nessa linha de raciocínio, Foucault ressalta que o princípio de Clausewitz, não traz nada de novo, a não ser apontar para uma mutação que havia sido adquirida desde o início do século XVII com a assinatura do Tratado de Vestefália. Esse tratado marcou o início de uma nova era nas relações entre Estados europeus, em que a guerra passou a ser vista como uma extensão da política estatal. Explica Foucault (2008b, p.404) :

Essa política que tem precisamente por função manter o equilíbrio entre os Estados, essa política que deve assegurar a balança dos Estados no âmbito da Europa, é ela que, num dado momento, vai ordenar que se entre em guerra, que se entre em guerra contra este ou aquele, até certo ponto, e até certo ponto somente, sem que o equilíbrio seja por demais comprometido com um sistema de alianças, etc. Por conseguinte, e a partir desse momento que aparece o princípio que, como vocês sabem, será formulado quase duzentos anos depois por alguém que dirá: "A guerra é a continuação da política por outros meios."? 'Mas ele não fazia nada mais que constatar uma mutação que, na verdade, havia sido adquirida desde o início do século XVII [com a constituição]" da nova razão diplomática, da nova razão política no momento do tratado de Vestefália.

3.3.3 — Configuração do Estado Moderno: diplomacia

Deste modo, a diplomacia é o meio pelo qual os Estados lidam reciprocamente, negociam acordos e resolvem conflitos sem recorrer à guerra. No contexto da razão de Estado, a diplomacia desempenha um papel crucial na manutenção do equilíbrio de poder na Europa. Especificamente, o Tratado de Vestefália é mencionado como um exemplo crucial de tratado multilateral que marcou uma mudança na forma como a diplomacia operava. Foucault (2008b, p.405) observa que antes do Tratado de Vestefália, as negociações diplomáticas geralmente seguiam linhas jurídicas tradicionais, como direitos de herança ou direitos do vencedor. No entanto, após o tratado, as negociações diplomáticas passaram a ser orientadas por uma lógica diferente, baseada na necessidade de manter um equilíbrio de poder. Isso significa que as negociações diplomáticas agora se baseavam em princípios físicos e na necessidade de manter um equilíbrio interno entre os Estados. Não era mais o direito dos soberanos que guiava essas negociações, mas sim uma espécie de “física dos Estados” que se tornou o princípio fundamental dessa nova diplomacia.

Por essa perspectiva, Foucault (2008b, p.405) destaca a ideia emergente de que os Estados europeus formavam uma espécie de “sociedade de nações”. Isso (2008b, p.404) implicava que esses Estados independentes, mas interligados por interesses comuns, deveriam manter certas relações definidas pelo direito. Essa noção se tornou conhecida como “jus gentium”, ou direito das gentes, cujo objetivo era definir as relações jurídicas entre esses novos atores, ou seja, os Estados europeus, que coexistiam em uma sociedade de nações. Essa ideia é encontrada num texto fundamental de Burlamaqui no século XVIII. Conforme explicita Foucault (2008b, p.407):

“E essa ideia de que os Estados são uma sociedade, vocês vão encontrá-la claramente formulada num texto do início do século XVIII, no maior teórico do direito das gentes, que se chama Burlamaqui - trata-se de Os princípios do direito da natureza e das gentes" -, que diz: "A Europa forma hoje um sistema político, um campo em que tudo está ligado por relações e pelos diversos interesses das nações que habitam esta parte do mundo.[...] as negociações perpétuas fazem da Europa moderna uma espécie de república cujos membros, independentes, mas ligados pelo interesse comum, se reúnem para manter a ordem e a liberdade."

3.3.4 — Configuração do Estado Moderno: dispositivo militar

Recapitulemos o que foi exposto até aqui, grosso modo, observamos como a ideia da Europa e da balança europeia surgem, e como se cristalizam com o tratado de Vestefália. Percebemos a presença de dois dos três dispositivos do sistema de segurança do equilíbrio europeu, o primeiro diz respeito a uma nova concepção de guerra, e o segundo refere-se ao instrumento diplomático. Agora, avançaremos para explorar o terceiro instrumento vital da Razão de Estado: o dispositivo militar. Segundo, Foucault (2008b, pp.408-409) este dispositivo militar é permanente e engloba várias dimensões essenciais para a manutenção do equilíbrio europeu: profissionalização do homem de guerra; estrutura armada permanente e sabedoria tática.

Primeiramente, implica na profissionalização do homem de guerra e na constituição de uma carreira dedicada exclusivamente às operações militares. Isso significa que indivíduos seriam treinados e dedicados a se tornarem soldados profissionais. Em segundo lugar, envolve a criação de uma estrutura militar permanente, capaz de organizar e comandar as tropas recrutadas em tempo de guerra. Isso garante que o Estado tenha uma infraestrutura sólida para responder rapidamente a qualquer ameaça ou conflito potencial. Terceiro, requer um investimento em fortalezas e infraestrutura de transporte, essenciais para a defesa e mobilização das tropas em situações de conflito. Essas fortalezas e sistemas de transporte são mantidos permanentemente, mesmo em tempos de paz. Além disso, é necessário desenvolver conhecimento tático e estratégico, incluindo tipos de manobras, estratégias ofensivas e defesa, e reflexões contínuas sobre questões militares.

Foucault (2008b, p.409) destaca que a presença desse dispositivo militar permanente e inteligente, intrinsecamente ligado ao sistema político, é um dos pilares fundamentais para a manutenção do equilíbrio europeu. Isto é, desta política comandada pelo cálculo dos

equilíbrios, pela manutenção de uma força que se obtém pela guerra, pela possibilidade ou ameaça desta. Deste modo, este dispositivo garantia a competição entre os Estados europeus, e o equilíbrio dos mesmos. Embora cada Estado buscava, naturalmente, obter vantagens e desequilibrar a relação de forças em seu favor, eles também compartilhavam o interesse coletivo de evitar uma guerra generalizada e de manter a estabilidade europeia. Isso reforça a ideia de que a guerra não é mais vista como uma mera extensão da atividade humana, mas antes, um instrumento político da Razão de Estado. Foucault, observa que neste ponto o princípio de Clausewitz, que afirma que a guerra é a continuação da política, encontra suporte institucional na institucionalização do militar. Portanto, o dispositivo militar permanente não apenas reflete a importância crescente da guerra na política europeia da época, mas também fornece uma infraestrutura sólida para manter o equilíbrio de poder e a estabilidade na região. É um suporte institucional que demonstra como a guerra e a política se tornaram indissociáveis e como a continuação da guerra por meio da política é um elemento central na manutenção do sistema de equilíbrio europeu. Escreve Foucault (2008b, p.409):

A guerra já não é uma outra face da atividade dos homens. A guerra vai ser, num momento dado, a aplicação de certo número de meios que a política definiu e de que o militar é uma das dimensões fundamentais e constitutivas.

3.3.5 — Configuração do Estado Moderno: diplomático-militar

Diante o exposto anteriormente, é preciso destacar que o problema dessa nova racionalidade governamental não é apenas a conservação do Estado, mas antes, a conservação de uma certa relação de forças e a manutenção ou o desenvolvimento desta dinâmica das forças. Diante disso, a sociedade ocidental cria dois grandes conjuntos tecnológicos de poder, definidos por Foucault (2008b, p.397) por mecanismos de segurança: 1 – dispositivo diplomático militar; 2 – dispositivo da polícia. Ambos têm a função de garantir a manutenção da relação de forças e o crescimento das forças internas sem rupturas. Cabe pontuar, que o dispositivo diplomático-militar é resultado da combinação estratégica de ações diplomáticas e militares usadas para alcançar objetivos específicos, geralmente relacionados à manutenção do equilíbrio entre os Estados.

Foucault começa explorando as técnicas do dispositivo diplomático-militar, que surgem devido à competição entre Estados. Como visto, os estados se encontram numa posição de concorrência, fazendo-se necessário encontrar um sistema que permita limitar o

máximo possível a mobilidade dos outros Estados. Esses Estados precisam limitar a mobilidade uns dos outros, impedindo que se fortaleçam excessivamente, mas também precisam manter alguma abertura para cada Estado poder expandir suas forças sem provocar conflitos. Foucault (2008b, p.398) destaca que a origem desse sistema de segurança remonta ao fim da Guerra dos Trinta Anos, um período marcado por intensos conflitos políticos e religiosos. Após essa guerra, surgiu a necessidade de restaurar o equilíbrio na Europa. Assim como o conceito de razão de Estado tem suas raízes na Itália, a ideia de estabelecer um estado de equilíbrio entre os Estados europeus também tem origem italiana. Sobretudo no Tratado de Vestfália, que tinha como princípio fundamental a manutenção desse equilíbrio entre as nações europeias.

Deste modo, o dispositivo diplomático-militar, conforme observado por Foucault (2008b, p.397), é criado com o propósito de garantir um equilíbrio nas relações entre os diversos Estados. Isso se tornou essencial porque, embora todos os Estados fossem autônomos em suas decisões e territórios, era crucial limitar sua expansão para não provocar outros Estados, evitando assim conflitos que poderiam levar à destruição de um Estado. Por essa perspectiva, a nova Razão de Estado, cuja armadura é diplomático-militar, promove uma mudança significativa na forma como os Estados interagem entre si. Na Idade Média, a paz costumava ser buscada através da supremacia de uma única entidade, como a Igreja. Agora, busca-se uma ordem internacional na qual a paz seja mantida pela cooperação entre Estados soberanos, em vez de uma autoridade única imposta sobre todos. Explica Foucault (2008b, p.402):

Vocês estão vendo o quanto estamos agora numa perspectiva histórica, mas ao mesmo tempo numa forma de técnica diplomática bem diferente da que era a da Idade Média, por exemplo, em que era da Igreja que se esperava a paz, porque ela era a potência única, única e unificante. Agora espera-se a paz dos próprios Estados e da sua pluralidade. Mudança considerável. É esse o objetivo, para garantir essa segurança, na qual cada Estado poderá efetivamente aumentar suas forças, sem que o aumento das suas forças seja causa de ruína para os outros e para ele próprio.

3.3.6 — Configuração do Estado Moderno: polícia

Nos tópicos anteriores desta sequência, buscamos reconstruir a análise arqueogenealógica de Foucault acerca da configuração do Estado Moderno, com sua Razão de

Estado e os instrumentos, práticas e dispositivos que a compõem. Primeiro, o surgimento do fenômeno de concorrência entre os Estados, que introduz a noção de “força” e equilíbrio como elementos centrais desta nova racionalidade. Em seguida, tomamos o caso do surgimento da Europa e a ideia de uma balança europeia para evidenciar no que consiste essa Razão de Estado. Nesse sentido, avançamos numa análise acerca dos três instrumentos essenciais para a manutenção desse equilíbrio europeu: a guerra, o instrumento diplomático e o dispositivo militar permanente. A guerra passou por uma mutação essencial, agora considerada uma extensão da política. O instrumento diplomático e o dispositivo militar permanente formaram um sistema interligado que moldou a política europeia e influenciou a abordagem geopolítica da época. Por essa perspectiva, vimos que o objetivo desta racionalidade governamental passou a ser a conservação e manutenção de uma certa dinâmica de forças, visando manter um equilíbrio entre os Estados, de modo que a força entre o Estado mais poderoso não fosse tão grande a ponto de permitir uma dominação sobre os demais. A partir disso, observamos que o dispositivo diplomático-militar surge nesse contexto para garantir a competição entre os Estados, mas dentro de limites aceitáveis que não levassem a conflitos destrutivos.

Feitas considerações, agora podemos avançar ao segundo conjunto tecnológico característico da nova arte de governar segundo a Razão de Estado: a polícia. Este último, nos séculos XVII e XVIII assume um sentido diferente do que compreendemos hoje. Segundo Foucault (2008b, p.421), neste período ela se referia ao conjunto de meios pelos quais é possível fazer crescer as forças do Estado, mantendo, ao mesmo tempo, a ordem interna desse Estado. Em resumo, neste período a polícia se tornou o cálculo e a técnica que permite equilibrar o crescimento das capacidades do Estado com a manutenção da ordem. Ao analisar um texto de Turquet de Mayerne do século XVII, Foucault encontra um conceito fundamental que define com clareza o objeto da polícia: “a polícia é o que deve assegurar o *esplendor* do estado [...] O que é o esplendor? É ao mesmo tempo a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que erradia” (apud.Foucault, 2008b, p.422). Por essa perspectiva, o Estado não só deveria funcionar de maneira eficiente, mas também deveria parecer impressionante para os seus cidadãos.

Ainda neste texto de Turquet, intitulado *A Monarquia Aristodemocrática*, Foucault (2008b, pp.430-431) destaca que há uma divisão da polícia em setores, do qual cada um assume uma responsabilidade. O primeiro, Birô da Polícia propriamente dita, o qual é responsável pela educação de crianças e jovens e pela profissionalização dos mesmos. O segundo, o Birô da Caridade, se ocupa em prestar cuidados aos pobres, tanto dos que podem

trabalhar como dos doentes e inválidos. Além disso, fornecesse serviço de assistência em casos de pandemia ou desastres naturais. O terceiro, Birô dos Comerciantes, regula questões relacionadas ao mercado e produção, além de incentivar e favorecer o comércio. Por fim, Birô do Domínio, setor que lida com questões relacionadas a bens imobiliários, incluindo compra e venda de terras, heranças e manutenção de propriedades públicas. A partir disso, observa-se que neste contexto a polícia está fundamentalmente preocupada com a atividade das pessoas, ou seja, no que elas fazem e como contribuem para o desenvolvimento do Estado. Em uma conferência, Foucault (1995, p.94) sintetiza da seguinte forma essa ideia de polícia no texto de Turquet:

A polícia engloba tudo. Só que de um ponto de vista muito específico. Os homens e as coisas são considerados a partir de suas relações: a coexistência dos homens num determinado território; suas relações do ponto de vista da propriedade; o que produzem; o que é trocado no mercado. Ela também leva em conta o modo como eles vivem, as enfermidades e acidentes que os ameaçam. A polícia zela por um homem vivo, ativo e produtivo. Turquet utiliza uma expressão extraordinária: "O verdadeiro objeto da polícia é o homem".

A partir disso, compreende-se que neste contexto a polícia transcende a mera ideia de uma instituição voltada à manutenção da ordem. Ela se revela como um dispositivo altamente abrangente que exerce influência e regulamentação sobre todas as facetas da vida em sociedade, com um objetivo duplo e intrincado: assegurar o bem-estar dos cidadãos e fortalecer o Estado. Por essa perspectiva, Foucault (2008b, p.439) descreve a polícia como um ciclo que começa com o Estado como um poder de intervenção racional e calculado sobre os indivíduos. Esse ciclo visa a fortalecer o Estado, mas passa necessariamente pela vida dos indivíduos, tornando-a preciosa para o Estado. Assim, a polícia articula a força do Estado e a felicidade dos indivíduos. Portanto, não se trata de um dispositivo coercitivo, mas uma ferramenta de governança que busca a coexistência harmoniosa entre esses elementos aparentemente antagônicos. Essa articulação é o que garante a especificidade da polícia em relação a outros dispositivos de poder. Ela busca consolidar a força do Estado ao mesmo tempo em que promove o bem-estar e a felicidade dos indivíduos.

Em resumo, sob a ótica de Foucault, com base no texto de Turquet, a polícia emerge como um dispositivo multifacetado que atua em um ciclo constante. No qual o Estado exerce controle e regulamentação sobre os indivíduos, visando a fortalecer sua própria autoridade. Essa dinâmica, no entanto, não negligencia o aspecto humano, buscando harmonizar os

interesses do Estado com o bem-estar e a felicidade da população, o que lhe confere um papel singular em relação a outros mecanismos de poder. Com base nisto, pode-se pensar que essas ideias são utópicas e de um autor obscuro. Mas o filósofo francês salienta que: “o livro de Turquet é apenas um exemplo de uma imensa literatura que circulava em quase todos os países europeus da época” (Foucault, 1994. p.94). Nesse sentido, Foucault (1994. p.94) ressalta que estas ideias não foram efêmeras, mas o contrário, se disseminaram e influenciaram o pensamento e a política durante os séculos XVII e XVIII. Se manifestaram tanto como políticas concretas, como o cameralismo e o mercantilismo, quanto como matérias a serem ensinadas. Neste último ponto, Foucault aponta para a existência da “*Polizeiwissenschaft*” na Alemanha, que era o título dado ao ensino da ciência da administração. Posto isto, cabe apontar para um segundo texto fundamental acerca da prática deste dispositivo de polícia. Estamos nos referindo ao *Compedium* de Delamare, uma compilação administrativa francesa, republicada várias vezes ao longo do século XVIII. Esse texto informava que há treze domínios dos quais a polícia deve se ocupar, sendo eles:

“religião, os costumes, a saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, as ciências e as artes liberais, o comércio, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, enfim o cuidado e a disciplina dos pobres, como ‘parte considerável do bem público’ ”. (apud.FOUCAULT, STP, 2008 p.450).

Foucault (2008b, p.450) observa que Delamare categoriza esses treze itens em funções mais amplas, cujo estão sob jurisdição da polícia. Por exemplo, a religião e os costumes, para garantir a “bondade da vida”, assim como a saúde e a conservação, pois a polícia tem a responsabilidade da “conservação da vida”. Também, a tranquilidade, o cuidado com os edifícios, as ciências, as artes liberais, o comércio, de modo a garantir a comodidade da vida. Ainda, observamos a disciplina e o cuidado dos pobres, como funções da polícia, em que se tem uma eliminação ou controle destes. Tem-se, por um lado, a exclusão dos que não podem trabalhar, por outro, a obrigação daqueles que podem trabalhar. Todos esses domínios da polícia constituem condições gerais para a preservação efetiva da vida na sociedade, de acordo com sua moralidade, conforto e prazeres. Elucida Foucault (1994, p.95):

[...] o poder real afirmou-se contra o feudalismo graças ao apoio de uma força armada, desenvolvendo um sistema judicial e estabelecendo um sistema fiscal. Essas eram as formas através das quais o poder real era tradicionalmente exercido. Agora o termo "a polícia" passou a designar todo o conjunto do novo campo em que o poder político e administrativo centralizado pode intervir

Em resumo, com base no exposto até aqui, observa-se que a polícia do século XVII e do século XVIII tem por ocupação um fazer viver, ou ainda, um fazer viver melhor. No texto de Delamare isso fica evidente, visto que este dispositivo abrange praticamente todos os aspectos da vida em sociedade. Ele a vê como responsável por garantir a qualidade de vida das pessoas em termos de necessidades básicas, conforto e prazer. Portanto, a polícia é vista como um dispositivo essencial para a preservação da vida e o bem-estar dos cidadãos. Além dos textos franceses, observa-se uma grande produção de manuais alemães acerca deste dispositivo de polícia. Manuais estes que serão utilizados no ensino da ciência da administração, na disciplina intitulada *Polizeiwissenschaft*. De modo geral, os manuais compartilham temas em comum com o texto analisado de Delamare. Isso sugere que, na Europa entre os séculos XVII e XVIII, havia um conjunto de ideias comuns sobre as funções da polícia em relação à vida pública e ao bem-estar dos cidadãos.

No entanto, Foucault (1994, p.96) aponta para um texto que organiza essa temática geral de uma maneira diferente, trata-se do texto *Elementes of Police* de Von Justi. Apesar do objeto central da polícia continuar sendo os indivíduos vivos vivendo em sociedade, o economista alemão examina este sob o que ele denomina de “bens imobiliários do Estado” . Isso envolve analisar como esse território é habitado, incluindo a distinção entre áreas urbanas e rurais, bem como informações demográficas, saúde, mortalidade e imigração dos indivíduos nesses territórios. Outro elemento analisado no manual alemão é os “bens e haveres” , que incluem mercadorias, produtos manufaturados e sua circulação, envolvendo questões econômicas, como custo, crédito e moeda. Por fim, a última parte do livro se concentra na conduta dos indivíduos, no que diz respeito à moralidade, capacidades profissionais e a interação dos indivíduos em sociedade. Com base nisto, Foucault considera a obra de Von Justi mais desenvolvida em relação à evolução do problema de polícia do que o compêndio de regulamentações de Delamare, e isso se dá devido 4 razões: definição clara do paradoxo de polícia; diferenciação entre *polizei* e *politik*; ênfase no problema da população; e *polizèiwissenschaft* como arte de governar e método de análise. Explica detalhadamente Foucault (1994. p.94):

Em primeiro lugar, Von Justi define muito mais claramente o paradoxo central da polícia. [...]. Ele define perfeitamente o que considero o objetivo da moderna arte de governar, ou da racionalidade do Estado: desenvolver os elementos constitutivos das vidas dos indivíduos de modo a que seu desenvolvimento reforçe ao mesmo tempo o desenvolvimento do poderio do Estado. Depois Von Justi estabelece uma distinção entre essa tarefa, que denomina *Polizei*, tal como seus contemporâneos, e *Politik*, *Die Politik*. *Die Politik* é basicamente uma tarefa negativa. Consiste na luta do Estado contra seus inimigos internos e externos. *Polizei*, porém, é uma tarefa positiva: cabe-lhe favorecer, ao mesmo tempo, a vida dos cidadãos e a saúde do Estado. E aqui chegamos ao centro da questão: Von Justi insiste muito mais que Delamare numa noção que iria assumir uma importância crescente ao longo do século XVIII: a população. [...] Durante todo o século XVIII e particularmente na Alemanha, constatamos que o que se define como objeto da polícia é a população, ou seja, um grupo de seres vivendo numa determinada área. Finalmente, basta ler Von Justi para perceber que não se trata apenas de uma utopia, como em Turquet, ou de um compêndio de regulamentações repertoriadas sistematicamente. Von Justi pretende elaborar uma *Polizèiwissenschaft*. Seu livro não é simplesmente uma lista de preceitos. É também uma grade através da qual é possível observar o Estado, ou seja, seu território, seus recursos, sua população, suas cidades etc. Von Justi associa a "estatística" (a descrição dos Estados) à arte de governar. A *Polizèiwissenschaft* é ao mesmo tempo, uma arte de governar e um método para analisar uma população que vive num determinado território.

Deste modo, essas quatro razões destacam por que a obra de Von Justi é considerada uma contribuição mais avançada para a compreensão da polícia e da governamentalidade do que a obra de Delamare. Pela perspectiva de Von Just, a *Polizèiwissenschaft* representa uma abordagem abrangente que não se limita a questões de policiamento, mas aborda a arte de governar na totalidade, combinando o desenvolvimento de estratégias de governo com a capacidade de análise da população em um território específico.

A análise de Foucault sobre os textos teóricos da época, representados por autores como Turquet, Delamare e Von Justi, revela uma transformação profunda no papel e na função do dispositivo de polícia nos séculos XVII e XVIII. Nesse período, a polícia passou a desempenhar um papel muito mais abrangente na governança do Estado moderno. A polícia se tornou um dispositivo multifacetado, cujo objetivo era assegurar tanto o fortalecimento do Estado quanto o bem-estar da população. Ela agia em um ciclo constante, em que o Estado exercia controle e regulamentação sobre os indivíduos, ao mesmo tempo, em que buscava

promover sua felicidade e qualidade de vida. Esse equilíbrio entre controle e promoção do bem-estar caracteriza o cerne da racionalidade de Estado desenvolvida durante os séculos XVII e XVIII.

3.5 — Nova arte de governar dos economistas: mercantilismo

Com base no exposto até aqui, compreendemos que o Estado deve ser analisado a partir de suas práticas. Assim como, razão de Estado, que buscamos definir na sequência de subtópicos desenvolvidos, deve ser analisada a partir de suas práticas que a transformaram, de acordo com as necessidades vislumbradas para o Estado. O Estado é considerado tanto como uma entidade já existente quanto como algo que ainda não atingiu sua plenitude ou potencial completo. Nesse contexto, a razão de Estado refere-se a uma prática específica, ou mais precisamente, à racionalização dessa prática. Esta se situa entre a aceitação do Estado como uma realidade dada e a concepção do Estado como algo a ser construído e desenvolvido. A razão de Estado é, assim, uma abordagem que visa articular e racionalizar como o Estado é governado, considerando-o como um objeto em processo. A arte de governar, nesse sentido, tem a tarefa de estabelecer regras e normas, bem como racionalizar métodos de governamentalidade. Portanto, a razão de Estado não é apenas uma descrição objetiva do Estado como é, mas também uma orientação normativa que busca realizar o potencial máximo do Estado. Ela envolve uma reflexão cuidadosa e calculada sobre como, por meio da governança, o Estado pode ser elevado ao seu estado mais completo e eficaz. Resume Foucault (2008b, p.6):

O Estado é, ao mesmo tempo, o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve, então, estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado. O Estado tal como é dado – a ratio governamental – é o que possibilitará, de uma maneira refletida, ponderada, calculada, fazê-lo passar ao seu máximo de ser.

A partir das considerações traçadas até este ponto do terceiro capítulo, podemos avançar a mais um desdobramento dessa racionalidade de Estado moderna: a penetração do

pensamento econômico na governamentalidade. Inicialmente, nota-se que o surgimento do fenômeno mercantilista no século XVIII remodelou o papel do dispositivo de polícia, transformando-o em uma instituição de mercado. Posteriormente, houve uma inversão significativa no pensamento mercantil, protagonizada pelos economistas do século XVIII. Eles reconfiguraram a Razão de Estado ao incorporar preocupações econômicas nas práticas de governança. Esse evento marcou uma mudança fundamental na governamentalidade ocidental, introduzindo um princípio de limitação na arte de governar, juntamente com o reconhecimento de uma naturalidade intrínseca nas ações da população. Nessa nova perspectiva, o Estado começou a administrar essa naturalidade, e novos elementos foram incorporados a essa racionalidade estatal: sociedade, economia, população, território, segurança e liberdade. São precisamente esses elementos que propiciaram o surgimento do liberalismo e de uma governamentalidade liberal, que se manteve constante ao longo do século XIX e passou por uma transformação significativa no início do século XX. Isso culminou no desenvolvimento do neoliberalismo, marcando outra modulação na governamentalidade. Este último ponto é minuciosamente explorado por Foucault no curso "*Nascimento da Biopolítica*" de 1979.

Conforme o recorte estabelecido neste trabalho, teremos em vista apontar para o nascimento dessa nova arte de governar dos economistas que culmina numa governamentalidade neoliberal, a partir do curso *Segurança, Território e População*. Para introduzir essa questão, destaca-se a relação entre o dispositivo de polícia e o mercantilismo. Como anteriormente observado, a concepção de polícia nos séculos XVII-XVIII estava intrinsecamente ligada à urbanização e ao território. Em sua essência, a polícia estava envolvida nas complexidades da existência e coexistência na vida urbana. Nesse contexto, Foucault (2008b, p.451) enfatiza que a polícia é fundamentalmente urbana e mercantil, sendo, em termos mais abrangentes, uma instituição de mercado. Adicionalmente, Foucault (2008b, pp.453–454) ressalta que a implementação desse dispositivo policial não pode ser dissociada das teorias e práticas governamentais integradas ao mercantilismo. Este último estava inserido no contexto do equilíbrio europeu e envolvia uma técnica e cálculo para fortalecer os Estados na competição europeia pelo comércio. Assim define Foucault:

Ou seja, ele exige, primeiro, que cada país procure ter a população mais numerosa possível; segundo, que essa população seja inteiramente posta para trabalhar; terceiro, que os salários pagos a essa população sejam os mais baixos possíveis, de modo que - quarto - os preços de custo das mercadorias sejam os mais baixos possíveis, que por conseguinte se possa vender o mais possível ao exterior, venda essa que assegurará a importação do ouro, a transferência do ouro para o tesouro real ou, em todo caso, para o país que triunfar comercialmente desse modo. Ora, o que possibilitará, primeiramente, assegurar e claro, o recrutamento de soldados e a força militar indispensável para o crescimento do Estado e para o seu jogo no equilíbrio europeu, e que possibilitará também incentivar a produção, donde, um novo progresso comercial? É toda essa estratégia do comércio como técnica de importação da moeda, é isso que é um dos traços característicos do mercantilismo.

Como observado, a razão de Estado surge com o propósito de equilibrar as potências europeias, utilizando como instrumento uma armadura diplomático-militar. Como resultado, o mercantilismo emerge, caracterizado por uma estratégia de fortalecimento do comércio, elemento crucial no contexto do equilíbrio europeu. Adicionalmente, Foucault (2008b, p.455) destaca que a razão de Estado também visava ao crescimento individual de cada potência estatal, conectando, assim, a polícia a uma política de concorrência comercial dentro da Europa. Dessa forma, do século XVII ao início do século XVIII, observamos o surgimento de uma unidade por meio da articulação entre a polícia e o desenvolvimento urbano, bem como entre a polícia e o domínio da mercadoria. Foucault (2008b, p.456) destaca que não se trata apenas da entrada da existência humana no mundo abstrato da mercadoria, mas sim, da emergência de uma relação muito específica entre: razão de estado e privilégio urbano, bem como entre polícia e o primado da mercadoria. De tal modo, que a intervenção estatal passou a ter como objetivo, o melhor viver e a vida dos indivíduos. Por essa perspectiva, a gestão da cidade, a solução dos problemas cotidianos e a promoção do comércio se tornam meios de fortalecer o Estado. Resume Foucault (2008b, p.455):

É um feixe de relações inteligíveis, analisáveis que possibilitam, ligar, como as faces de um mesmo poliedro, um certo número de elementos fundamentais: a formação de uma arte de governar, que seria ajustada ao princípio da razão de Estado; uma política de competição na forma do equilíbrio europeu; a busca de uma tecnologia de crescimento das forças estatais por meio de uma política que teria essencialmente por finalidade a organização das relações entre uma população e uma produção de mercadorias; e, por fim, a emergência da cidade-mercado, com todos os problemas de coabitação, de circulação, como problemas do âmbito da vigilância de um bom governo de acordo com os princípios da razão de Estado.

A partir disso, torna-se evidente como diversas relações interconectadas produzem a operação e a governamentalidade do Estado. Isso implica a adaptação de políticas para enfrentar a competição no cenário europeu, o desenvolvimento de uma economia orientada para fortalecer o Estado e o surgimento de cidades-mercado, acarretando problemas específicos que demandam uma governamentalidade específica. Nesse contexto, a polícia revela sua íntima conexão com o modelo urbano e as questões relacionadas ao mercado e ao comércio. Na segunda metade do século XVIII, Foucault observa a tentativa de estabelecer um código para a polícia, como evidenciado pelas *Instructions* de Catarina II. Inspirada nos filósofos franceses, escreve: “Os regulamentos da polícia são de uma espécie totalmente diferente da das outras leis civis [...] A polícia se ocupa das coisas miúdas, enquanto as leis se ocupam das coisas importantes. A polícia se ocupa perpetuamente dos detalhes e enfim ela só age pronta e imediatamente” (apud.Foucault, 2008b, p.457). Nesse contexto, Foucault (2008b, p.458) destaca que estamos imersos em um mundo de regulamentos, um mundo de disciplina. Podemos observar a proliferação dessas disciplinas locais e regionais desde o século XVI até XVIII, especialmente em escolas, fábricas e exércitos. No fundo, essas disciplinas têm por objetivo a regulamentação geral dos indivíduos e do território, neste caso, a polícia surge tendo como objeto um modelo essencialmente urbano. Conclui Foucault (2008b, p.459):

[...] é essa, espécie de grande sonho disciplinar que se encontra por trás da polícia. Comércio, cidade, regulamentação, disciplina - creio serem estes os elementos mais característicos da prática de polícia, tal como era entendida nesse século XVII [na] primeira metade do século XVIII.

3.5.1 — Nova arte de governar dos economistas: crise do estado de polícia

No tópico anterior, exploramos o surgimento do fenômeno mercantilista no século XVIII, que remodelou o papel do dispositivo de polícia, transformando-o em uma instituição de mercado. Vimos como a instauração desse dispositivo de polícia não pode ser dissociada das teorias e práticas governamentais que faziam parte do mercantilismo. Este último estava enquadrado do equilíbrio europeu e envolvia uma técnica e cálculo para fortalecer os Estados na competição europeia pelo comércio. Foucault destacou que não se tratava apenas da entrada da existência humana no mundo abstrato da mercadoria, mas sim da emergência de uma relação muito específica entre a razão de Estado e o privilégio urbano, bem como entre a polícia e o primado da mercadoria. Agora, avançando para o tópico atual, deslocaremos nossa análise para a crítica ao Estado de polícia e o subsequente desmantelamento desse modelo que predominou até o início do século XVII. Esta representa a última e crucial mudança identificada por Foucault em seu curso “Segurança, Território e População”, marcando a transição de um sistema de polícia para uma nova governamentalidade, uma nova razão governamental fundamentada no pensamento dos economistas do século XVIII. Estes últimos promoveram uma inversão no pensamento mercantil, ao introduzir uma ideia de delimitação na ação governamental em função de um conjunto de leis naturais que regulam a vida da população. Agora, é a razão econômica que passa a orientar a governamentalidade moderna.

Essa mudança foi analisada por Foucault (2008b, p.460–465) por meio de uma análise acerca do problema da escassez alimentar e da chamada “polícia dos cereais”. Esse tema aparece no fim do primeiro terço do século XVIII. A partir dessa análise, observa-se uma crítica do Estado de polícia e o seu subsequente desmantelamento, conforme este estado havia se consolidado até o início do século XVII. Com base neste contexto, o filósofo apresenta quatro teses cruciais relacionadas à política dos cereais durante o século XVIII. A primeira tese está intrinsecamente ligada à literatura fisiocrática ou dos economistas da época. Esta tese destaca a importância de remunerar adequadamente os agricultores, principalmente devido à abundância de cereais. É importante notar que esta proposição entra em contraposição à política mercantilista, que priorizava a manutenção de preços baixos dos cereais para controlar os salários dos trabalhadores. Neste ponto, ocorre uma inversão de pensamento por parte dos economistas do século XVIII, que reintroduzem na análise e nos objetivos de uma intervenção política: o bem-estar dos camponeses, o lucro agrícola e as oportunidades de

investimento agrícola. Em resumo, esta tese representa a introdução da agricultura como elemento central na governamentalidade racional. Resume Foucault (2008b, p.461):

Logo já não é a cidade, e sim a terra, já não é a circulação, e sim a produção, já não é a venda ou o ganho com a venda, e sim o problema do retomo - tudo isso é que aparece agora como objeto essencial da governamentalidade. Uma desorganização em benefício de um agrocentrismo, substituição ou em todo caso, emergência do problema da produção relativamente ao problema da comercialização, é, creio eu, o primeiro grande abalo no sistema da polícia, no sentido em que se entendia esse termo no século XVII e no início do século XVIII.

A segunda tese aborda a noção de um preço justo para os cereais. Argumenta que o preço desses produtos deveria ser estabelecido em um nível considerado justo. Isso se daria, em primeiro lugar, devido ao estímulo à produção contínua por parte dos agricultores. Em segundo lugar, seria uma resposta à tentação de acumular cereais para momentos de escassez. E, em terceiro lugar, ocorreria em função da dinâmica da comercialização, na qual um preço adequado atrairia a atenção dos estrangeiros, levando ao aumento da oferta e à estabilização dos preços²¹. Nesse sentido, Foucault (2008b, p.463) destaca que os economistas romperam com a ideia de regulamentação governamental do sistema policial, uma vez que esta se mostrava ineficaz e prejudicial diante da autorregulação espontânea e inerente às dinâmicas de mercado. Deste modo, propuseram a substituição da regulamentação policial por uma regulação natural, baseada no curso dos próprios eventos. Esta segunda tese representou um abalo significativo no sistema de polícia mercantilista, conhecido como “*polizei*”, característico dos séculos XVII e início do XVIII.

A terceira tese aponta para a concepção da população enquanto um bem relativo. Isso marca uma ruptura com o sistema policial anterior, onde a população era avaliada principalmente em termos de quantidade, visando garantir uma força de trabalho numerosa e submissa. Os economistas, por outro lado, adotaram uma perspectiva diferente em relação à população. Argumentaram que a população deveria ser numerosa, mas não excessivamente, para evitar salários baixos e para estimular o trabalho e o consumo. Portanto, segundo Foucault (2008b, p.464) a ênfase recaiu não em um número absoluto de habitantes, mas em um valor relativo e ajustável. Deste modo, a população se torna um dado modificável, abrindo espaço, por exemplo, para a regulação da natalidade. Por fim, a quarta tese diz respeito à

²¹ Explica Foucault (2008b, p.462): se o preço for bom, os estrangeiros evidentemente vão tentar enviar o máximo possível de trigo para aproveitar o máximo possível esse bom preço, de sorte que, quanto mais alto for o preço, mais ele tenderá a se fixar e a se estabilizar

promoção da liberdade de comércio entre países. Foucault (2008b, p.465) observa que esta tese também representa uma quebra com o sistema policial, que priorizava a exportação máxima e a importação mínima para acumular riqueza estatal. Os economistas propuseram, em vez disso, a integração de economias estrangeiras por meio de mecanismos de regulação que operassem no âmbito de cada nação. Isso marcou uma transição da competição entre Estados, característica do sistema de polícia e do equilíbrio europeu, para uma competição entre os particulares. Explica Foucault (2008b, p.465):

Esse jogo do interesse dos particulares fazendo concorrência uns aos outros e procurando cada um por si o lucro máximo, é isso que vai permitir que o Estado, ou a coletividade, ou ainda toda a - população embolsem, de certo modo, o ganho dessa conduta dos particulares isto é, ter cereais ao preço justo e ter uma situação econômica que seja a mais favorável possível.

Nessa direção, a governança passou a depender menos da intervenção autoritária do Estado e mais do comportamento autônomo dos indivíduos, alinhados com uma regulação natural. Deste modo, a felicidade de todos não depende mais da intervenção autoritária do Estado sob a forma da polícia. O bem de todos será assegurado pelo comportamento de cada um, e cabe ao Estado deixar agir os mecanismos do interesse particular, que estarão em consonância com uma regulação natural. Foucault, observa que se trata agora de fazer com o que Estado não intervenha, a não ser para deixar o melhor-estar de cada um. Com essa mudança, Foucault (2008b, p.465) destaca a emergência de um Estado regulador de interesses, e um abandono daquele Estado ao mesmo tempo, transcendente e sintético da felicidade de cada um, a ser transformada na felicidade de todos. Eis a última mudança capital apontada por Foucault na passagem de um sistema de polícia para uma nova governamentalidade, uma nova razão governamental, que inicia com o sistema de polícia e acaba por desmontar o mesmo. Em resumo, as quatro teses discutidas por Foucault confirmam essa transformação paradigmática na governamentalidade. Marcando a transição do Estado como regulador direto para um Estado que facilita, desde que o mercado e os interesses individuais contribuam para o bem-estar coletivo.

Deste modo, Foucault (2008b, pp.466–481) conclui que no século XVII e XVIII, durante o domínio régio, não houve críticas à emergência do Estado policial entre os juristas, nem tentativas de definir uma nova arte de governar. No entanto, os economistas desafiaram o Estado policial, dando origem a uma nova arte de governar. Foucault (2008b, pp.468)

identifica duas seitas de hereges opostas: os políticos, que desenvolveram uma nova arte de governar com base na razão, afastando-se da cosmoteologia medieval, e os economistas, que introduziram a razão econômica como parte da racionalidade de Estado. Estes últimos são heréticos não mais em relação ao pensamento cosmoteológico da soberania, mas heréticos em relação a um pensamento ordenado da razão do Estado, heréticos em relação ao estado de polícia. Deste modo, temos uma governamentalidade inventada pelos políticos que introduzem o aparelho da polícia. E uma governamentalidade dos economistas, que segundo Foucault, introduz elementos fundamentais da governamentalidade moderna e contemporânea.

Segundo Foucault, essa nova governamentalidade dos economistas trouxe modificações significativas. Primeiro, em relação à análise dos processos naturais, na qual os economistas introduziram a naturalidade dos processos econômicos na Razão de Estado, forjando mecanismos que promovem uma autorregulação dos preços. Por um lado, na tradição medieval há um rompimento de uma visão cosmoteológica, em que o bom governo, era um governo ordenado que fazia parte da ordem do mundo em que era requerido por Deus. Essa ordem natural, é rompida com a nova razão de Estado, neste momento, o estado possui uma racionalidade própria, há ainda o surgimento de uma artificialidade da política, da polícia e da razão de estado. Por outro lado, essa nova naturalidade proposta pelos economistas vai se opor também com a artificialidade da política, da polícia e da razão de Estado. Os economistas, portanto, destacaram a sociedade como um campo de naturalidade próprio dos seres humanos. Foucault (2008b, p.470) destaca que essa mudança estabeleceu a sociedade civil como um novo elemento em relação ao Estado. O Estado passou a ser responsável pela gestão dessa sociedade civil. Isso marcou uma alteração significativa em relação à antiga razão de Estado, que lidava apenas com uma coleção de súditos. Em suma, a sociedade civil tornou-se um vis-à-vis do Estado, e sua gestão se tornou uma parte essencial da governamentalidade.

A segunda modificação essencial diz respeito a uma relação entre saber e poder. Os economistas do século XVIII adotaram a racionalidade científica, defendendo a aplicação da evidência nos domínios do Estado. A economia passou a influenciar as decisões governamentais, nas palavras de Foucault (2008b, p.472): “uma cientificidade que vai cada vez mais reivindicar sua pureza teórica, que vai ser a economia; e depois que vai reivindicar, ao mesmo tempo, o direito de ser considerada por um governo que terá de modelar por ela suas decisões”. Já a terceira modificação, referente às novas formas do é problema da população. Esta última, com os economistas, deixou de ser vista apenas em termos de

quantidade, trabalho, docilidade, etc. E passou a ser considerada uma realidade complexa, influenciada por fatores como trabalho e preços. Além de adquirir uma naturalidade intrínseca. Com base nisto, Foucault (2008b, p.473) observa que a população vai se tornando uma realidade cada vez mais densa, espessa, natural do que aquela série de súditos submetidos ao soberano e a intervenção da polícia. Consequentemente, esse reconhecimento da população enquanto conjunto de fenômenos naturais leva ao desenvolvimento de práticas de regulação que lidam com a população em sua naturalidade: medicina social, higiene pública, questões demográficas, etc.

Por fim, a última modificação na racionalidade de Estado que os economistas introduziram refere-se à passagem da regulamentação para a gestão. A governamentalidade mudou de uma abordagem de regulamentação para uma de gestão, respeitando os processos naturais. Em vez de impor regras estritas e regulamentações, o Estado começou a se envolver de maneira mais sutil e complexa com os fenômenos naturais. Essa nova abordagem envolve duas dimensões. Em primeiro lugar, houve uma limitação da intervenção estatal, permitindo que os processos naturais se desdobrassem. Em segundo lugar, dentro desse novo campo delimitado, surgiu um domínio de intervenções. Essas intervenções tinham o propósito não de regulamentar, mas de manipular, facilitar ou gerenciar as coisas. Em outras palavras, o Estado passou a se concentrar em fazer com que as regulações necessárias e naturais ocorressem de maneira eficaz, para atingir esse objetivo, foram desenvolvidos mecanismos de segurança. Esses mecanismos tinham a função de garantir a segurança dos processos naturais, que abrangiam tanto os processos econômicos quanto aqueles relacionados à população. O Estado se tornou um guardião da ordem, trabalhando para manter a estabilidade e a previsibilidade desses processos naturais. Por essa perspectiva, Foucault observa que a liberdade se tornou um elemento essencial nessa governamentalidade, sendo integrada ao campo da prática governamental. Escreve Foucault (2008b, p.475):

Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tomou-se agora um imperativo

Foucault (2008b, p.475–476) destaca que essa transformação desarticulou o aparelho de polícia do século XVII, que regulamentava território e súditos. Em contrapartida, emergiu

um sistema dual: mecanismos econômicos voltados para a população e mecanismos que visam impedir ou reprimir a desordem, a irregularidade, os ilegalismos, etc. Dito de outro modo, de um lado se tem mecanismos de incentivo-regulação dos fenômenos: economia, gestão de população, etc. E de outro, mecanismos com funções negativas, como a instituição da polícia no sentido moderno, que terá por função apenas impedir desordem. Foucault, observa que com isso a noção de população se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo conforme visto na nossa contemporaneidade. Com base nestas quatro modificações, Foucault demonstra como a governamentalidade evoluiu do século XVII para o XVIII, destacando a ênfase na razão econômica, na naturalidade dos processos sociais e na importância da liberdade na prática governamental. Essas mudanças resultaram na desarticulação do aparelho de polícia e na emergência de uma nova forma de governar fundamentada no pensamento econômico do século XVIII.

Com base no exposto, evidenciamos a transformação da governamentalidade, desde o mercantilismo até as análises dos economistas do século XVIII. Observamos que a razão de Estado, penetrada pela razão econômica, incorporou novos elementos, como a sociedade, população, segurança e, notavelmente, a liberdade. A liberdade torna-se o novo imperativo da razão de Estado, suscitando questões como: quanto de liberdade é necessário para um bom governo?. Nesse contexto, emergem as análises do curso subsequente, Nascimento da Biopolítica, evidenciando uma continuidade na análise macropolítica do poder, agora direcionada para o liberalismo e neoliberalismo em termos de racionalidades de Estado. Essa transição é essencial para compreendermos a continuidade da análise das formas de governo de Foucault. No curso de 1979, sua atenção se volta primeiramente para a regulação externa do Estado pelo liberalismo, que busca limitar o governo por meio da razão jurídica. O liberalismo propõe mecanismos de “aumento” de liberdade por meio de maior controle e intervenção, destacando a relação entre liberalismo e técnicas disciplinares. Isso culmina na própria crise do liberalismo, suscitando a questão de como garantir que os mecanismos que sustentam a liberdade não se tornem ameaças à própria liberdade.

A partir desse ponto de apoio, emerge o cerne do curso de Foucault: a análise do neoliberalismo como governamentalidade de Estado, que busca regular o poder político global sob os princípios da economia de mercado. Com o neoliberalismo, o *laissez-faire*²² dá

²²Laissez-faire é uma expressão francesa que se traduz como “deixe fazer”. No contexto político e econômico, refere-se a um modelo de não-intervenção estatal. Os proponentes desse modelo sustentam a crença de que o mercado pode se autorregular, dispensando a necessidade de subsídios ou regulamentações estatais. Essa abordagem defende a liberdade econômica, permitindo que as forças de oferta e demanda ajam sem interferências significativas por parte do governo.

lugar à teoria da concorrência pura, onde esta se torna uma estrutura formal para a regulação econômica pelos preços. A política neoliberal tem como tarefa organizar o espaço real, concreto, dentro do qual a estrutura formal da concorrência vai operar. É necessário governar, mas é preciso governar para o mercado. Com o neoliberalismo e o crescimento econômico contínuo, as dinâmicas de poder seguem a lógica de buscar o lucro com o mínimo de esforço, simultaneamente maximizando o governo e minimizando o papel do Estado. Nessa racionalidade neoliberal, o mercado é regido por leis naturais, ocorrendo um deslocamento de um mercado baseado em trocas para um movido pela concorrência. O poder atua nas subjetividades de forma incisiva para manter essa lógica, resultando no surgimento do *homo oeconomicus*, o homem da produção. O mercado passa a regular e formar subjetividades de acordo com seus interesses, e o homem econômico é compreendido como capital humano produzido por meio das estratégias de governo.

Dessa forma, com o liberalismo e neoliberalismo, observa-se o surgimento de uma nova governamentalidade que não se reduz a uma análise jurídica ou econômica, mas se apresenta como uma tecnologia de poder voltada para a população. Essas governamentalidades, em especial a última, constituem o quadro geral da biopolítica, atuando como uma bioregulação estatal que abrange todos os aspectos da vida em população. Com base nisto, destaca-se com precisão a articulação entre as noções de governamentalidade e biopolítica no pensamento foucaultiano. Assim, é a emergência do pensamento liberal e sua flexão neoliberal em termos de governamentalidade que nos permite compreender claramente a biopolítica.

CONCLUSÃO

Na jornada empreendida ao longo deste trabalho, mergulhamos nas complexidades do pensamento foucaultiano, desvelando as intrincadas relações entre poder, saber e subjetividade. Ao revisitarmos o capítulo introdutório “A caixa de ferramentas de Foucault: entre métodos e conceitos”, realizamos uma incursão do pensamento foucaultiano, buscando esclarecer seus métodos e a natureza de seu trabalho intelectual. Observamos que sua filosofia opera como uma oficina teórico-prática, utilizando de ferramentas conceituais e metodológicas que não apenas possibilitam a reflexão sobre a atualidade, mas também abrem caminhos para sua transformação. Nessa abordagem, iniciamos nosso capítulo circunscrevendo uma noção basilar na arquitetura do projeto filosófico de Foucault, a de

ontologia crítica, resgatada por Foucault de Kant, que propõe uma análise minuciosa da história para compreender os eventos que nos produziram como sujeitos históricos no presente. Este alicerce não apenas viabiliza uma análise minuciosa da história para compreender nossa formação como sujeitos históricos, mas também abre espaço para o desenvolvimento de novas formas de existência e transformação, ancoradas em sua arqueogenealogia. Em última análise, a filosofia, para Foucault, é um ato de pensamento que se desvincula das amarras do tempo linear, buscando compreender a multiplicidade de identidades e possibilidades que a história nos apresenta. Ele nos convida a realizar um diagrama da nossa atualidade, utilizando deste como uma tática de desujeição das formas de poder e saber que nos sujeitam e nos oprimem.

A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos [...]. Em suma, a história é o que nos separa de nós mesmos, e o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos. Como diz Paul Veyne, o que se opõe ao tempo, assim como à eternidade, é a nossa atualidade. [...] É a atualidade que interessa Foucault, o mesmo que Nietzsche chamava de o inatual ou o intempestivo, isto que é in actu, a filosofia como ato do pensamento. (DELEUZE, 1992, p.124)

No tocante à arqueologia, exploramos seu papel como método de escavação das condições históricas que produzem saberes, revelando o sujeito como produto desses saberes. Ao analisar a história de baixo para cima, a arqueologia contrapôs narrativas oficiais, dando voz aos saberes locais desconsiderados e questionando a institucionalização desses saberes. A dinâmica de retroalimentação entre saber e poder foi evidenciada, redefinindo o poder como instância produtiva que permeia o corpo social. No âmbito genealógico, destacamos a influência de Nietzsche e a instrumentalização da genealogia de Foucault para analisar discontinuidades históricas, registrando a construção histórica da verdade e do sujeito. A genealogia nietzschiana, ao rejeitar a busca por uma única origem, enfatizou a invenção em detrimento da origem fixa. O conhecimento e o sujeito foram concebidos como construções históricas, resultantes das complexas relações de poder. A implementação prática desses métodos foi examinada nos cursos de Foucault da década de 1970. Em *Em Defesa da Sociedade*, a desconstrução da concepção tradicional de poder revelou sua atuação em níveis microscópicos nas práticas cotidianas. Na sequência, no curso *Segurança, Território e População*, a genealogia foi crucial para investigar a governamentalidade do Estado moderno,

abordando transformações na arte de governar, a emergência de dispositivos de poder e a entrada da razão econômica no século XVIII. A instrumentalização da genealogia nietzschiana enriqueceu significativamente a compreensão de Foucault sobre as intrincadas relações entre saber, poder e subjetividade em seus cursos da década de 1970.

Após a análise aprofundada dos métodos arqueológico e genealógico no subtópico “Questões de método: Arqueogenealogia”, destacamos a complementaridade dessas abordagens, resultando no conceito de arqueogenealogia. Essa abordagem conjunta esclarece o funcionamento dos dispositivos de poder, proporcionando uma compreensão profunda das estruturas de poder e das formações discursivas que produzem nossa realidade. A organicidade desses métodos, centralizada no sujeito, possibilita uma ontologia crítica do presente, delineando um diagrama da verdade, das práticas de objetivação e subjetivação, e utilizando-o como base para estratégias contemporâneas. A integração entre os métodos é fundamental para compreender a complexidade das relações de poder no corpo teórico foucaultiano, justificando plenamente a relevância deste tópico. Em resumo, arqueologia e genealogia se entrelaçam em uma tarefa única de diagnosticar o presente e definir nossa identidade, impulsionando estratégias de resistência e compreensão das estruturas de saber e poder que produzem nossa realidade.

Após uma discussão sistemática acerca dos métodos foucaultianos, deslocamos nossa atenção aos conceitos de biopolítica e governamentalidade, que ocuparam o restante deste trabalho, consolidando conceitos que se tornam pilares para a compreensão das relações de poder nas sociedades modernas. Por essa perspectiva, nos centramos nos estudos de Foucault da década de 1970, especificamente nos cursos *Em Defesa da Sociedade e Segurança, Território e População*, respectivamente. Durante o período da década de 1970, Foucault emergiu como um observador crítico da política contemporânea, concebendo o poder como o objeto central de sua análise. Os cursos no *Collège de France* tinham não apenas uma dimensão histórica e filosófica, mas também uma função na atualidade. Foucault utilizou o método arqueogenealógico para escavar as camadas históricas e discursivas, proporcionando um esclarecimento da atualidade e estabelecendo uma conexão vital entre passado e presente. Em suma, Foucault, ao conduzir suas análises, proporciona uma compreensão sólida das relações de poder, governamentalidade e biopolítica, estabelecendo as bases conceituais para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas na contemporaneidade. Seus cursos e sua filosofia estão intrinsecamente ligados à sua materialidade histórica, convidando-nos a traçar um diagrama crítico de nossa atualidade e a buscar estratégias de transformação.

No segundo capítulo nos debruçamos detalhadamente no curso "*Em Defesa da Sociedade*" (1975–1976), em que identificamos a reconfiguração da dinâmica do poder proposta por Foucaultiana. O foco na biopolítica, especificamente no curso de 1976, marca um ponto crucial na trajetória intelectual do filósofo, consolidando conceitos que se tornam pilares para a compreensão das relações de poder nas sociedades modernas. No âmbito da análise do poder, Foucault rejeitou as concepções tradicionais e jurídicas, propondo uma abordagem analítica que considera o poder como relações de forças difusas e múltiplas, presentes em todo o campo social. A inversão das teorias clássicas destaca a complexidade do poder, que não se limita a uma instância central repressora, mas atua de maneira produtiva na criação de saberes, normas, instituições e subjetividades.

Na primeira seção de subtópicos buscamos aprofundar os elementos essenciais da dinâmica do poder em Foucault. Tomamos como base a abordagem analítica de Foucault, que oferece uma nova perspectiva sobre o poder, destacando microrrelações de poder sutis e dispersas que produzem o tecido social. Essa abordagem revela uma compreensão complexa e inovadora das dinâmicas de poder, indo além da visão repressiva do poder das teorias clássicas. O poder, para Foucault, não é apenas negativo, mas também produtivo, ao produzir saberes, normas e subjetividades. Por essa perspectiva, o poder é compreendido como relações de forças dinâmicas que abrem margem para um campo de possibilidades e efeitos. Assim, a analítica do poder rompe definitivamente com as concepções clássicas do poder, ao colocar poder e liberdade numa relação agonística, isto é, dimensões que se enfrentam de maneira constante e sem síntese dialética.

No transcorrer do segundo capítulo, percebemos a integração da arqueogenealogia e analítica do poder, evidenciada na análise do curso *Em Defesa da Sociedade* de 1976. A integração destes métodos foi aplicada na análise do poder a partir de suas práticas e dispositivos, permitindo uma clara observação das transformações dessas técnicas no contexto ocidental. Nesse processo, identificamos distintos ordenamentos de poder: soberania, biopoder disciplinar e poder biopolítico totalizante, sendo a articulação dos dois últimos o que Foucault denomina como sociedade da normalização. A escolha do Discurso Histórico-Político como fio condutor dessa análise revelou-se esclarecedora ao abordar o poder a partir de suas práticas e dispositivos. Isso proporcionou uma compreensão nítida da transição do poder soberano para o biopoder, marcando uma mudança significativa na dinâmica do poder. Ao examinar os desdobramentos desse discurso desde o século XVI até o século XIX, destacamos a evolução da compreensão da guerra como uma relação social constante. Nesse contexto, o biopoder, no século XVII, emerge ligado à guerra de raças, e no

século XIX tornou-se fundamental para o exercício do racismo de Estado. A relação entre poder e saber desempenhou um papel crucial na legitimação da hierarquia racial, evidenciada pelos discursos de instituições como a medicina, a psiquiatria e a criminologia.

No terceiro capítulo voltamos nossa análise ao conceito de governamentalidade no curso *Segurança, Território e População* (1978), observando uma mudança na abordagem de Foucault em relação a sua análise do poder. Essa transição marcou uma mudança da microfísica para a macrofísica do poder, direcionando a sua análise para estratégias de governo e controle em níveis mais amplos. Com base no exposto no terceiro capítulo, observamos que em *Segurança, Território e População*, dentre os vários pontos abordados no curso, Foucault realiza uma análise do processo de governamentalidade do Estado, interessado na racionalização que o governo faz de si. Por essa perspectiva, investigamos a estrutura do Estado moderno sob a perspectiva da nova racionalidade governamental. Foram analisados cinco elementos fundamentais na formação do Estado Moderno: a concorrência entre Estados, o equilíbrio europeu e os mecanismos diplomáticos, militares e policiais. Além disso, foram examinados três instrumentos-chave que integram o sistema de segurança no contexto do equilíbrio europeu: a guerra, as estratégias diplomáticas e os dispositivos militares.

A análise da emergência da Razão de Estado no final do século XVI, seu desenvolvimento e transformação ao longo dos séculos XVII e XVIII, revelou uma profunda alteração na compreensão, raciocínio e cálculo do poder, buscando uma abordagem mais sistemática e racional do poder. No decorrer desse processo, identificamos duas tentativas de estabelecer uma arte de governar. A primeira, promovida pelos políticos, consistiu no desenvolvimento de uma nova arte de governança fundamentada na razão, distanciando-se da cosmoteologia medieval. A segunda, conduzida pelos economistas, introduziu a razão econômica como parte integrante da racionalidade de Estado. Dessa maneira, emerge uma governamentalidade forjada pelos economistas, conforme Foucault destaca, contribuem com elementos fundamentais para a governamentalidade moderna e contemporânea.

Em síntese, ao percorrer estes três capítulos, cumprimos o objetivo central deste trabalho, que consiste em oferecer bases sólidas para a compreensão da dinâmica do poder no pensamento foucaultiano. No segundo e terceiro capítulos, conduzimos uma análise dos conceitos de biopolítica e governamentalidade, ancorados nos cursos *Em Defesa da Sociedade* e *Segurança, Território e População*. A escolha de análise dos conceitos a partir dos cursos revelou-se crucial, proporcionando uma compreensão aprofundada do pensamento de Foucault. Inicialmente, em 1976, sua atenção voltou-se para a biopolítica, explorando a

integração da vida nos mecanismos de poder e destacando mudanças nas estratégias de controle. No entanto, uma virada significativa ocorreu nos cursos subsequentes de 1978 e 1979, marcando a transição da análise do micro-poder para o macro-poder, abrangendo formas de governo e controle em níveis mais amplos. Dessa forma, ao longo do trabalho, observamos a deslocação da análise das técnicas e práticas dos sujeitos individuais para a vida populacional como um todo e, posteriormente, para as formas de governo e seus aparelhos.

Neste contexto, a conexão entre biopolítica e governamentalidade torna-se evidente. Foucault destaca que a análise dos micropoderes, isto é, das dinâmicas de poder em níveis menores e locais, não está em contradição com a governamentalidade, que se concentra em estruturas de poder mais amplas (macropoder). Ele argumenta que esses níveis de poder podem ser compatíveis e não mutuamente excludentes. Em suma, na década de 1970, Foucault emprega uma abordagem metodológica que inicia com a análise do poder em contextos locais e específicos, buscando compreender como essas dinâmicas se relacionam com estruturas mais amplas, como o Estado e suas formas de governo. Através dessa análise minuciosa da biopolítica e da governamentalidade e das transformações sutis e recombinações das formas de poder, traçamos um panorama dos métodos e conceitos que nos permitem pensar as complexas relações de poder e saber na atualidade.

O percurso delineado nos capítulos revela não apenas uma exposição da dinâmica do poder no pensamento foucaultiano, mas uma imersão crítica que visa não só interpretar, mas abrir margens de compreender e transformar nossa realidade. Com base nisto, inspirados pelo efeito-foucault, na próxima seção destinada ao plano de curso, utilizaremos da caixa de ferramentas foucaultiana para pensar nossa atualidade. Nesse contexto, realizaremos uma análise crítica do contexto educacional nacional, marcado por uma reforma neoliberal do ensino médio. Em resumo, adotaremos o método arqueogenealógico para escavar os principais discursos educacionais e evidenciar seus reflexos na atualidade. Ressaltando que a Lei do Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) não representa uma inovação, mas sim um retorno às reformas de cunho neoliberal da década de 1990. É relevante destacar que, sob uma perspectiva foucaultiana, a análise levanta a tese de que a governamentalidade neoliberal, por meio de dispositivos de poder-saber, como o currículo educacional, atua no processo de subjetivação, produzindo sujeitos economicamente ativos e politicamente dóceis.

Deste modo, destacamos que este não é o encerramento, mas um ponto de inflexão. Ao concluir este percurso, delimitamos um horizonte de compreensão, mas avistamos questões inexploradas. O fio condutor que nos guiou por entre os conceitos e métodos foucaultianos continuará a desenrolar-se na análise da atualidade e na busca incessante por

estratégias de resistência e transformação. A filosofia de Foucault ecoa em nossas reflexões e inspira a contínua análise do intrincado entrelaçamento entre poder, saber e subjetividade na nossa atualidade.

PLANO DE CURSO EM FILOSOFIA TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

Identificação do Plano e Componentes:

Título do Plano: Ensinando a Filosofar no último ano do Ensino Médio.

Discente: Lucas Henrique de Figueiredo.

Público-Alvo: Turma do 3º ano do ensino médio.

Metodologia: Oficina de Conceitos; Sala de aula invertida; Aprendizagem Baseada em Projetos; Aulas expositivas; dentre outras.

Recursos didáticos: Filmes; slides; mapas mentais; músicas; poesias; etc

1 — INTRODUÇÃO

Este texto tem como propósito apresentar a elaboração de um plano de aprendizagem direcionado ao ensino de Filosofia no terceiro ano do ensino médio. O plano contempla 40 aulas distribuídas ao longo de quatro bimestres, alinhadas ao calendário escolar da rede pública estadual de Minas Gerais. Além disso, é orientado pelas competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), documento que normatiza e direciona a educação básica, e pelo Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio (2021), que estabelece diretrizes para a educação básica no âmbito do estado de MG. Adicionalmente, utilizamos como suporte o Material de Apoio Pedagógico de Aprendizagem (MAPA), desenvolvido pela Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). O plano adota uma abordagem temática, ancorada na história da filosofia, e, por ser destinado ao último ano do ensino médio, incorpora conteúdos programáticos pertinentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e aos principais vestibulares.

Em face da atual conjuntura educacional, marcada pela reforma do Ensino Médio focada na adaptação do currículo ao mercado de trabalho, ignorando diversos fatores sociais, educacionais e econômicos, torna-se crucial uma análise crítica. Nesse sentido, o plano inicia com um breve panorama histórico da disciplina de filosofia no Brasil, com um recorte que inicia com a Proclamação da República em 1889 e avança até os dias atuais, com a reforma do novo ensino médio e sua possível revogação. Utilizando uma abordagem arqueogenealógica para rastrear, arqueologicamente, os principais discursos sobre educação básica e o ensino de

filosofia. E em seguida, através da genealogia, busca-se evidenciar os reflexos desses discursos na contemporaneidade. Destacando que a Lei do Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) não representa uma inovação, mas sim um retorno às reformas de cunho neoliberal da década de 1990. Sob uma perspectiva foucaultiana, a análise levanta a tese de que a governamentalidade neoliberal, por meio de dispositivos de poder-saber, como o currículo educacional, atua no processo de subjetivação, produzindo sujeitos economicamente ativos e politicamente dóceis. Uma vez apresentadas as problemáticas, será necessário um resgate do que sobrou da Filosofia no novo currículo do ensino médio. É preciso encontrar brechas nos principais documentos que regem a educação, para ser possível a existência e a resistência de um ensino filosófico, que visa o exercício do pensamento conceitual. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva demonstrar as pistas e coordenadas de métodos que possibilitam um bom ensino de filosofia, em que este possa atuar como uma possível ferramenta que proporcione novas formas de existência, rompendo com aquelas que nos objetivam e nos oprimem. Ressaltamos que este é um estudo preliminar, delineando o caminho para uma pós-graduação em ensino de filosofia, sem a pretensão de uma análise exaustiva da educação no país, mas visando contribuir para compreender a relação entre poder, educação e produção de subjetividades na contemporaneidade.

2 — Contextualização Foucaultiana e métodos

Antes de nos aprofundarmos no conteúdo do presente Plano de Curso, é imperativo realizar uma análise crítica do processo histórico da disciplina de filosofia no Brasil. Nosso foco recai nas reformas educacionais da década de 1990 e na atual reforma do ensino médio, ambas guiadas por princípios neoliberais. Neste trabalho, nos pautamos sob uma perspectiva arqueogenealógica, que visa traçar um diagnóstico do presente, por meio de uma arqueologia dos rastros na história e uma genealogia de seus reflexos na atualidade. Nessa direção, realizaremos um panorama histórico da disciplina de filosofia no Brasil, desde a Proclamação da República em 1889 até a atual reforma do ensino médio. Utilizando a arqueogenealogia, identificaremos os discursos neoliberais dos anos 1990 e, por meio da genealogia, apontaremos seus reflexos na atual reforma. A tese subjacente é que a reforma atual não é inovadora, mas uma repetição das mudanças dos anos 1990, ambas influenciadas por princípios neoliberais. Em síntese, visamos evidenciar que a Lei do Novo Ensino Médio, na verdade, não apresenta novidades, sendo “a mesma coisa de sempre, e a mesma coisa de

sempre piorada” (Foucault, 2008c, p.181). A partir disso, sustentamos a tese de que a governamentalidade neoliberal, por meio de dispositivos de saber-poder, atua no processo de subjetivação, produzindo sujeitos meramente técnicos e não questionadores de sua realidade. Trata-se da produção de corpos economicamente ativos e politicamente dóceis.

Posto isto, fica claro que essa análise inicial se fundamenta nos estudos de Michel Foucault, sobretudo aqueles da Genealogia, segunda fase do seu pensamento, seguindo uma ordem cronológica. Assim, torna-se relevante uma breve contextualização de seu pensamento e dos principais conceitos que orientam essa análise preliminar. Durante a década de 1970, Foucault concentrou-se nas relações entre saber e poder e como estas afetam as subjetividades. Na perspectiva foucaultiana, o poder é compreendido enquanto relações de força, que apresenta uma mecânica própria e se encontra distribuído por todo o campo social. Nessa direção, no curso *Em Defesa da Sociedade* (1976), Foucault desenvolve com maior precisão a noção de biopoder. Este tipo de poder, característico da modernidade, possui um aspecto individualizante, ao envolver técnicas de poder que se concentram nos corpos individuais, buscando aumentar sua utilidade e produtividade. E também um aspecto totalizante, uma biopolítica que tem como alvo toda a dinâmica da vida da população, buscando otimizar a vida e regulamentar a morte. No curso *Segurança, Território e População* (1978) a biopolítica segue sendo o fio condutor de suas pesquisas. No entanto, os métodos de análise da biopolítica são redirecionados ao exame de um novo ponto de ataque de Foucault, a saber, o Estado e seus instrumentos.

Em suma, transitamos de uma análise que buscava identificar como o poder opera em nível microscópico, seja nos corpos individuais ou nos aspectos sutis da vida em população, para uma análise em nível macroscópico do poder, pouco explorada por Foucault até então. Trata-se, agora, de compreender como o poder opera em estruturas mais amplas, abrangendo as formas de governo e controle. Surge, então, a ideia de analisar a governamentalidade do Estado e seus dispositivos de poder. Assim, o neologismo de ‘governamentalidade’ funciona como uma ferramenta conceitual utilizada para explorar a racionalidade por trás das práticas de controle, vigilância e intervenção sobre os fenômenos populacionais. Posteriormente, no curso *Nascimento da Biopolítica* (1979), a pesquisa de Foucault segue essa mesma linha de análise. Sua pesquisa é orientada pela questão de como os problemas específicos da vida e da população foram incorporados a uma tecnologia de governo, moldada pela questão do liberalismo. Trata-se de uma análise do liberalismo e neoliberalismo em termos de racionalidade do Estado desde o seu surgimento.

No curso de 1979, Foucault demonstrou grande preocupação com a emergência do

neoliberalismo, segundo ele, estaríamos vivendo uma ruptura rumo a uma nova racionalidade. Nessa direção, o filósofo realiza uma análise arqueogenealógica do liberalismo, examinando o ordo-liberalismo da Alemanha Ocidental, e o neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago. Ambos surgem em reação ao modelo de Keynes e as políticas econômicas de viés keynesiano da época. Em resumo, surgem contra a intervenção estatal, a planificação econômica e um certo dirigismo da economia. No entanto, Foucault nota uma diferença importante entre o ordo-liberalismo e o neoliberalismo estadunidense; o segundo, é caracterizado por uma espécie de *anarconeoliberalismo*. Trata-se de uma racionalidade de mercado que atua não somente a nível econômico, mas também na vida individual, modelando-a, dirigindo-a e organizando-a. Nesse sentido, esclarece Foucault (2008c, p.201):

Não é a sociedade mercantil que está em jogo nessa nova arte de governar [...] Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado - uma sociedade empresarial. O homo oeconomicus que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção.

Deste modo, com o liberalismo e neoliberalismo, observa-se o surgimento de uma nova governamentalidade que não é redutível nem a uma análise jurídica, nem a uma leitura econômica, mas que se apresenta como uma tecnologia de poder que tem por objeto a população. Portanto, estas governamentalidades se apresentam como o quadro geral da biopolítica, ou ainda, uma biorregulação estatal que atua em todos os aspectos da vida em população. Assim, é precisamente a emergência do pensamento liberal e sua flexão neoliberal que nos permite compreender com clareza a biopolítica. Com o neoliberalismo e o crescimento econômico contínuo, as dinâmicas de poder passam a seguir a mesma lógica, a de alcançar o lucro com o mínimo de esforço, juntamente com a maximização do governo e minimização estatal. Nesta nova racionalidade neoliberal o mercado é regido por leis naturais, e há um deslocamento de um mercado movido a base de trocas, para um mercado movido pela concorrência. Neste sentido, compete ao poder estruturar as relações para que a liberdade de mercado e a concorrência sejam possíveis. Assim, o poder passa a atuar de maneira incisiva nas subjetividades para a manutenção desta lógica, fazendo surgir o *homo oeconomicus*, o homem da produção. Portanto, o mercado passa a regular e formar subjetividades de acordo com seus interesses, o homem econômico passa a ser entendido como capital humano sendo

produzido por meio das estratégias de governo.

3 — Análise Histórica da disciplina de Filosofia no Currículo Educacional Brasileiro

Feitas as considerações, é pertinente traçar um breve panorama histórico da disciplina de Filosofia no currículo educacional brasileiro, antes de adentrarmos nos objetos centrais de nossa análise, a saber, as reformas educacionais de cunho neoliberal, de 1990 e 2017, respectivamente. Desde a Proclamação da República em 1889 até os dias atuais, é evidente a instabilidade dessa disciplina no currículo da educação básica no Brasil. No século XIX, o pensamento brasileiro foi profundamente influenciado pelo positivismo, que, ao prometer romper com o ensino verbalístico e estéril da escolástica, inicialmente trouxe esperança para o ensino de Filosofia. No entanto, em 1890, ocorreu o primeiro afastamento da disciplina do currículo escolar com o Decreto Republicano, que reorganizou o currículo do Ginásio Nacional do Colégio Pedro II, sendo a primeira instituição de ensino público do país. Esse decreto refletiu a influência do sociólogo Auguste Comte, enfatizando a hierarquia das ciências. A Reforma Educacional de 1891, liderada por Benjamin Constant, seguiu a tendência positivista, preconizando a gratuidade do ensino primário, a liberdade e laicidade do ensino, e a formação integral do indivíduo. No entanto, em vez de uma reforma substancial, houve um acréscimo de disciplinas científicas às tradicionais, resultando em um ensino mais enciclopédico.

Ao longo das décadas seguintes, diversas reformas impactaram a presença da Filosofia no currículo. Segundo Piletti (1997), com a Reforma de Carlos Maximiliano em 1915, a disciplina de filosofia tornou-se facultativa, uma vez que o ensino passou a ser visto como um processo preparatório para o vestibular. A Reforma Rocha Vaz, de 1925, redefiniu o ensino secundário, destacando sua importância para a preparação para a vida. Este nível de ensino passou a ser dividido em seis séries, onde nas duas últimas incluiu-se a disciplina de Filosofia, versando mais especificamente sobre a História da Filosofia (Gallina 2000, e Horn 2000). Com relação a sua presença curricular, a mesma estava presente no quinto e sexto ano, com três aulas em cada. A Reforma Capanema de 1942 introduziu a formação integral do adolescente, mantendo a Filosofia como disciplina obrigatória no ensino secundário. Conforme aponta Gallina (2000) nessa reforma, havia dois ciclos de ensino, o ginásio por período de 4 anos e o colegial com duração de três. Nestes dois, havia a possibilidade do estudante optar pelo estudo clássico, voltado para formação intelectual, e o científico, com

ênfase no ensino das ciências. Em ambos a filosofia era disciplina obrigatória.

O cenário começou a mudar em 1961 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (lei 4.024/61), que transformou a Filosofia em disciplina complementar. Neste período foi dado início ao processo de desvalorização da obrigatoriedade do ensino de filosofia. Como bem observa Aranha (2001) o ensino passou a se adequar ao modelo empresarial, em resposta às multinacionais que haviam chegado no país. Durante a ditadura, especialmente em 1971, durante o governo Médici, a filosofia é excluída definitivamente do currículo, refletindo uma orientação técnica, conforme o primeiro artigo da segunda LDB (Brasil, 1971, p.214):

O ensino de 1^oe 2^o graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Neste período, havia disciplinas relacionadas ao civismo, que serviam como dispositivos de poder que visavam implantar a ideologia militar sobre os brasileiros. Aranha (2001) observa que em 1982, com o enfraquecimento do regime militar, a profissionalização deixa de ser obrigatória no âmbito do ensino médio, possibilitando um foco maior na formação geral dos indivíduos na sociedade. Nessa perspectiva, há o reconhecimento do fracasso da reforma da LDB, e alteração da mesma pela lei 7.044/22 revogando a obrigatoriedade da profissionalização. Neste período, a discussão pelo retorno da filosofia no currículo é intensificada.

3.1 — Década de 1990 e a investida neoliberal na educação

Nesse cenário de intensificação da discussão sobre a obrigatoriedade do ensino de filosofia, o Conselho Federal de Educação, em 1982, por meio do Parecer 342/82, permitiu o retorno da disciplina como optativa. Entretanto, em 1989, a vitória eleitoral das elites liberal-conservadoras, com Fernando Collor de Mello, do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), criou condições políticas necessárias para uma série de reformas de cunho neoliberal. No Brasil, e nos demais países latino-americanos, a lógica neoliberal ganhou espaço por volta da década de 90 com o Consenso de Washington. Foi em novembro de 1989 que o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou um conjunto formado por dez

medidas econômicas a fim de promover o ajustamento econômico de países subdesenvolvidos, que passavam por dificuldades na época. Dentre as medidas destacam-se quatro: 1 — abertura comercial, viabilizando o comércio internacional; 2 — privatização de estatais; 3 — desregulamentação: afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas; 4 — juros de mercado: permitindo a adaptação às conjunturas momentâneas a partir de taxas flutuantes.

Neste período, o governo Collor visou atender às recomendações dos organismos multilaterais, alinhando o país ao modelo neoliberal a partir de reformas, em contraposição à corrente desenvolvimentista que se tinha no país até então. O argumento, era de que o Brasil havia acabado de sair de uma ditadura militar e era preciso se adaptar à nova realidade do mercado internacional globalizado. Nesse contexto, era preciso que a educação respondesse a essas demandas se moldando, se conformando e se apropriando do ideário neoliberal. Ao adotar as medidas sugeridas pelo Consenso de Washington, a educação passou a ser gerida por uma lógica neoliberal e mercantilista, assim, ajustada às demandas de produção capitalista. Nesse sentido, Frigotto e Ciavatta (2003, p.108, apud.Borges, K, P, 2020) nos fornece um diagnóstico preciso

Adotou-se o pensamento pedagógico empresarial, focado em uma [...] perspectiva individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização, privatização e com o desmonte dos direitos sociais contidos na cartilha do neoliberalismo.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, essa lógica persistiu, resultando na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9.394/1996), que, influenciada pelos ideais neoliberais, tinha como um dos princípios a flexibilização curricular. O argumento era de que essa flexibilização era essencial para adequar os trabalhadores à nova realidade dos processos de produção vigentes no mundo. Assim, termos como competências, empreendedorismo e empregabilidade foram incorporados à proposta curricular, sendo retomados na atual Base Nacional Comum Curricular, documento que regulamenta a Lei do Novo Ensino Médio. Kamylla Borges (2020, p.6) destaca:

“O conceito de competência não é proveniente da área da educação, mas da administração e da psicologia. [...] O termo possui caráter polissêmico, com diferentes abordagens que variam de acordo com as dimensões culturais, sociais, econômicas, etc. No entanto, desde o seu surgimento, o conceito esteve associado ao

desenvolvimento profissional e à necessidade do trabalhador se adequar às novas exigências do mercado.” (BORGES, K, P, 2020, p.5).

Portanto, o discurso das competências orienta-se para uma concepção de conhecimento que considera que o desenvolvimento da inteligência à capacidade de apreensão dos fatos e resolução de problemas, considerando o conhecimento como um produto individual para adaptação ao meio. Esse enfoque utilitarista da educação, que visa instruir e adaptar a inteligência para resolver problemas concretos de uma realidade desigual, tem por fim último, naturalizar e escamotear as desigualdades do sistema capitalista. Diante disso, observa-se que esse discurso tem como fundamento a economia de mercado, configurando-se como uma formação para o mercado, que busca criar um perfil padronizado, visando alcançar um alto nível de empregabilidade. Kamylla Borges (2007, p.7) destaca:

“Essa é a concepção de educação da pedagogia neoliberal, focada no tecnicismo e instrumentalismo. Os alunos são preparados para um mundo em constante transformação por meio do desenvolvimento de um padrão de habilidades e competências que facilitem sua adaptação, sua flexibilização. O objetivo é o ajuste às condições desiguais de trabalho e emprego, aceitando de forma passiva e sem crítica o contexto de desigualdades sociais e econômicas em que estão inseridos”.

Avançando a 1997, o Deputado Federal Padre Roque (PT-PR) propôs o Projeto de Lei nº3.178/97 que visava modificar a terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). O respectivo projeto tinha por finalidade obrigar os Estados brasileiros a incluírem em seus currículos a Filosofia como disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio. Após este projeto ser aprovado pela Câmara e pelo Senado Federal, no ano de 2001, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso vetou a aprovação do mesmo. Os argumentos para o veto estavam centrados no aumento de gastos que os governos municipais e estaduais teriam com o retorno de uma disciplina obrigatória. Deste modo, observa-se que a trajetória recente da inclusão da Filosofia no ensino médio no Brasil é marcada por eventos significativos. Cinco anos após o veto, o Parecer CNE/CEB 38/2006 deu início à efetiva inclusão da disciplina, consolidando-se no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a Lei n.º 11.684/08, que alterou o artigo 36 da LDB, propondo: “IV — serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. (BRASIL, 2008). Com esta Lei em vigor, as

escolas tiveram até o ano de 2011 para realizarem a inserção da Filosofia no Ensino Médio.

3.2 — Velho discurso, nova roupagem: reforma educacional e BNCC de 2017

Em sequência ao segundo mandato de Lula, a presidente eleita para o período de 2010 a 2014 foi Dilma Rousseff (PT). O destaque ao mandato da presidenta Dilma é relevante, pois, após sua reeleição no ano de 2014, o país vivenciou uma onda política que culminou, em 2016, na aprovação do processo de impeachment. Alguns estudiosos do campo político classificam esse evento como golpe, uma vez que não há crime comprovado contra a referida presidenta. Após a saída de Dilma, seu vice Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente a presidência da república. Durante esse governo provisório, foi dado início a um reformismo neoliberal acelerado, em que se foi proposto uma série de reformas e medidas em um curto período. Nessa direção, surge a reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Medida Provisória nº.748/2016, sem consulta ao público. Isso gerou uma série de protestos em 2016, ocupações nas escolas e até o adiamento do Enem do respectivo ano. Apesar das objeções, a medida rapidamente foi transformada em lei em 2017, tornando-se a Lei do Novo Ensino Médio: nº.13.415/2017.

A referida reforma propôs uma mudança estrutural na etapa do ensino médio, estabelecendo o currículo com duas partes: uma comum e obrigatória (1800h), e outra eletiva, os chamados Itinerários Formativos (1200h). O principal critério para essa reelaboração curricular foi a adaptação ao mercado de trabalho, desconsiderando uma série de fatores sociais. Após 567 emendas, o texto revisado passou por adaptações, porém, ainda aborda temas controversos, como a diluição dos componentes curriculares. As disciplinas foram diluídas em “estudos e práticas” e agrupadas em grandes áreas. Por exemplo, a área de ciências humanas e sociais aplicadas engloba: história, geografia, filosofia e sociologia. Enquanto a área de ciências naturais é composta por: física, química e biologia. Essa concepção de integração trazida pela BNCC é problemática, pois, conforme evidenciado no documento, resulta na diluição dos componentes curriculares. Ao serem trabalhados juntos, através das “Categorias Fundamentais” perdem muito de seu conteúdo específico, gerando um amontoado de informações muito gerais sobre cada área.

Outro aspecto problemático, são os itinerários formativos e a promoção de uma escolha ilusória. Apesar do acréscimo de 600 horas na carga horária, a reforma não assegurou investimentos necessários para garantir uma infraestrutura adequada, professores capacitados

e as condições de acesso e permanência dos estudantes. Deste modo, percebe-se que os itinerários formativos oferecem uma falsa liberdade de escolha dos estudantes, visto que nem todas as escolas conseguirão ofertar os 40% de formação extra. Conforme diagnóstico realizado pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU), essa reforma deve produzir um aprofundamento da desigualdade educacional. Assim, deixando a educação pública à mercê da iniciativa privada, com a justificativa de que somente esta última seria capaz de proporcionar a formação adicional, conforme evidenciado no documento: “Em relação a oferta dos itinerários, serão organizados de acordo com as prerrogativas de cada sistema de ensino e poderão ser oferecidos pela própria instituição, *ou no caso da formação técnico e profissional, em parcerias com outras instituições.*” (BRASIL, 2017, grifos meus). Além disso, a BNCC abrange apenas 60% do Ensino Médio, reservando 40% para os Itinerários Formativos, cujos direitos e deveres ainda carecem de um documento específico. Portanto, essa proposta promove um processo de apequenação da educação, contribuindo para a redução dos direitos e deveres da educação

Cabe pontuar que ao longo do processo de elaboração da reforma e da última versão da BNCC, houve um jogo de interesses e uma movimentação em relação ao alinhamento das políticas educacionais do país aos princípios da ofensiva neoliberal. Com isso, observa-se uma visão mercadológica da educação, com reformas educacionais voltadas para competitividade e produtividade econômica. Um exemplo evidente disso é o fato da atual BNCC, documento que regulamenta a Reforma do Ensino Médio, ser guiada por competências e habilidades, onde o professor deixa de ser professor, e passa a ser um gestor de competências. Na visão de Perrenoud (1999, apud. Borges, K, P 2020), “competência” é a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação, enquanto “habilidade” envolve uma sequência de atitudes, operações, deduções e procedimentos para resolver situações reais. Com a recorrência do termo “habilidade” 605 vezes, ele se revela como um desdobramento simplificado do conceito de competência, referindo-se ao saber prático ou à necessidade do mercado. A centralidade das competências na BNCC ressalta a retomada da pedagogia neoliberal da década de 1990, cujo objetivo era formar trabalhadores flexíveis e adequados às exigências do mercado. Uma concepção de sujeitos passivos diante das precárias condições de vida e trabalho que lhes eram impostas.

O documento afirma que as decisões pedagógicas devem ser direcionadas para o desenvolvimento das competências, que definem: “o que os alunos devem saber e *sobretudo*, do que devem saber fazer” (BRASIL, 2018, p. 13; grifo nosso). O uso do advérbio “sobretudo” para o “saber fazer” tem uma conotação importante, fica claro no documento que

o desenvolvimento do saber prático deve estar acima dos demais conhecimentos (BORGES, K, P, p.12). Evidenciando o foco em uma educação utilitarista, com componentes curriculares reduzidos e baseados naquilo que é interessante para o mercado. As competências aparecem como diretrizes a serem seguidas em todo Brasil, independente das características culturais, sociais e econômicas de cada região, reafirmando o mercado como único critério de reorientação curricular. A BNCC, ao recuperar o discurso da centralidade das competências, também utiliza a mesma justificativa da década de 1990: necessidade da adequação da educação e do currículo às mudanças do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, Silva (2018) afirma que a retomada desse discurso com foco nas competências revela uma concepção de formação administrada, que restringe a formação para autonomia, visa a padronização, produtividade e eficiência, uma formação submetida ao controle e subordinada aos interesses do capital.

Além disso, Kamyla Borges (2020, p.16) ressalta que outros dois conceitos ganham destaque na etapa do ensino médio da BNCC, indicando uma investida neoliberal na educação: empreendedorismo e empregabilidade. O termo empregabilidade é derivado de *employability*, originado da junção de *employ* (emprego) e *ability* (habilidade). As primeiras referências ao termo surgiram na década de 1950, relacionadas a preocupação com a inserção das pessoas desempregadas no mercado de trabalho. Dizer que um trabalhador possui empregabilidade é dizer que possui uma gama de conhecimentos, competências e habilidades que aumentam sua capacidade para conseguir e manter um emprego. No contexto brasileiro, esse conceito ganhou notoriedade na década de 1990, associado à desregulamentação dos direitos trabalhistas e à flexibilização do trabalho. Gentili (2005, p. 54, apud.Borges, 2000, p.16) ressalta que possuir empregabilidade não é garantia de um trabalho, um emprego. Não há uma promessa de lugar no mercado, “*simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos*”. Empregabilidade, portanto, está relacionado a competitividade, luta por sobrevivência, na qual, para o mercado capitalista, apenas os melhores sobreviverão.

Nos últimos anos, a associação do empreendedorismo à educação tem sido respaldada por uma perspectiva liberal que enfatiza a necessidade de os trabalhadores inovarem e buscarem soluções por conta própria para seus problemas. Tanto o conceito de empreendedorismo quanto o de empregabilidade servem como artifícios para ocultar as contradições inerentes ao sistema capitalista e, por conseguinte, a exploração do trabalhador. Além disso, o empreendedorismo surge como uma tentativa de resolver o problema do desemprego estrutural, originado pelo próprio sistema capitalista, se tornando, assim, um ideário ilusionista. Este apenas mascara os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais

os estudantes e futuros trabalhadores estão inseridos, impedindo que compreendam sua realidade de forma autônoma e crítica. Um exemplo prático dessa abordagem foi a implementação de um itinerário formativo intitulado “brigadeiro caseiro”, que evidentemente pouco tem a contribuir na formação integral do estudante. Pelo contrário, itinerários como este evidenciam o caráter neoliberal subjacente à atual reforma. Está em questão a produção de sujeitos “empreendedores de si mesmo”, indivíduos aptos a enfrentar as mudanças rápidas e drásticas da flexibilização produtiva e as desigualdades sociais. Essa noção promove a competitividade entre os indivíduos, escamoteia as desigualdades sociais e impede que os indivíduos se reconheçam enquanto classe. Estes são desvinculados de pertencimentos coletivos e desprovidos de qualquer tipo de proteção social fornecida pelo estado.

Nesse sentido, a lógica empresarial, sob a égide da governamentalidade neoliberal, transcende o âmbito econômico e permeia as esferas individuais, exercendo influência decisiva na modelagem, direção e organização da vida cotidiana. Conforme Foucault (1978–1979) esclarece, o objetivo não é submeter a sociedade ao efeito-mercadoria, mas sim inseri-la na dinâmica concorrencial, buscando constituir um tipo específico de sujeito: o *homo oeconomicus*, o indivíduo da empresa e da produção. Nesse contexto, o mercado, regido por leis naturais, torna-se não apenas o palco das trocas, mas o produtor ativo de subjetividades, dando origem ao *homo oeconomicus* entendido como capital humano. Nessa perspectiva, a governamentalidade neoliberal atua incisivamente nas estratégias de governo para estruturar relações e formar subjetividades alinhadas aos seus interesses.

No contexto educacional, essa lógica se materializa na BNCC, um dispositivo de saber e poder impregnado de intencionalidades e atravessado por relações de poder. A BNCC e a Lei do Novo Ensino Médio, enquanto dispositivos dessa governamentalidade, visam, portanto, produzir sujeitos economicamente ativos e politicamente dóceis, perpetuando a lógica competitiva e individualista que caracteriza a política neoliberal. Ainda, o currículo busca capturar as multiplicidades, em direção a uma padronização dos sujeitos. Este ponto, se torna evidente com a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” a pedido da bancada evangélica²³, demonstrando claramente que a diversidade não é bem-vinda, pois o que se busca é a normalização e a padronização, eliminando as diferenças, as multiplicidades. Fazendo com que o projeto neoliberal possa se desenvolver a partir da produção de subjetividades passivas. Essa produção de subjetividade não apenas reflete uma concepção

²³FERNANDES, Leticia; BARRETO, Eduardo. Bancada religiosa pediu a Temer retirada de questão de gênero da Base. O Globo, Brasil, 07 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/bancada-religiosa-pediu-temer-retirada-de-questao-de-genero-da-base-21179389>. Acesso em: 08 dez. 2023.

reducionista da educação, mas também sugere uma estratégia de controle social, onde a autonomia e a capacidade crítica dos sujeitos são suprimidas em prol de uma conformidade às normas estabelecidas pelo mercado.

Diante o exposto, percebe-se que a Reforma do Ensino Médio, junto da BNCC, representam um resgate de um velho discurso empoeirado. A atual reforma é guiada pelos mesmos princípios das reformas educacionais neoliberais da década de 1990, revelando-se um para a etapa do ensino médio. Ao analisar a realidade educacional brasileira, um país marcado por desigualdades estruturais profundas, os discursos apresentados são de fato tentadores, mas, na verdade, são reducionistas. A Lei do Novo Ensino Médio e a BNCC recorrem às noções de protagonismo, autonomia, inovação e empreendedorismo como valores para conceber um modelo de educação. Como se isso resolvesse as questões da falta de infraestrutura, carência de professores, evasão e outros problemas do sistema escolar. Esses impasses não poderão ser resolvidos por meio de propostas que lidam com a crise educacional como se esta fosse uma empresa a ser recuperada, cortando gastos, congelando verbas ou até mesmo abrindo espaço para a privatização. A escola não é uma empresa. Portanto, a flexibilização curricular, a diluição das disciplinas em “estudos e práticas” e ampliação da carga horária não consideram a complexidade dos problemas que precisam ser pensados.

Em síntese, ao examinar a Reforma do Ensino Médio e a BNCC à luz da governamentalidade neoliberal, torna-se claro que estes dispositivos de saber e poder não apenas delineiam mudanças estruturais na educação brasileira, mas também buscam produzir uma subjetividade específica. Essa subjetividade, representada pelo *homo oeconomicus*, reflete um sujeito que, ao ser instrumentalizado para atender às demandas do mercado, se torna predominantemente técnico e passivo diante das circunstâncias sociais e políticas. Ao centralizar competências e habilidades no currículo, reforçando uma abordagem de educação utilitarista e orientada para o mercado, a BNCC contribui para a formação de indivíduos que se veem principalmente como agentes econômicos, subordinados às exigências do sistema capitalista. Portanto, ao considerar a nova BNCC e a Reforma Educacional como instrumentos de uma governamentalidade neoliberal, é possível sustentar a hipótese de que esses dispositivos atuam de maneira a influenciar os processos de subjetivação, produzindo sujeitos que se encaixem nos padrões exigidos pelo sistema econômico vigente. O desafio, então, reside em buscar alternativas que promovam uma educação crítica e comprometida com a formação integral dos indivíduos, forjando novas formas de existência, que vão além das restrições impostas por uma visão estritamente mercadológica e neoliberal.

3.3 — Desafios e Perspectivas na Conjuntura Atual da Educação Brasileira: Entre Continuidades e Mudanças

No cenário político brasileiro, a conjuntura atual revela uma continuidade nas políticas educacionais marcadas por princípios neoliberais que se iniciaram durante o governo Temer e persistiram sob a gestão de Bolsonaro. Durante o governo Temer, testemunhamos a elaboração dos documentos que regulamentam o Novo Ensino Médio (NEM), notadamente a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº.13.415/2017. No entanto, a chegada de Bolsonaro ao poder em 2018 não apenas deu continuidade a esse projeto neoliberal no campo educacional, mas agravou o quadro com uma política de sucateamento e desmonte da educação. O governo Bolsonaro, marcado por uma instabilidade ministerial, teve declarações de dois dos cinco de seus ministros da Educação que merecem destaque, por revelarem uma perspectiva elitista e utilitarista em relação ao ensino superior. Por um lado, Ricardo Vélez disse que “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, a ideia de uma universidade para todos não existe”. Por outro, Milton Ribeiro afirmou que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. A retórica de que a universidade é para poucos se alinha com a essência da reforma neoliberal do ensino médio, que visa mascarar as desigualdades sociais e promover a ilusão de que um ensino de baixa profissionalização garantirá espaço no mercado de trabalho.

Durante o governo Bolsonaro, a implementação do NEM ocorreu em um cenário de instabilidade, marcado por taxas de desemprego alarmantes, atingindo 14,7% e significativos cortes educacionais, alcançando 92% no orçamento destinado às pesquisas. Conforme o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em 2021 o gasto público com a educação atingiu o menor patamar desde 2012²⁴. A execução do NEM revelou-se problemática, exacerbando as condições precárias da escolarização e intensificando a desigualdade educacional. Diversos obstáculos, como a carência de professores qualificados, a falta de formação docente, a precarização do trabalho dos educadores, a diminuição das matérias tradicionais, deficiências na implementação dos itinerários formativos e infraestrutura inadequada das escolas, marcaram esse processo. Apesar destas diversas problemáticas, manifestações e movimentações pela revogação do NEM, como a “Carta Aberta Pela

²⁴MARTELLO, Alexandre. Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento. G1, Brasília, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

Revogação do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017)” assinada por mais de 300 entidades ligadas à educação, o processo de implementação persistiu.

Após mais de cinco anos de silenciamento da sociedade quanto à discussão da Reforma do Ensino Médio, apenas em 2023, durante o atual governo Lula, foi possível uma abertura ao diálogo sobre a revogação do NEM. Isso se concretizou por meio da promoção de um fio de esperança, com a abertura de uma consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional do NEM em 9 de março, com um período de 90 dias para manifestações. Durante esse intervalo, o debate sobre a revogação foi intensificado, culminando no “Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do Novo Ensino Médio” em 15 de março e resultando na suspensão do cronograma de implementação do NEM em 4 de abril. No entanto, instituições educacionais, professores e alunos recusam a suspensão, defendendo a revogação total do NEM. Embora ainda não concretizada, atualmente há um projeto de lei (PL) em trâmite na Câmara dos Deputados que propõe algumas mudanças no NEM. Enviado ao Congresso em 24 de outubro, o PL altera a Lei nº. 9.394/1996, de diretrizes e bases da educação nacional, revogando parcialmente a Lei n.º 13.415/17, que estabeleceu o Novo Ensino Médio.

Entre as principais alterações propostas, destaca-se a recomposição das 2.400 horas de conteúdo básico comum e curricular. Além disso, o projeto de lei veda o ensino à distância na formação geral básica e revoga a possibilidade de profissionais com notório saber, não licenciados, ministrarem aulas. O PL também revoga os itinerários formativos, mantendo, no entanto, a flexibilização curricular a partir dos chamados “percursos de aprofundamento e integração de estudos” que devem articular ao menos três áreas de conhecimento, sendo a escola obrigada a oferecer no mínimo dois destes percursos com ênfases específicas. Um ponto crucial é a proposta de estabelecer parâmetros nacionais para a construção dos Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos. Garantindo que a oferta desses percursos não produza desigualdades educacionais, como identificado no modelo anterior com os itinerários formativos. Por fim, um último aspecto importante é a introdução da língua espanhola como disciplina obrigatória. Assim, a conjuntura atual sinaliza um fio de esperança para um ensino mais igualitário, buscando promover a formação integral do estudante.

Apesar do vislumbre de esperança proporcionado pelo atual governo, é imperativo permanecer atento aos desafios que persistem. O projeto de lei que propõe a revogação parcial do Novo Ensino Médio (NEM) ainda não foi aprovado, e caso obtenha aprovação, destaca-se que as alterações devem ser implementadas até o início do ano letivo de 2025. Especificamente em relação à disciplina de espanhol, o prazo mínimo é estendido para três anos. A protelação na execução das mudanças propostas pelo projeto de lei que busca a

revogação parcial do Novo Ensino Médio apresenta implicações significativas para o cenário educacional, gerando incertezas e desafios consideráveis. As instituições de ensino, professores e alunos continuam sob os efeitos do NEM, que se mostrou problemático em diversos aspectos, como a falta de preparo para os educadores, carência de professores qualificados, diminuição das matérias tradicionais e deficiência na implementação dos itinerários formativos. Adicionalmente, a demora na execução das mudanças propostas pelo projeto de lei prejudica diretamente os alunos que se preparam para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Pois estão inseridos em um currículo que, sob o atual modelo do NEM, inclui disciplinas dos itinerários formativos que não são contempladas no exame. A discrepância na oferta de disciplinas também ressalta as desigualdades educacionais, sendo os alunos de escolas públicas os mais afetados. Esses estudantes, muitas vezes, enfrentam condições desfavoráveis em termos de infraestrutura, recursos didáticos e corpo docente qualificado.

Outro ponto que demanda atenção é em relação a Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, agora vice-presidente. Com uma gestão de aproximadamente 12 anos à frente do governo estadual durante os 23 anos de domínio do PSDB no estado, Alckmin está associado a diversas problemáticas educacionais identificadas nesse período, incluindo a preocupante superlotação nas escolas. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 95% das unidades educacionais possuem salas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio acima da capacidade, resultando em sobrecarga para os professores e abandono escolar dos estudantes. Mais significativamente, essa gestão foi marcada pela promoção de uma concepção educacional focada na produção de indicadores em detrimento da formação humana. O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e o Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp) estabelecem metas para as escolas sem considerar os problemas estruturais, como a falta de infraestrutura, as condições de trabalho dos professores e a situação socioeconômica e psicológica dos estudantes. Estar atento a essas questões é crucial para refletir não apenas as experiências passadas, mas também levantar preocupações sobre a possível influência dessas abordagens na atual administração, especialmente diante do papel de destaque ocupado por Geraldo Alckmin como vice-presidente.

A preocupação com a chapa Lula-Alckmin, ganha relevância ao analisar a composição do Ministério da Educação (MEC) e suas implicações para a educação no cenário atual. Sob essa gestão do MEC, observa-se uma continuidade de práticas alinhadas a uma agenda neoliberal, evidenciada pela permanência de Fernando Wirthmann Ferreira no cargo de

coordenador da Pasta do Ensino Médio, posição que também ocupou no governo Bolsonaro. Os interesses do governo em relação à educação ficam ainda mais cristalinos quando observamos a composição do MEC, que revela uma afinidade do governo com interesses privatistas, representados por nomes vinculados a organizações como o Todos Pela Educação e conglomerados empresariais, incluindo Itaú, Gerdau, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Lemann. Um exemplo concreto dessa abordagem, é a presença da atual secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Schweickardt, recomendada pela Fundação Lemann. A secretaria apoiou a reeleição de Bolsonaro em 2022 e se posicionou contra as manifestações de professores em 2017, quando estes questionavam a política de gastos do FUNDEB. Entre as medidas dessa política de gastos, destacava-se a distribuição das verbas conforme o desempenho escolar, fator que contribuiria para a ampliação da desigualdade educacional.

Diante da complexa conjuntura política e educacional brasileira, a análise da continuidade de políticas neoliberais evidencia a necessidade de um olhar crítico sobre os rumos da educação no país. A sucessão de governos marcados por abordagens utilitaristas e elitistas, desde o governo Temer até as instabilidades e cortes promovidos pelo governo Bolsonaro, aponta para desafios persistentes que impactam diretamente a qualidade e a equidade do sistema educacional. No entanto, a chegada do governo Lula em 2023 trouxe consigo uma perspectiva de mudança, expressa na abertura ao diálogo sobre a revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Apesar desse vislumbre de esperança, é crucial manter a vigilância em relação aos desafios que ainda persistem. Em um cenário político complexo, no qual o MEC mantém uma agenda neoliberal, é crucial monitorar de perto os desdobramentos. A composição do MEC, vinculada a interesses privatistas, suscita preocupações sobre a efetiva implementação de medidas que promovam uma educação transformadora e equitativa. O projeto de lei que propõe a revogação parcial do NEM enfrenta a necessidade de aprovação, a protelação na execução dessas mudanças apresenta implicações consideráveis para o cenário educacional, gerando incertezas e desafios que se estendem a instituições de ensino, professores e alunos. Esse cenário complexo destaca a importância de abordagens educacionais que promovam a igualdade e a formação integral dos estudantes. A resistência, a participação pública e o monitoramento constante são fundamentais para garantir uma educação que respeite a diversidade, promova a igualdade e forme cidadãos críticos e conscientes. O próximo tópico explorará metodologias e perspectivas que visam superar esses desafios, proporcionando um ensino de filosofia significativo, que promova novas formas de existência, em contraposição àquelas que nos sujeitam e nos objetificam.

4 - Metodologias e Perspectivas: Resistindo a Onda Neoliberal via o Ensino de Filosofia

O percurso analítico previamente delineado nos tópicos anteriores proporcionou uma compreensão aprofundada da trajetória da disciplina de filosofia no cenário educacional brasileiro, revelando uma relação dinâmica e complexa permeada por oscilações entre valorização e desvalorização ao longo dos anos. Desde a Proclamação da República até as atuais reformas, a disciplina experimentou mudanças significativas em sua posição no currículo educacional. Após mais de 30 anos fora do currículo, a filosofia foi reintroduzida como disciplina obrigatória na etapa do nível médio da educação básica somente em 2008. No entanto, diante da atual onda neoliberal, a disciplina se encontra novamente sob ameaça, uma vez que, com a última versão da BNCC associada à Lei do Novo Ensino Médio (lei n.º 13.415/2017), a filosofia deixa de ser disciplina obrigatória, sendo diluída em “estudos e práticas”. As políticas públicas educacionais, especificamente a Reforma do Ensino Médio (2017) e a nova BNCC (2018), emergem como promotoras de uma educação tecnicista e mercantilista.

Até este ponto do trabalho, tivemos a pretensão de evidenciar que a governamentalidade neoliberal, por meio de dispositivos de saber e poder, produz sujeitos economicamente ativos e politicamente dóceis. Neste sentido, entendemos que as reformas educacionais, bem como os documentos que regulamentam as mesmas, são, na verdade, dispositivos de saber e poder, impregnados de intencionalidade e atravessados por relações de poder. Essa compreensão fundamenta-se nas análises de Michel Foucault, especialmente a partir do curso *Nascimento da Biopolítica*, ministrado em 1978 no *College de France*. Aqui, identificamos o neoliberalismo como um quadro geral da biopolítica moderna, em que o mercado assume o papel de regulador e formador de subjetividades conforme seus próprios interesses. Adotando uma perspectiva arqueogenealógica, buscamos, por meio da arqueologia, investigar a introdução dos discursos neoliberais na educação durante a década de 1990, quando o país buscou alinhar-se ao modelo neoliberal por meio de reformas, respondendo às recomendações dos organismos multilaterais. Prosseguimos, por meio da genealogia, evidenciando os reflexos desse discurso na atualidade, esclarecendo que a Lei do Novo Ensino Médio não representa algo de novo, mas a retomada do discurso neoliberal da década de 1990. Ambas as reformas tiveram como princípio central de reestruturação curricular a adaptabilidade ao mercado de trabalho e às novas relações de produção do sistema capitalista. Em suma, a atual reforma do ensino médio, enquadrada na perspectiva neoliberal, revela-se como um

desdobramento das políticas educacionais anteriores, alinhando-se ao princípio de reestruturação curricular baseada na adaptabilidade ao mercado de trabalho

Deste modo, compreende-se que esse discurso neoliberal da educação é uma estratégia para adaptar a educação à flexibilidade dos processos de trabalho, caracterizada por uma alta capacidade de mudanças rápidas em resposta às demandas do mercado. No atual momento histórico do sistema capitalista não tem como garantir o desenvolvimento socioeconômico e emprego para todos, e assim, é necessário um modelo educacional que produza subjetividades economicamente ativas, e politicamente passivas que não questionem sua realidade. Assim, a BNCC e a Lei nº. 13.415/2017, atuam como dispositivos de uma governamentalidade neoliberal, que tem por objetivo subjetividades flexíveis, que se adaptem, consumam, produzam conforme o ideário dessa sociedade. O foco não está na qualificação do trabalhador em si, mas sim na adaptabilidade, alcançada por meio da formação de uma subjetividade disciplinada que lide com a instabilidade, dinamicidade e fluidez do mercado de trabalho, culminando na produção do *homo oeconomicus*, sujeito dócil e adaptado às demandas do mercado.

A sequência de governos com abordagens utilitaristas e elitistas, desde Temer até as instabilidades do governo Bolsonaro, apresenta desafios persistentes que impactam a qualidade e equidade do sistema educacional. A chegada do governo Lula em 2023 trouxe uma perspectiva de mudança, destacada pela abertura ao diálogo sobre a revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Apesar da esperança oferecida, é crucial manter a vigilância diante dos desafios. O projeto de lei para revogar parcialmente o NEM ainda aguarda aprovação; se aprovado, as mudanças devem ser implementadas até 2025, com um prazo mínimo de três anos para a disciplina de espanhol. As implicações dessa postergação vão além da simples cronologia de implementação; elas sinalizam a persistência de tendências ideológicas e práticas que podem afetar profundamente o sistema educacional. Assim, sociedade civil, educadores e estudantes devem permanecer atentos para assegurar decisões ponderadas sobre o futuro da educação.

Diante de tais problemáticas apresentadas até aqui, faz-se necessário um resgate do que sobrou da Filosofia no novo currículo do ensino médio. É preciso encontrar brechas nas indeterminações dos principais documentos que regem a educação, para ser possível a existência e a resistência de um ensino de filosofia com base em uma abordagem crítica e emancipatória. É preciso que a filosofia seja pensada como uma “*caixa de ferramentas*” (Deleuze, 2005), isto é, um arcabouço conceitual e metodológico que, enquanto instrumentos de combate, nos permitem pensar a nossa realidade, e mais que isso, promove uma

transformação da mesma e de si mesmo. Nesse sentido, o presente tópico objetiva demonstrar as pistas e coordenadas de métodos que possibilitem um ensino de filosofia que estimule a reflexão, o questionamento e a formação de sujeitos conscientes de sua realidade.

Por essa perspectiva, o presente tópico tem por objetivo a apresentação de métodos de ensino de filosofia, que sejam capazes de existir nas raspas e restos filosóficos da BNCC e do novo ensino médio. As pistas e coordenadas são apresentadas por Silvio Gallo (2012) no livro *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio*. Nesta importante obra, o autor se dedica a uma análise minuciosa acerca da filosofia e seu ensino. Compreendendo este último um problema eminentemente filosófico, e que, portanto, deve ser enquadrado ao cânone tradicional de pesquisa em filosofia. A obra apresenta de maneira clara e detalhada o fato dos cursos de filosofia no Brasil não estarem preocupados com a formação de professores, tampouco, colocam o ensino de filosofia como uma questão filosófica. Disciplinas como *Didática* ou até mesmo *Filosofia da Educação*, apresentam pouca ou nenhuma relação com o ensino de filosofia, ficando até mesmo, sob responsabilidade do departamento de educação. A partir destas problemáticas, Gallo nos convida a um mergulho no campo de pesquisa da filosofia do ensino de filosofia. Nesta perspectiva, o filósofo da educação apresenta problemáticas e possíveis soluções acerca dos métodos avaliativos; do conteúdo programático; das estratégias e práticas de ensino; das metodologias, etc. Com aporte teórico em Deleuze, Guattari, Rancière e outros, Gallo nos mostra um ensino de filosofia ativo, que promove o contato com uma das mais importantes construções humanas: o conceito. Trata-se de conceber as aulas de filosofia enquanto “oficinas de conceito” que tem como ponto de partida os problemas que motivam os alunos.

Tendo em vista o desmonte da educação básica, é preciso considerar o que restou da Filosofia na BNCC, pois, como visto, a filosofia enquanto disciplina específica foi diluída, junto de muitas outras. É fato que a BNCC está longe de ser um ideal, apresenta inúmeras incongruências, além de ser guiada por ideais neoliberais. Mas ainda, sim, é o documento que orienta o presente e o futuro da educação. Portanto, é preciso recuperar o caráter inventivo da filosofia, que opera de maneira múltipla, e que pode atuar com o indeterminado, com o impensado. É necessário encontrar brechas nas indeterminações do documento, para a filosofia conseguir existir e resistir. Desse modo, o presente tópico tem por objetivo expor uma maneira particular de pensar e praticar o ensino de filosofia, trata-se de conceber o caráter estético da filosofia: “*a arte de formar, inventar, fabricar conceitos*” (Deleuze e Guattari, 1991, p.8), e sobretudo o caráter prático da filosofia, compreendendo-a como uma caixa de

ferramentas, que nos oferece instrumentos conceituais e metodológicos para pensar nossa atualidade e a partir disso transformá-la.

Segundo Silvio Gallo a grande questão do ensino de filosofia na educação média está em “como fazer” um ensino que seja não mera transmissão de informações, mas um exercício do pensamento conceitual. Podemos adicionar mais uma problemática além do “*como fazer*”, o “*como manter*” o ensino de filosofia na educação básica, ante uma reforma do ensino médio que visa um ensino tecnicista e mercantilista. Qual o espaço da filosofia nesse cenário? É evidente que um ensino conteudista, pouco tem a contribuir nesse novo currículo. Com a nova BNCC a filosofia é diluída em estudos e práticas e agrupada em grandes áreas de conhecimento. Nesse sentido, é preciso pensar um ensino de filosofia ativo, visto que só dessa maneira a filosofia mantém sua especificidade, a saber, a criação de conceitos. É preciso que a filosofia na BNCC seja pensada por meio de grandes temas, como a morte, a liberdade, o tempo, a beleza e outros. Estes temas “devem ser tratados como problemas filosóficos, que enfrentamos em nosso cotidiano” (Gallo, 2012, p.42). Além disso, é por meio de exercícios de sensibilização, problematização, investigação e conceituação, que os estudantes são levados a pensar outras formas de mundo e outras possibilidades de existência para si mesmos. Diante uma reforma tecnicista do ensino médio, a educação filosófica é capaz de promover uma dose de esperança na luta pela emancipação intelectual.

Perante as questões “como fazer” e como “como manter” um ensino de filosofia no ensino médio, que passa por uma reforma tecnicista, Sílvio Gallo (2012) apresenta uma possibilidade didática, que diz respeito ao ensino de filosofia enquanto uma “*oficina de conceitos*”. Nesta abordagem pedagógica, a sala de aula se torna um espaço ativo, por meio do qual os alunos deixam de ser meros espectadores, e passam a ser produtores, criadores. Cabe salientar, que não se produz conceito do nada: “muitas vezes, é a própria filosofia a matéria da produção de novos conceitos. Assim, é necessário que os estudantes tenham contato, de forma ativa e criativa, com a diversidade das filosofias ao longo da história, pois ela será a matéria-prima para qualquer produção possível” (Gallo, 2012, p.93). Mas ainda sim, faz-se necessário um elemento que guie os alunos nesse percurso, trata-se dos problemas filosóficos que apresentam significação existencial para os alunos, pois “só filosofamos quando sentimos os problemas na pele” (Gallo, 2012, p.94). Por fim cabe pontuar as quatro etapas das quais o ensino de filosofia, enquanto uma “oficina de conceitos” possui:

1. Sensibilização: em que se busca despertar o interesse do estudante pelas questões filosóficas a partir de um elemento não filosófico;

2. Problematização: transformação do tema em problema sob diversos aspectos, suscitando nos alunos o desejo de buscar soluções;

3. Investigação: pesquisa dos conceitos auferidos do estudo da história da filosofia que forneçam ferramentas para refletir sobre o problema;

4. Conceituação: por último, o movimento filosófico propriamente dito, ou seja, a tarefa de recriar os conceitos encontrados na etapa de investigação, deslocando-os para o nosso contexto, ou mesmo de criar novos, caso aqueles encontrados não deem conta do problema posto

Com base no exposto, observa-se que Gallo apresenta grandes contribuições para a renovação do ensino de filosofia. Compreendendo este último como um como problema e objeto de pesquisa da própria Filosofia. A partir do método “oficina de conceitos”, o educador rompe com formas tradicionais de ensino-aprendizagem que colocam o professor em uma posição hierárquica de conhecimento. Ao contrário, ele nos convida à construção de um espaço ativo de experimentação e construção coletiva do conhecimento a partir de problemas e conceitos, indo além da mera reprodução de ideias pré-existentes.

Por fim, cabe destacar que no presente plano de aprendizagem também se utiliza das metodologias de ensino ativas, que colocam o estudante como protagonista no processo de aprendizagem. Trata-se de abordagens pedagógicas que promovem a participação e o engajamento ativo dos estudantes em seu processo de aprendizagem, por meio de estratégias que estimulam a reflexão, a investigação, a resolução de problemas e a colaboração. Essas metodologias valorizam a construção do conhecimento de forma contextualizada e significativa, envolvendo os estudantes como sujeitos ativos na busca e na construção de novos saberes. Deste modo, as metodologias ativas rompem com o modelo tradicional de ensino hierarquizado, que coloca o professor no centro do processo de ensino. E ao contrário, promovem uma abordagem pedagógica que enfatiza a participação, autonomia e interação dos estudantes. Dentre as metodologias ativas nos pautamos na sala de aula invertida²⁵ e no ensino via desenvolvimento de projetos²⁶. Estes dois últimos funcionam como complemento do método central do plano, a saber, a oficina de conceitos.

A abordagem de Aprendizagem Baseada em Problemas permite que os estudantes liderem o processo de aprendizagem, enfrentando questões filosóficas complexas e buscando

²⁵Bergmann, J., & Sams, A. (2012). Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day. International Society for Technology in Education.

²⁶Weisheimer, M. (2012). Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação e Tecnologia. Editora UFRGS.

soluções por meio da colaboração e investigação. O papel do professor é atuar como um facilitador, orientando e apoiando os alunos no desenvolvimento de seus conhecimentos, em vez de fornecer respostas diretas. Já a Aprendizagem Baseada em Projetos envolve os alunos na investigação de problemas de sua realidade, que consideram significativos, permitindo que desenvolvam soluções de maneira colaborativa que resultem na elaboração de um projeto ao final do processo de ensino-aprendizagem. Neste plano, essas abordagens foram fundamentadas a partir do pensamento de Deleuze e Foucault, que concebem a Filosofia como ação (caixa de ferramentas) que se concentra nos problemas, elemento central que move o pensamento. Ao adotar essa abordagem, este plano pedagógico tem em vista promover uma Filosofia que vá além do ensino enciclopédico, permitindo que os alunos explorem e questionem sua realidade e os processos de subjetivação.

Nessa perspectiva, o “problema” é intrínseco ao “conceito”. Pois, é o conceito que fornece bases sólidas para investigar e compreender o problema e, a partir desse entendimento, traçar possíveis soluções. Deleuze (2010) destaca que o filósofo é aquele que cria seus próprios conceitos com base em seus problemas, traçando um plano de imanência e inventando personagens que impulsionam o pensamento. No entanto, é importante ressaltar que a promoção dessas abordagens não implica em negligenciar a história da filosofia. Pelo contrário, a história da filosofia deve servir como pano de fundo e contexto, enriquecendo o processo de aprendizado com as contribuições dos filósofos ao longo do tempo. Escreve Gallo (2016, p.3):

Certa vez, um filósofo afirmou que as teorias são como “caixas de ferramentas”. Quando temos um problema a ser enfrentado, procuramos na caixa uma ferramenta, ou melhor, um conceito que nos sirva. Caso nada dessa nossa caixa sirva, teremos de fazer adaptações, modificando uma ou mais ferramentas para que se tornem adequadas. Às vezes teremos até mesmo de inventar uma nova ferramenta.

Nessa perspectiva, nosso objetivo é apresentar um caráter prático da filosofia, que proporciona ferramentas conceituais e metodológicas para pensar nossa atualidade. Por meio de brechas nas indeterminações dos documentos regulatórios, visamos revitalizar a filosofia no ensino médio, permitindo que ela resista às adversidades e continue a desempenhar um papel crucial na formação dos estudantes, promovendo o pensamento crítico, a reflexão e o engajamento ativo como realidade. O presente plano pedagógico se baseia nas metodologias ativas de ensino, específicas da Filosofia, para cumprir esses objetivos. É preciso ressaltar que apesar de delineamos uma abordagem que destaca metodologias ativas no ensino de filosofia,

fundamentadas na concepção desta disciplina como uma "caixa de ferramentas". Nosso enfoque se concentra na abordagem de temas e problemas, contextualizados pela história da filosofia. Assim, é relevante ressaltar que, apesar dessa perspectiva, orientamos nossa prática pedagógica conforme os documentos norteadores da educação, como a BNCC, o Currículo de Referência e o MAPA (Material de Apoio Pedagógico da Secretaria de Educação de MG). Sobretudo, alinhamos nosso plano de curso com os conteúdos exigidos pelo ENEM e pelos principais vestibulares, reconhecendo a importância dessa preparação no contexto do terceiro ano. Essa abordagem integrada visa proporcionar uma formação robusta, conectando a prática filosófica à estrutura educacional vigente e às demandas específicas do processo de avaliação dessas instâncias.

I — Primeiro Bimestre: Introdução à Filosofia (10 aulas)

Objetivo geral e estruturação: O primeiro bimestre é destinado a uma introdução à filosofia aos alunos do terceiro ano do ensino médio. Em um primeiro momento, referente à primeira aula, partiremos da pergunta metafísica: “o que é a filosofia?”. Trata-se de uma questão indispensável e necessária para avançar para qualquer outro objeto de estudo do campo filosófico. Uma vez discutida essa questão estruturante deste plano de curso, avançaremos para o segundo momento do presente bimestre, referente a 6 aulas. Por sua vez, trata-se de explorar três principais maneiras de conceber e fazer filosofia, com base na abordagem de Michel Foucault, que identifica três modos distintos de explorar a relação entre subjetividade e verdade. O primeiro modo, filosófico, está enraizado na tradição metafísica e explora a possibilidade de uma verdade geral para o sujeito. Já o segundo modo, positivista, adota uma abordagem científica, buscando a verdade sobre a subjetividade como um objeto de descrição objetiva. O terceiro modo, histórico-filosófico, investiga os efeitos que discursos, pretendendo dizer a verdade sobre a subjetividade, exercem sobre essa subjetividade ao longo do tempo. Ainda, enfatizaremos duas perspectivas de conceber a filosofia, de um lado, aquela que visa compreender a realidade, a natureza das coisas e o conhecimento humano em busca da verdade. E de outro, uma filosofia teórico-prática que busca primeiro a compreensão da realidade e a partir disso pretende também transformá-la. Por fim, no último momento, referente às três últimas aulas serão destinadas à preparação e execução de uma feira de ciências, utilizando a metodologia baseada em projetos.

Objetivos específicos: Analisar as diferentes concepções filosóficas; compreender e analisar criticamente as mesmas; examinar e comparar diferentes fontes e narrativas em diversas filosofias; desenvolver o pensamento crítico; aprimorar a leitura de textos filosóficos; desenvolver a oralidade; promover o trabalho em grupo; encorajar a pesquisa independente e a análise crítica de fontes filosóficas; promover a autonomia dos estudantes;

Campo de Conhecimento: Tempo e Espaço.

Competência Específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, BNCC, 2018, p.572)

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. (BRASIL, BNCC, 2018)

Metodologia: Aula expositiva; Oficina de Conceitos; Rodas de conversa; ABP; etc

Recursos didáticos: Quadro; Filme; Música; Mapas Mentais; Mapas Conceituais.

Primeira aula: O que é a Filosofia?

Nesta primeira aula, tenciona-se introduzir a questão metafilosófica: “O que é a filosofia?”. Essa pergunta fundamental aborda a natureza, objeto e essência da própria disciplina, representando uma reflexão filosófica sobre a filosofia. No quadro, será escrita a pergunta, e partir do senso comum dos alunos, exploraremos o significado etimológico da palavra, os objetos de estudo, e as especificidades da filosofia. Dentre essas especificidades, destacaremos a reflexão crítica como uma característica fundamental. Ao fim da aula, será apresentada a música “Duas de Cinco” do rapper Criolo (2005), provocando uma discussão sobre os limites e as possibilidades do rap enquanto instrumento filosófico de emancipação nas periferias. O RAP, com sua abordagem prática e conectada à realidade, fornece elementos que enriquecem a interação durante o exercício conceitual da filosofia. Os temas presentes nas letras das músicas, que abordam questões como violência, amor, paz e consciência, têm o potencial de servir como ferramentas para instigar reflexões filosóficas. É crucial construir mecanismos que estimulem nos estudantes reflexões críticas, evitando que a educação se direcione por ações limitadoras das potencialidades. Ainda, cabe ressaltar que seguimos a abordagem da Oficina de Conceitos de Gallo, conforme apresentado, nesta aula aplicamos as etapas de sensibilização a partir da música. E de problematização ao questionar “o que é filosofia” e os limites do RAP enquanto ferramenta filosófica.

Sequência didática (6 aulas): Três perspectivas filosóficas

Na estrutura desta sequência didática, serão analisadas três principais formas de compreender a filosofia, com base na abordagem de Michel Foucault, que categoriza três modos distintos de explorar a relação entre subjetividade e verdade²⁷. O primeiro modo, conhecido como Filosófico e enraizado na tradição metafísica, indaga sobre a possibilidade de uma verdade geral para um sujeito. O segundo modo, denominado por Foucault como

²⁷Como bem resume Foucault (2016,p.11): O primeiro modo, filosófico, de formular as relações 'subjetividade e verdade' resume-se numa palavra: é a questão da possibilidade de uma verdade para um sujeito em geral. O segundo modo, que chamei de positivista, consiste em indagar sobre a possibilidade de dizer a verdade sobre a subjetividade. E o terceiro modo, que, se quiserem, chamaremos de histórico-filosófico, é indagar quais efeitos tem sobre essa subjetividade a existência de um discurso que pretende dizer a verdade a respeito dela

Positivista, adota uma abordagem científica ao tratar a subjetividade como um objeto passível de descrição verdadeira. Já o terceiro modo, proposto por Foucault, denominado Histórico-Filosófico, concentra-se em investigar as formas de constituição da subjetividade diante dos discursos que pretendem dizer a verdade sobre elas.

A sequência didática organiza-se em seis aulas. Nas três primeiras, exploraremos as filosofias metafísicas de Platão, Aristóteles e Descartes, evidenciando os dois primeiros modos de conceber a relação entre subjetividade e verdade. Nas aulas seguintes, abordaremos filosofias teórico-práticas, enquadradas na perspectiva histórico-filosófica. Ao longo das aulas, aplicaremos a metodologia Oficina de Conceitos: (1) sensibilizando os alunos a partir de exemplos práticos como “a lanterna mágica” para explicar a alegoria da caverna de Platão, saindo com os alunos pela escola para identificar as quatro causas aristotélicas dos objetos materiais da escola. E (2) Problematizando as temáticas apresentadas ao longo das aulas.

No desfecho do bimestre, os alunos, organizados em grupos, realizarão uma feira de ciências humanas, apresentando de forma dinâmica essas três perspectivas filosóficas para toda a escola. Neste contexto, a sequência didática incorpora as etapas de (3) investigação e (4) conceituação da Oficina de Conceitos, investigando as formas de conceber a filosofia com base em sua história e deslocando esses conceitos para o contexto atual ao desenvolver projetos para a feira de ciências. Utilizando a metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), o projeto visa proporcionar aos alunos uma compreensão aprofundada das diferentes facetas da filosofia. O objetivo é estimular a reflexão crítica sobre abordagens filosóficas distintas e disseminar esse conhecimento por meio da feira de ciências humanas.

Subsequência didática I (3 aulas): Metafísica Platônica, Aristotélica e Cartesiana

Conforme colocado, as três primeiras aulas buscam delimitar os dois primeiros modos de conceber a relação entre subjetividade e verdade, assim, delimitando duas formas distintas de conceber e fazer filosofia. Como base, analisaremos a metafísica no pensamento de Platão, Aristóteles e Descartes, respectivamente. Por um lado, na primeira aula desta sequência, a partir de um vídeo sobre o funcionamento da “lanterna mágica” ou epidiascópio, máquina cuja função é projetar imagens, abordaremos a alegoria da caverna de Platão. A relação entre o aparelho e a parábola se dá em função da ilusão e da percepção que pode ser enganosa. Assim como as pessoas acorrentadas na caverna enxergam apenas as sombras projetadas na parede, os espectadores da lanterna mágica veem as imagens projetadas como se fossem reais, sem terem consciência do dispositivo por trás da ilusão. Deste modo, evidenciaremos a

relação entre subjetividade e verdade no contexto de teoria das Ideias de Platão. Em que o conhecimento verdadeiro está além das aparências sensíveis e acessível apenas através da contemplação das formas ou ideais. Os objetivos da aula são: apresentar a metafísica platônica; evidenciar a importância de buscar a verdade para além das aparências; explorar como a filosofia pode nos ajudar nesta tarefa; destacar a relação entre verdade e subjetividade no pensamento platônico.

A segunda aula, visa explorar os principais conceitos da metafísica aristotélica: natureza; substância; essência; teoria das quatro causas; e teleologia aristotélica. Em um primeiro momento será elaborado um mapa conceitual destes no quadro e explicado os mesmos. Em sequência, os alunos serão levados para fora da sala de aula, onde, junto do professor, irão definir as quatro causas de objetos materiais da escola. Como exemplo, o portão da escola: a causa formal está relacionada ao formato do portão; a causa material, diz respeito ao material que o compõe; a causa eficiente, referente a origem do portão; e a causa final, relativo à finalidade exercida pelo portão. A partir disso, evidenciaremos que Aristóteles diverge de Platão ao enfatizar uma abordagem mais empirista e centrada no mundo real. Demonstraremos que o conhecimento inicia através da experiência individual, mas a busca pela verdade envolve um processo racional e dialético que visa uma compreensão mais objetiva e universal. Ao fim da aula, será entregue aos alunos um mapa mental com as especificidades do pensamento de cada um dos filósofos, suas aproximações e divergências. Concluiremos que apesar de suas diferenças, compartilham a busca por uma verdade que transcende a subjetividade individual e que tenha validade universal, assim, constituem o que Foucault intitula de “modo filosófico” de formular as relações entre subjetividade e verdade.

A terceira aula propõe um salto histórico, a saída da metafísica da antiguidade grega para a metafísica moderna. Nessa direção, serão expostos os principais conceitos da metafísica de René Descartes. Por um lado, será exposto às características do racionalismo moderno e seus principais expoentes. Por outro lado, a partir de um mapa conceitual no quadro, aprofundaremos nos principais conceitos da metafísica cartesiana: dúvida; cogito; substância dualista; Deus enquanto causa primeira, etc. O principal objetivo é evidenciar o método sistemático proposto por Descartes na busca por verdades universais. A partir das Meditações Metafísicas, em especial a segunda, será traçado paralelo com os filmes “Matrix” e “Show de Truman”, de modo a evidenciar que a realidade sensível pode nos enganar. Visto que esta pode ser apenas um sonho, uma simulação, ou no extremo, pode haver um gênio maligno que nos controla e nos engana.

Neste ponto, evidenciaremos o “modo positivista” de abordar a relação entre verdade e subjetividade. Demonstraremos, que no contexto do pensamento cartesiano, esta relação se dá principalmente na ênfase da busca por uma base segura e indubitável para o conhecimento. Evidenciaremos, que Descartes elabora um método que coloca a dúvida como ponto de partida para o conhecimento, questionando tudo o que é passível de dúvida. O objetivo final do processo é chegar a verdades que sejam claras, distintas e indubitáveis. Isso inclui a certeza da existência do próprio pensamento e, portanto, da própria existência. Ao fim desta subsequência didática os alunos receberão uma atividade contendo questões de vestibulares sobre a metafísica platônica, aristotélica e cartesiana, que deverão ser respondidas e entregues ao professor. O objetivo da atividade é aproximar os alunos de fragmentos de textos filosóficos e prepará-los para o vestibular.

Subsequência didática II (3 aulas): Filosofias Teórico-Práticas

Nesta subsequência didática apresentaremos o terceiro modo de abordar a relação entre subjetividade e verdade, a saber, o modo histórico-filosófico, que indaga sobre os efeitos que um discurso tem sobre a subjetividade. Aqui, a ênfase não está apenas na busca pela verdade, como no modo filosófico, nem apenas na possibilidade de dizer a verdade sobre a subjetividade, como no modo positivista. Em vez disso, o foco é entender como os discursos que pretendem revelar a verdade influenciam a formação e a experiência da subjetividade ao longo do tempo. Na primeira aula, será apresentado as concepções de filosofia dos pensadores: Foucault, Deleuze e Guattari. O primeiro, apresenta uma filosofia que funciona como uma caixa de ferramentas, que enquanto arcabouço conceitual e metodológico visa traçar um diagnóstico do presente, e a partir disso, promover uma transformação da realidade. Os segundos, apresentam a filosofia enquanto uma atividade criativa e transformadora que visa produzir novos conceitos e novos modos de pensamento em oposição às malhas do poder que nos capturam e nos sujeitam. Portanto, os três autores rompem com uma filosofia abstrata, dogmática e símbolo de uma razão universal, e propõem uma filosofia teórico-prática, que a partir dos conceitos e métodos, visam produzir novos modos de (re)existência.

Já na segunda aula, será evidenciado as especificidades da filosofia de Karl Marx e de Gramsci, a partir de um mapa conceitual elaborado no quadro. Por um lado, evidenciaremos a noção de práxis enquanto um agir teórico-prático compõe a verdadeira filosofia para Marx. Esta última, busca não a contemplação do já existente, mas se constitui enquanto instrumento

revolucionário. Neste ponto, abordaremos a última tese sobre Feurbach de Marx: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx e Engels, 1983, p.535). Com base nisto, evidenciaremos a indissociabilidade da teoria e prática, de modo a deixar claro que o termo “interpretar” só é criticável na filosofia quando dissociado da transformação, e o mesmo é válido para o termo “transformar” quando dissociado da teoria. Com base nisto, explicaremos que a filosofia marxiana serve de instrumento revolucionário, que permite o homem se conscientizar da situação de opressão que vive e a partir disso se constituir na liberdade. Em outras palavras, o homem toma consciência de seu poder a partir da percepção de que, através do trabalho, pode interferir no mundo, transformando. E deste modo, abre o caminho para o surgimento de uma nova sociedade desprovida de alienação e opressão. Portanto, o homem, por meio da filosofia enquanto instrumento de revolução, torna-se consciente de que não é objeto, mas sujeito da história, e assume diretamente esse processo

Na mesma perspectiva, Gramsci, na sua obra *Cadernos do Cárcere* (1977), há uma proposta de conceber a filosofia de maneira ampliada, desvinculando-a da visão tradicional que a limita a um campo restrito de intelectuais. Nessa abordagem, todos os indivíduos são considerados “filósofos”, ampliando o escopo da filosofia para além dos círculos acadêmicos e intelectuais. Nesse sentido, a filosofia é toda concepção de mundo criticamente coerente, que visa transformar a realidade. Gramsci nomeia essa concepção de Filosofia da Práxis, que em uma visão próxima de Antonio Labriola, funciona como uma filosofia de combate, visto que para as classes subalternas a filosofia dos intelectuais é um elemento de coesão interna, “um elemento de subordinação a uma hegemonia interior” (GRAMSCI, 1997. p.1396). A proposta é questionar essa hegemonia e promover uma filosofia que vá além do domínio intelectual elitista. Em resumo, trata-se de propor uma filosofia de massas, enquanto movimento cultural de prática individual e coletiva. A partir disso, será solicitado que os alunos enviem por e-mail, problemas pertinentes a realidade deles, ou músicas, poesias, imagens, vídeos curtos, em suma, qualquer material que problematize a nossa atualidade. Após uma curadoria, a última aula será destinada a uma roda de conversa acerca das problemáticas levantadas pelos alunos, trazendo subsídios filosóficos para a discussão.

Atividade avaliativa (3 aulas): Os alunos, agrupados conforme as perspectivas filosóficas exploradas ao longo do bimestre, serão encarregados do desenvolvimento de projetos a serem apresentados para toda a escola em espaços compartilhados. Como sugestão inicial para os primeiros grupos, os alunos podem criar suas próprias lanternas mágicas, estabelecendo um

paralelo com a alegoria da caverna. A filosofia cartesiana pode ser desenvolvida através da dinâmica da “sala sensorial”, visando evidenciar como os sentidos podem ser enganosos. De maneira geral, essa dinâmica é feita em uma sala com potes distribuídos pelas mesas, contendo diversos objetos. Os participantes entram vendados e exploram os objetos, tentando adivinhar do que se trata cada um. Por exemplo, um macarrão cozido pode ser confundido com um pote de minhocas.

Para aqueles que adotaram a perspectiva da filosofia teórico-prática, a sugestão é desenvolver projetos de pesquisa abordando temáticas como: violência policial, racismo, inteligência artificial, guerra às drogas, cinema e filosofia, a articulação entre rap e filosofia, entre outros. Uma proposta adicional é a apresentação de rimas filosóficas, partindo de um tema problemático e mobilizando conceitos da história da filosofia. Pode-se ainda montar uma sala de cinema para a exibição e discussão filosófica de curtas-metragens, como o filme “Deus” (2016), que retrata o cotidiano de mães negras nas periferias de São Paulo. Ainda, há a possibilidade da organização de um sarau cultural é uma opção viável, permitindo diversas apresentações artísticas que envolvam filósofos, filósofas e conceitos da história da filosofia. Vale ressaltar que a metodologia adotada nesta atividade é a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que visa proporcionar aos alunos uma experiência prática e significativa, incentivando a aplicação dos conhecimentos e conceitos filosóficos desenvolvidos ao longo do bimestre em situações reais, assim, promovendo uma aprendizagem ativa e engajadora. Nas duas primeiras aulas desta sequência didática os alunos irão preparar a feira de ciências, e na última será feito o evento e as apresentações.

Avaliação e recuperação: Os alunos serão avaliados pela participação na sala de aula, as atividades entregues e o caderno completo. O restante dos pontos serão referentes à participação da Feira de Ciências Humanas. Para aqueles que não conseguirem alcançar média no bimestre, será solicitado uma dissertação acerca de todo o conteúdo trabalho no bimestre.

II — Segundo bimestre: Passagem do cuidado de si para o conheça-te a ti mesmo.

Objetivo geral e estruturação: No decorrer do segundo bimestre, pretende-se dar sequência à introdução à filosofia, que será feita de maneira temática, ao explorar questões relacionadas à Ética e a Estética, mas tendo como pano de fundo desta introdução a história da filosofia. A partir de uma leitura foucaultiana acerca dos conceitos “Cuidado de Si” e “Conheça-te a ti

mesmo”, teremos em vista aprofundar a compreensão da apropriação desses conceitos ao longo da antiguidade, idade média e modernidade. Nesta perspectiva, objetiva-se também uma introdução destes períodos filosóficos, tomando como base o pensamento epicurista e estoico na antiguidade; o pensamento de Agostinho, Tomás de Aquino e Christine de Pizan no medievo; e de Spinoza, Leibniz e Kant na modernidade.

Ressalta-se que o objetivo não é esgotar o pensamento destes autores, pois em um bimestre isso não seria possível; portanto, trata-se de introduzir os principais conceitos e ideias desses filósofos. Além disso, a proposta central do bimestre é analisar o processo de transformação da noção de “cuidado de si” (*epimeleia heautou*) para o imperativo “conheça-te a ti mesmo” (*gnothi seauton*). Inicialmente, na antiguidade greco-latina, o cuidado de si desempenhava um papel na formação do sujeito moral, caracterizado por práticas concretas e refletidas sobre si que promoviam modos de existência potentes, intimamente conectados com o todo. No entanto, essa noção perde forças, primeiro com a filosofia medieval cristã, uma vez que o objetivo deixa de ser cuidado consigo mesmo e a ênfase é dada na renúncia de si. E segundo, com a influência do racionalismo e do iluminismo, em que a ênfase foi dada à razão, visto que esta corresponderia ao critério supremo para a determinação da verdade e da moralidade. Com base nisto, temos em vista evidenciar que a transição do “cuidado de si” para o “conheça-te a ti mesmo” na modernidade não foi apenas uma mudança filosófica, mas uma transformação profunda que reverberou em nossas relações consigo mesmos, com o conhecimento e nas dinâmicas de poder e saber na sociedade.

Além disso, busca-se promover uma análise crítica das implicações contemporâneas dessas transformações filosóficas nas relações individuais e sociais. Pretende-se estimular nos estudantes a capacidade de reflexão sobre o papel da ética e estética na construção da identidade pessoal e na interação com o contexto cultural. Ao longo do bimestre, serão desenvolvidas habilidades de investigação histórica, análise conceitual e aplicação prática, proporcionando aos alunos ferramentas para compreenderem de forma mais abrangente o papel da filosofia na configuração das perspectivas individuais e coletivas. Dessa forma, o objetivo é não apenas explorar conceitos filosóficos, mas também capacitá-los a reconhecer e analisar criticamente as implicações dessas transformações filosóficas em seu cotidiano e na sociedade contemporânea.

No que diz respeito à estruturação, as três primeiras aulas são destinadas a explorar a noção de cuidado de si na antiguidade greco-latina. Ao passo que as três seguintes são referentes às especificidades do período medieval, com ênfase no desmonte da noção de *epiméleia heautou*. Já a sétima e oitava aula são destinadas a explorar a modernidade, a partir

da dicotomia entre cuidado de si e conheça-te a ti mesmo. As duas últimas aulas são reservadas para atividades avaliativas. Ao longo do bimestre, a metodologia empregada será a Oficina de Conceitos, sensibilizando os estudantes por meio de animações, problematizando as temáticas apresentadas, investigando os problemas a partir da história da filosofia e, por fim, utilizando dos conceitos para suscitar soluções.

Objetivos específicos: Introduzir a filosofia antiga, medieval e moderna; apresentar a filosofia estoíca e epicurista; debater sobre temas filosóficos como a morte e a vida; explorar o conceito de cuidado de si e o imperativo conheça te a ti mesmo; pensar criticamente sobre os modos de existência contemporâneo e as formas de resistência; compreender o desdobramento racionalista na modernidade e suas implicações; etc

Campo de Conhecimento: Ética e Estética.

Competência específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, BNCC, 2018)

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia e a solidariedade. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (BRASIL, BNCC, 2018)

Metodologia: Oficina de Conceitos; Sala de aula invertida; ABP; etc

Subsequência didática I (3 aulas): Cuidado de Si

A presente subsequência didática introduz o pensamento filosófico na antiguidade a partir da noção de “*epiméleia heautoû*” (cuidado de si). A partir de uma leitura foucaultiana, entendemos que se trata de um princípio fundamental para caracterizar a natureza da atividade filosófica greco-latina. Na primeira aula os alunos serão levados até a sala de vídeo, onde será transmitido o terceiro episódio da animação “*The Mid Night of Gospel (2020)*” de Duncan Trussell e Pendleton Ward. Trata-se de um desenho surrealista e que possui um formato de podcast, no qual os entrevistados são pessoas reais com experiências compartilhadas também reais. Grosso modo, a história gira em torno de um jovem que com um simulador de realidade virtual, viaja por diferentes universos entrevistando diferentes pessoas, sobre os mais variados temas filosóficos. No terceiro episódio, o entrevistado é Damien Echols, que interpreta o “Homem Aquário” que comanda uma tripulação de gatos marinheiros numa missão. Echols foi preso aos 18 anos e condenado pelo assassinato de três crianças num ritual satânico. Após 17 anos em cárcere, foi descoberto que o culpado foi o padrasto das crianças²⁸.

Apesar desta contextualização não aparecer no episódio, Echols relata por meio do

²⁸Adendo: essa história é contada em sua autobiografia, “Vida Após a Morte 2013”, e no documentário produzido pela HBO, “*Paradise Lost (1996)*”

“homem aquário” , como seus estudos sobre magia o auxiliaram a se manter na prisão. A ideia central do episódio é romper com uma ideia mística e fantasiosa acerca da magia, e evidenciar que esta é, na verdade, uma forma de transformação pessoal e uma ferramenta para explorar os reinos internos da mente e da consciência. Ao fim da aula será solicitado que os alunos elaborem uma síntese de um ou mais parágrafos acerca do episódio.

Na segunda aula, a partir dos elementos contidos nas produções textuais dos alunos, será escrito os principais conceitos relacionados à antiguidade greco-latina. Trata-se de traçar um paralelo do episódio, que coloca a magia como uma prática refletida de transformação pessoal, com a noção de cuidado de si, que caminha para uma perspectiva parecida. Nessa direção, será apresentado a leitura foucaultiana acerca da noção de *epiméleia heautou*. Foucault nota um momento muito específico na história, no qual a ética e a estética se entrelaçaram na constituição de um tipo de subjetividade muito particular. Assim, revisitando a cultura grega e greco-latina, sobretudo os escritos epicuristas e estóicos, Foucault nota um conjunto de práticas, que ele denomina artes da existência:

[...] deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 1984, p.14)

Ao fim da aula será entregue aos alunos um mapa mental acerca das duas principais correntes filosóficas que desenvolveram de maneira precisa a noção de *epiméleia heautou*: estoicismo e epicurismo. Será evidenciado os principais filósofos destas correntes de pensamento, suas especificidades, o contexto histórico e a maneira particular de abordar essa noção. Por um lado, para os estóicos o cuidado de si era central para alcançar a *eudaimonia*, usualmente traduzido por felicidade. Dentre as práticas que visam a autotransformação, podemos citar: exame de si mesmo, de modo a identificar os vícios e paixões; aceitação do destino, isto é, compreender que as circunstâncias externas estão além do nosso controle, e priorizar a harmonia interior; prática de virtudes, ou seja, desenvolver de maneira consciente virtudes como sabedoria, justiça, temperança, etc. Já os epicuristas, utilizavam das práticas do cuidado de si para alcançar o bem-estar pessoal e a felicidade. Dentre estas podemos citar: atenção aos pequenos prazeres, isto é, valorizar prazeres como a amizade, saúde, liberdade, tranquilidade mental, etc; aprendizado refletido, ou seja, por meio da filosofia refletir sobre

questões da existência, de modo a superar, o medo da morte, da dor, etc. A partir do mapa mental os alunos deverão responder algumas perguntas que deverão ser entregues ao professor, junto disso, será solicitado que os alunos pratiquem uma das práticas refletidas do cuidado de si durante a semana.

Na terceira aula, será exibido o último episódio da animação “*The Mid Night of Gospel*”. Neste profundo e intenso episódio o grande tema filosófico a ser debatido é a questão da morte. Desta vez, Duncan entrevista a própria mãe, que é psicóloga, e que infelizmente morreu de câncer três semanas após o podcast. A partir de reflexões metafísicas o tema da morte é discutido de maneira profunda, e o principal ponto tocado é acerca da meditação, enquanto treinamento de aceitação para a morte. A filosofia debatida é a de Ram Dass, que propõe uma reflexão filosófica e espiritual a partir das tradições orientais, com foco no hinduísmo e no budismo. Com muitos diálogos tocantes, a mãe de Duncan afirma que a morte não machuca, e que ela é, na verdade, uma ótima professora. Ainda, ao fim do episódio a psicóloga diz para seu filho que mesmo partindo um novo plano, o amor que ela sente, vai se manter neste plano e nunca desaparecerá. Ao fim da aula, será solicitado uma dissertação dos alunos acerca desta temática, relacionando o livro “Sobre a Brevidade da Vida” de Sêneca e o episódio assistido. Por questões didáticas, os alunos irão ler recortes pré-selecionados da obra.

Subsequência didática II (2 aulas): Cuidado de si x Renúncia de Si

A presente subsequência didática tem por objetivo introduzir a filosofia medieval a partir da temática do cuidado de si, abordado nas aulas anteriores. A primeira aula, de aspecto expositivo, planeja contextualizar o período medieval e os principais filósofos deste período. Conhecido por idade das trevas, o medievo é um período historicamente longo (500 d.C a 1550 d.C), que apresenta dificuldades em relação aos registros históricos, devido às condições socioculturais da época. A escrita era praticamente restrita aos centros religiosos e a educação e alfabetização eram limitadas. Além disso, devido às grandes guerras religiosas, muitos escritos e documentos se perderam. Dentre os filósofos abordaremos: Agostinho de Hipona (354-430), Tomás de Aquino (1225-1274) e Christine de Pizan (1364-1430). Será exposto os principais conceitos desenvolvidos por Agostinho, como a noção do pecado original e a importância da graça divina na redenção humana. E a tentativa de Tomás de Aquino de harmonizar a razão e a fé, destacando a importância da razão para compreender a verdade

revelada. Esses conceitos moldaram profundamente a visão medieval sobre a natureza humana e a necessidade de uma orientação divina.

Em contrapartida, será apresentado o pensamento de Christine de Pizan, que discute temas relacionados à educação das mulheres, igualdade de gênero, ética e política. Trata-se de discutir a possibilidade de um feminismo no período medieval, antes mesmo da existência deste conceito. Trata-se, agora, de evidenciar que no medievo as mulheres possuíam um espaço mínimo nas discussões intelectuais e políticas, devido a normas sociais e religiosas, que as colocavam numa posição subalterna em relação aos homens. Ao fim da aula será solicitado que os alunos, divididos em grupos, pesquisem sobre outras filósofas do período medieval, e elaborem slides dinâmicos e criativos com informações relevantes acerca destas intelectuais. Os slides serão disponibilizados para toda a turma na plataforma *Google Classroom*, e estes deverão ler o trabalho dos colegas, e fazer comentários sobre.

A aula seguinte será destinada a aprofundar a influência da filosofia medieval cristã no abandono do cuidado de si em função da renúncia de si. Será abordado a influência do cristianismo na filosofia neste período histórico, de modo a evidenciar a dicotomia entre o cuidado de si da antiguidade e a renúncia de si da teologia cristã. O ideal ascético cristão promove a negação dos desejos terrenos e a submissão à vontade divina, buscando a salvação espiritual como objetivo supremo. Assim, a autotransformação e o florescimento pessoal, que eram centrais na filosofia da antiguidade, dão lugar à renúncia dos desejos mundanos em favor de uma dedicação total a Deus. Por outro lado

Subsequência didática III (3 aulas): Cuidado de Si x Conheça te a ti mesmo na modernidade.

A presente subsequência didática tem por objetivo explorar a mudança de ênfase do cuidado de si para o imperativo conheça te a ti mesmo na modernidade. As duas primeiras aulas, de natureza expositiva, têm como propósito fornecer um contexto aprofundado sobre o período moderno, destacando as transformações significativas que marcaram essa fase e a influência preponderante da ciência no panorama filosófico. O objetivo central é evidenciar as mudanças fundamentais que caracterizam a transição do medieval para o período moderno. Essas transformações abrangem diversas esferas, sendo notáveis em três aspectos cruciais: a reconfiguração da concepção da realidade, resultante da mudança de foco no divino para a centralidade no indivíduo; a ênfase crescente na razão em contraposição à fé; e a alteração nas perspectivas acerca da natureza humana e do conhecimento. Dentre os principais filósofos e

conceitos abordaremos: Baruch de Spinoza (1632-1677), monismo e *sive nature*; Leibniz (1646-1716) noções de Deus arquiteto e *mônada*; Immanuel Kant e a crítica da razão pura, no que diz respeito aos limites e as condições do conhecimento humano, e a distinção entre a *posteriori* e a *a priori*. O foco é evidenciar como os pensadores utilizam da ênfase racional para discutir temas relacionados ao conhecimento, essência humana e essência divina. Para melhor compreensão dos filósofos e conceitos será entregue mapas conceituais acerca dos mesmos com links para aprofundamento via vídeos do Youtube.

A partir disso, na terceira aula, tenciona-se mostrar que esse enfoque racionalista está ligado à maneira que nos relacionamos com si próprio, com o conhecimento e com a realidade. E como isso está imbricado nas relações de poder e saber na modernidade. Com base nisto, Foucault aspira resgatar o cuidado de si, visto que este corresponde a possibilidade de criação de modos de existência potentes, capazes de resistir aos poderes que nos oprimem e nos dominam. Deste modo, as práticas de si possuem uma potencialidade que permite o sujeito se constituir na liberdade, em oposição aos poderes exteriores, escreve Deleuze (1990, p.142): *"a subjetivação se distingue de toda moral, de todo código moral: ela é ética e estética, por oposição à moral que participa do saber e do poder"*. Em resumo, a subjetivação é a própria produção de modos de existência, e o que interessa a Foucault, historiador do presente, não é um retorno saudosista aos gregos, mas as subjetivações em curso em nossa atualidade, *"ele busca um método capaz de diagnosticar os nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação."* (Deleuze, 1992, p.124). É preciso ter em mente que tais modos de subjetivação encontram-se, segundo Foucault, intimamente vinculados às relações de poder. Em sua genealogia, fica evidente que a biopolítica moderna pretende construir um determinado tipo de sujeito engendrado nos moldes capitalistas e nas novas relações de produção. Nessa perspectiva, uma filosofia entendida como ética estética, fundada em práticas de si constitutivas de novos modos de existência, pode se constituir como um meio inventivo de resistência a determinadas forças de sujeição. Portanto, o objetivo da aula é evidenciar esse deslocamento e a importância do cuidado de si enquanto uma prática de resistência às relações moleculares de poder que nos sujeitam e nos oprimem.

Com base nisto, ao fim desta subsequência didática, observamos que, sob a influência do racionalismo e do iluminismo, o cuidado de si foi suprimido, dando lugar à ênfase na razão como enfoques supremos para verdade e moralidade na modernidade. Foucault destaca essa transição do cuidado de si para o conhecer-te a ti mesmo, evidenciando que a abordagem racionalista não apenas reconfigurou nossa relação conosco, mas também desempenhou um

papel crucial nas relações de poder e saber. O poder, agora vinculado à produção e controle do conhecimento, distribuiu novas formas de autoridade nas instituições educacionais, científicas e políticas. Essa transição não foi apenas uma mudança filosófica, mas uma profunda transformação que reverberou em nossas relações pessoais, com o conhecimento e nas dinâmicas de poder e saber na sociedade. Enquanto na antiguidade o cuidado de si estava ligado ao cultivo moral, na modernidade, a ênfase deslocou-se para a busca do conhecimento científico, impulsionada pela ascensão da subjetividade burguesa e pela centralidade da razão.

Assim, compreendemos que a transição do “cuidado de si” para o “conheça-te a ti mesmo” na modernidade não foi apenas uma mudança filosófica, mas uma transformação profunda que reverberou em nossas relações consigo mesmos, com o conhecimento e nas dinâmicas de poder e saber na sociedade

Atividades Avaliativas (2 aulas): As duas últimas aulas serão destinadas às atividades avaliativas. Ambas consistem em responder questões de vestibulares que toquem nos temas e conceitos trabalhados durante o bimestre.

Avaliação e recuperação: Os alunos serão avaliados pela participação na sala de aula, as atividades entregues e o caderno completo. Para aqueles que não conseguirem alcançar média no bimestre, será solicitado uma dissertação acerca de todo o conteúdo trabalho no bimestre.

III — Terceiro Bimestre: Introdução a filosofia política (10 aulas)

Objetivo geral e estruturação: O presente bimestre tem por objetivo uma introdução à filosofia política, que será feita a partir dos conceitos Estado e Poder. Evidenciaremos o desdobramento de uma análise clássica destes conceitos para uma análise moderna. Trata-se da passagem de uma análise clássica, que toma o Estado como uma instituição centralizada, racional e fundamentalmente repressora, para uma análise multifacetada acerca do Estado, que toma este como uma estrutura da complexa rede de relações de poder da modernidade. A primeira aula, de caráter dialógico, utiliza a música "Boca de Lobo" para iniciar uma discussão sobre Violência Policial, relacionando-a aos conceitos de Estado e Poder, sensibilizando os alunos e instigando-os a problematização e investigação dos conceitos filosóficos.

A subsequência didática, composta por sete aulas, desdobra uma análise clássica para uma contemporânea do Estado. Esta inicia com duas aulas expositivas, aprofundando os conceitos de Max Weber sobre o Estado Moderno, seguidas pela apresentação da análise de Veena Das, que, baseada em Foucault, rompe com a concepção clássica e explora as periferias do poder. A terceira aula, por meio da música "Favela Vive 3", promove um debate sobre a violência policial, questionando a relevância das análises clássicas e contemporâneas na realidade. Na aula de quarta, o foco são os contratualistas, abordando Hobbes, Locke, Rousseau e Maquiavel, explorando suas visões sobre poder e Estado. A quinta aula prepara os alunos para vestibulares, resolvendo questões e discutindo textos dos filósofos contratualistas. Na sexta aula, a análise foucaultiana é introduzida, destacando a microfísica do poder e a visão descentralizada do Estado. A sétima aula utiliza um episódio de "Black Mirror" para explorar a ética, o poder e a banalização da violência.

As duas últimas aulas são dedicadas às atividades avaliativas. Na primeira, os alunos apresentam uma música com análise crítica, articulando conceitos treinados. Na segunda, revela um jornal filosófico explorando diferentes perspectivas dos filósofos, aplicando conceitos discutidos durante o bimestre em notícias locais, como a Batalha de RAP em Lavras-MG, relacionando com noções de marginalidade, biopolítica, entre outras.

Objetivos específicos: introduzir a filosofia política; compreender os principais conceitos deste campo; compreender e definir os conceitos de Estado e poder; aprofundar a compreensão do Estado Moderno; promover um debate crítico sobre a violência policial; apresentar os autores clássicos e modernos das teorizações políticas, bem como as especificidades de cada um; analisar e debater questões políticas contemporâneas; desenvolver o pensamento crítico, a argumentação, a capacidade de leitura e a oralidade; promover uma conscientização política; preparar os alunos para os vestibulares; desenvolver a capacidade dos alunos de relacionar os conceitos filosóficos com situações do cotidiano

Campo de Conhecimento: Política.

Competência específica 2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. (BRASIL, BNCC, 2018)

Competência específica 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, BNCC, 2018)

Competência específica 6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, BNCC, 2018)

Habilidades:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus

desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia. (BRASIL, BNCC, 2018)

Metodologia: Oficina de Conceitos; Sala de aula invertida; ABP; etc

Recursos didáticos: Filme; Música; Quadro; Slides; Mapa Mental; Mapa conceitual

Primeira aula: Introduzindo o problema

A presente aula tem por objetivo uma introdução a temática geral e específica do bimestre, a saber: filosofia política, estado e poder. Trata-se de uma aula dialógica, em que os alunos serão levados para fora da sala de aula, onde será exposto à música “Boca de Lobo - Criollo (2018)²⁹. Após ouvirem e com a letra da música em mãos, discutiremos o tema da Violência Policial, articulando com os conceitos de Estado e Poder. A partir das considerações dos alunos definiremos os conceitos de Estado e Poder, indicando filósofos que fundamentem as concepções trazidas por eles. Por um lado, tentaremos sinalizar a concepção de Estado e Poder, a partir de Hobbes e Max Weber, que tomam o Estado enquanto uma estrutura centralizada, fundamentalmente repressora e que detém a unidade do poder. Por outro lado, evidenciaremos que Foucault e Veena Das rompem com essa concepção, e apontam que o poder não deve ser entendido como algo ou coisa que está localizado aqui ou ali. Para eles, o poder é algo que circula, e está presente em todos os espaços da vida social, inclusive naqueles lugares em que se tem uma aparente ausência de Estado.

Sequência didática (7 aulas): Desdobramento de uma análise clássica para uma análise moderna do Estado.

²⁹Letra que será impressa e entregue aos alunos: [Letra Criolo Boca de lobo](#)

A primeira aula desta sequência didática, é de caráter expositivo, e cogita aprofundar os conceitos abordados na última aula. O primeiro ponto será a definição de Estado e Poder para Max Weber. Este último, compreende que o Estado Moderno é resultado do desenvolvimento da sociedade capitalista, que devido sua complexidade exige uma administração racional e burocrática. Nesse sentido, Weber observa que o estado racional detém o monopólio do uso legítimo da dominação em razão de sua manutenção, e deste modo corresponderia a uma: “*relação de dominação de homens sobre homens*” (WEBER, 1999 p. 526), relação apoiada no uso legítimo da coerção/uso da força. Nessa direção serão apresentados os principais conceitos weberianos mobilizados para compreensão do Estado Moderno: burocracia; legitimidade; poder; força; dominação, etc. Ao fim da aula os alunos, junto do professor, irão solucionar duas questões de vestibulares acerca do tema da aula. O objetivo é aproximar os alunos de fragmentos de textos filosóficos e prepará-los para os processos seletivos.

A segunda aula, também expositiva, propõe apresentar a análise de Veena Das do Estado Moderno. A antropóloga indiana, apoiada em Foucault, tem em vista reorientar a análise do Estado, partindo não do centro, mas das periferias, das margens onde o poder atua. Ao pensar o Estado na prática, Veena rompe com as teorias clássicas de análise e compreensão do Estado, que tomam este como instância central, racional e fundamentalmente repressora. Em contrapartida, a autora observa que a sociedade moderna é concebida enquanto um campo de relações de forças. Nessa perspectiva, a pensadora rompe com o Estado Weberiano detentor do uso legítimo da força, pois esta última se encontraria espalhada por todo o campo social, inclusive naqueles lugares onde aparentemente não há uma atuação direta do Estado. Neste último ponto, podemos exemplificar com atuação das polícias e das milícias nas periferias do Rio Janeiro, onde há a presença de um “Estado Fantasmático”, que não é aparente, mas que atua por meio de técnicas e dispositivos coercitivos e disciplinares. Nessa direção, Veena Das introduz a noção de biopolítica, que, grosso modo, diz respeito à inclusão da vida nos mecanismos e cálculos do poder. Em outras palavras, a população enquanto espécie corresponderia a um corpo biológico, fazendo-se necessário a gestão deste corpo. Por consequência, essa biopolítica insere o racismo nos mecanismos de poder e controle do estado, pois para a gestão deste corpo biológico é preciso eliminar tudo o que não faz parte deste.

Já na terceira aula, será feito uma roda de debate a partir da música *Favela Vive 3* (2018)³⁰, em que o tema da violência policial aparece novamente. A partir da exposição será questionado aos alunos qual análise (clássica e contemporânea) faz mais sentido na nossa realidade. Junto disso, será questionado os limites da atuação do Estado nas periferias, uma

³⁰ADL, CHOICE, DJONGA e NEGRA LI. *Favela Vive 3*. 2019

vez que este é ausente na garantia dos direitos básicos e extremamente intervencionista na hora de vigiar, punir e matar os corpos periféricos. Nessa direção, será explicado aos alunos a dinâmica de retroalimentação entre o Estado e suas Margens. Por um lado, o Estado produz esses espaços fantasmáticos, em que se tem uma aparente ausência do mesmo. Por outro lado, esses espaços devolvem a legitimidade do uso da força e da violência ao Estado, são esses espaços em que se têm a produção de corpos matáveis. Mediante discursos e práticas o Estado se torna extremamente intervencionista.

A quarta aula, será expositiva, e planeja apresentar como os filósofos contratualistas compreendem a dinâmica do poder e do Estado. Nessa direção, por meio de um mapa mental, será exposto os principais expoentes do contratualismo, suas especificidades de pensamento e diferenças. Exploraremos os modelos contratuais de Hobbes, Locke, e Rousseau. O primeiro, na obra *Leviatã* (1651) afirma que o Estado, enquanto a figura do rei-soberano, é necessário para garantir a ordem e a segurança, visto que no estado natural estaríamos numa guerra de todos contra todos. O segundo, na obra *Dois Tratados sobre o Governo Civil* (1690) propõe que no estado de natureza os homens possuem direitos naturais, e estabelecem um contrato para formar um governo limitado que visa proteger tais direitos. Por fim, Rousseau introduz uma noção de contrato coletivista e democrática, em que o bem comum deve ser priorizado em detrimento da vontade individual. Além disso, será exposto o pensamento de Maquiavel, que defende que a natureza humana é movida pelo egoísmo e pelo desejo de poder, diante disso é preciso que o governante estabeleça estratégias para preservar, fortalecer e manter o poder.

A quinta aula será utilizada para resolver e discutir questões de vestibulares acerca destes pensadores. Além disso, será preparado questões com fragmentos de textos mais longos das principais obras dos mesmos filósofos. Novamente, o objetivo é aproximar os alunos dos textos de filosofia, fornecer ferramentas de análise crítica dos mesmos e prepará-los para os vestibulares.

Na sexta aula, será exposto à crítica foucaultiana traçada a compreensão clássica de Estado e poder, bem como, a compreensão do filósofo francês destes mesmos conceitos. Grosso modo, Foucault compreende que a dinâmica do poder opera de maneira *microfísica*. Por um lado, é entendido enquanto micro-relações de poder que se encontram espalhadas por todo o campo social. Por outro lado, possui uma dimensão física enquanto atua diretamente nos corpos dos indivíduos. Neste ponto, Foucault aponta para uma faceta positiva do poder, enquanto produtor de saberes, discursos, verdades, normas e até mesmo de subjetividades. Deste modo, há um rompimento com os contratualistas, sobretudo com Hobbes e Maquiavel,

uma vez que, para estes, o poder seria exercido nos limites do contrato social e teria como figura central o soberano. Foucault planeja inverter a posição tradicional de análise do poder, que por meio da teoria da soberania cogita totalizar o poder num corpo político, de modo a idealizar uma unidade do poder. Em contrapartida, Foucault apresenta sua análise do poder, na qual compreende este enquanto relações de forças múltiplas, difusas, silenciosas, distribuídas por todo o campo social. Deste modo, o Estado seria apenas uma super-estrutura da complexa rede de poderes da sociedade moderna. Assim, Foucault inverte essa visão tradicional, partindo não do centro, mas antes, das periferias, das margens onde o poder atua. Em outras palavras, trata-se de afastar da teoria clássica da soberania da análise do poder, e examinar este a partir das técnicas e táticas de dominação. Outro aspecto que cabe destacar, é o fato da analítica do poder abrir o campo de análise para uma faceta positiva do poder, no sentido de que este seria uma instância produtora de efeitos, verdades, normas e até mesmo subjetividades.

Na sétima aula os alunos serão levados até a sala de vídeo, onde assistirão o episódio “Urso Branco (2018)” da série Black Mirror. Em resumo, a protagonista Victoria Skillane acorda confusa e sem memórias em uma cidade desconhecida, ao sair na rua nota que as pessoas não conversam e apenas a filmam por meio de celulares e câmeras. Ao longo do episódio a protagonista é perseguida por assassinos mascarados e os espectadores continuam a observar e a filmar. Ao fim do episódio, quando Victoria consegue se livrar dos assassinos, uma parede é aberta e ela descobre se tratar de uma simulação de um *reality show* televisivo. Então, é revelado o grande *plot twist* do episódio, trata-se da pena de Victoria por ser cúmplice do seu namorado do assassinato de uma criança, no qual a mesma apenas filmou os momentos finais da garota Jamine. A protagonista é então julgada e sentenciada a pena de viver pelo resto da vida essa mesma simulação. A partir das anotações feitas pelos alunos do episódio, na oitava aula será discutido: temas éticos, relacionados a legitimidade ou não desta tortura psicológica e física; os limites do poder sobre a vida individual; a banalização da violência na nossa sociedade; a linha tênue entre a vítima e o agressor; o sofrimento enquanto objeto de prazer e diversão; os conceitos foucaultianos de vigilância, punição, poder disciplinar, discurso; dentre outros temas.

Atividade Avaliativa (2 aulas): As duas últimas aulas serão destinadas a atividades avaliativas. Na primeira, os alunos, divididos em grupos, irão apresentar uma música, junto de uma análise crítica sobre a mesma para a sala, articulando com ao menos dois conceitos desenvolvidos ao longo da disciplina. A segunda atividade, a ser aplicada na aula seguinte,

consiste na produção de um jornal filosófico a ser distribuído para a escola que aborde os conceitos e filósofos mobilizados ao longo da disciplina pelas diferentes perspectivas dos filósofos trabalhados. Por exemplo, no centro da cidade de Lavras-MG acontece uma Batalha de RAP, e apesar dos organizadores terem alvará, há um processo burocrático impedindo que o movimento ocorra na praça central, e a tentativa de descolar para a praça da Estação, uma praça longe do centro. Essa notícia no jornal, pode ser articulada com a ideia de margens de Veena Das, a ideia de que o Estado produz espaços marginalizados; ou ainda, articulado à noção de biopolítica em Foucault, caracterizando um poder que gere a vida da população em sua totalidade; inclusive delimitando quais espaços determinados corpos podem ocupar; ou no extremo quais corpos devem viver e quais devem morrer;

Avaliação e recuperação: Os alunos serão avaliados pela participação na sala de aula, as atividades entregues e o caderno completo. Para aqueles que não conseguirem alcançar média no bimestre, será solicitado uma dissertação acerca de todo o conteúdo trabalho no bimestre.

IV — Quarto Bimestre: Temáticas (10 aulas)

Objetivo geral e estruturação: este bimestre pretende proporcionar uma preparação intensiva para o ENEM, concentrando-se em questões contemporâneas. Para atingir esse objetivo, a estruturação do bimestre envolve a implementação de sequências didáticas de duas aulas cada, nas quais serão abordados temas ou problemas contemporâneos com uma abordagem filosófica. Grosso modo, as primeiras serão destinadas a um debate filosófico acerca do tema, ao passo que as segundas aulas das sequências didáticas, serão destinadas à elaboração de redações argumentativas dissertativas. Trata-se de trabalhar tanto a oralidade e posicionamento crítico dos alunos, quanto sua escrita e estruturação argumentativa. Os temas poderão ser sugeridos pelos próprios alunos. Inicialmente, as primeiras aulas dessas sequências serão dedicadas a debates filosóficos a respeito dos temas escolhidos, incentivando a participação ativa dos alunos na discussão. Em seguida, as segundas aulas dessas sequências serão direcionadas à elaboração de redações argumentativas dissertativas, permitindo que os alunos desenvolvam suas habilidades de escrita e estruturação argumentativa. Vale ressaltar que os temas a serem debatidos e envolvidos nas redações podem ser sugeridos pelos próprios alunos, promovendo um maior engajamento e interesse nas discussões filosóficas. Essa

abordagem busca não apenas preparar os alunos para o exame, mas também aprimorar suas capacidades críticas, expressivas e reflexivas diante de questões relevantes da sociedade contemporânea.

Objetivos específicos: desenvolver o pensamento crítico, a argumentação, a oralidade e a capacidade de escrita e leitura; compreender os conceitos mobilizados em cada sequência didática; promover conscientização política e social entre os alunos; estimular a análise crítica dos dilemas éticos relacionados à inteligência artificial; aprofundar a compreensão dos temas de raça, racismo, guerra às drogas e loucura; conectar as discussões filosóficas aos problemas contemporâneos; fortalecer a relação entre teoria e prática; fomentar debates e reflexões sobre questões éticas, sociais e políticas; evidenciar a construção social de conceitos como normalidade e loucura; integrar a participação em eventos culturais, como o "Filosofia e Hip-Hop", como parte do processo educativo; utilizar a escrita e leitura como ferramentas para expressar pensamentos críticos e argumentações sólidas; propiciar aos alunos oportunidades de recuperação, incentivando a revisão e aprofundamento dos conteúdos; reforçar a importância da análise crítica, argumentação e compreensão conceitual como critérios essenciais para a avaliação ao longo do bimestre.

Campo de Conhecimento: Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética.

Competência específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, BNCC, 2018)

Competência específica 2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. (BRASIL, BNCC, 2018)

Competência específica 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os

Direitos Humanos. (BRASIL, BNCC, 2018)

Competência específica 6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, BNCC, 2018)

Habilidades

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia e a solidariedade. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas. (BRASIL, BNCC, 2018)

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia. (BRASIL, BNCC, 2018)

Metodologia: Oficina de Conceitos; Sala de aula invertida; etc.

Recursos didáticos: Filme; Música; Quadro; Slides; Mapa Mental; Mapa conceitual.

Primeira sequência didática (2 aulas): Inteligência Artificial e Ética

Será proposto uma discussão acerca dos dilemas éticos em relação às inteligências artificiais, a partir da reportagem da CNN (2023) com a seguinte manchete: “Chat GPT-4: inteligência artificial mente para completar tarefa e gera preocupação” . Junto disso, será exposto a sinopse da série *Westworld* (2016) baseada no filme de mesmo nome escrito por Michael Crichton em 1973. A série ambientada em um cenário futurístico, mostra um parque

temático no qual os visitantes podem interagir das mais variadas formas, inclusive sexualmente, com Inteligências Artificiais (IA) extremamente realistas. Nessa direção, a série aborda temas como consciência, ética, livre arbítrio, natureza humana, controle social, vigilância, etc. Dos quais podem ser mobilizados filósofos como: Descartes, em relação ao dualismo cartesiano; Foucault, no que diz respeito ao controle e a vigilância das IA; Aristóteles, no que diz respeito à ética enquanto busca da excelência moral. Após o debate, a aula seguinte será destinada à leitura e discussão das redações elaboradas.

Segunda sequência didática (2 aulas): Raça e Racismo

Na presente aula, discutiremos os conceitos de raça e racismo a partir de recortes do texto *“O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930”*, de Lilia Schwarcz, o principal ponto é debater os limites do conhecimento científico e como este pode ser utilizado enquanto um mecanismo de dominação. Neste ponto, Foucault também será mobilizado, a partir de recortes do curso *“Em Defesa da Sociedade (1975-1976)”*. Após o debate, a aula seguinte será destinada à leitura e discussão das redações elaboradas.

Terceira sequência didática (2 aulas): Guerra às Drogas

Nesta aula, será discutido o tema da guerra às drogas a partir da música *“Diário de um Detento”* de Racionais MC 's (1997). A partir da música será introduzido os conceitos de necroestado e necropolítica do filósofo, teórico político e pós-colonialista camaronês Achille Mbembe. Esses conceitos buscam compreender as formas contemporâneas de exercício do poder e suas relações com a morte e a violência. Por um lado, a necropolítica refere-se à utilização do poder estatal e de outras instituições para controlar e determinar quem pode viver e quem deve morrer. Por outro, a noção necroestado refere-se a um estado que exerce seu poder através da administração da morte e da violência. Ele é caracterizado pela militarização extrema, pela repressão violenta e pela manutenção de um clima de terror e insegurança para fins políticos. Após o debate, a aula seguinte será destinada à leitura e discussão das redações elaboradas.

Quarta sequência didática (2 aulas): Loucura

Os alunos serão levados até a sala de vídeo, onde será feito uma roda de debate a partir da música “Trem de doido (1972)” de Lô Borges, junto de uma apresentação de imagens e relatos de ex-pacientes do Hospital Colônia. A música retrata o evento conhecido como “holocausto brasileiro”, em que mais de 60 mil pessoas morreram no maior hospital psiquiátrico que existiu no Brasil. Na metade do século passado, trens de todas as partes do Brasil chegavam à cidade de Barbacena MG. A expressão “trem de doido” remete a essa condução que cortava o país levando potenciais pacientes ao Hospital Colônia, já no trem as pessoas tinham sua humanidade confiscada, e devido a condições insalubres de transporte, muitos já chegavam mortos. Todos os corpos considerados subalternos, desde pessoas LGBTQs até mulheres que perderam a virgindade antes do casamento, eram encaminhados ao hospital e lá sofriam os mais diversos e perversos tipos de tortura. A partir disso, discutiremos os limites do que é considerado normal e anormal na nossa sociedade. Junto disso, faremos um paralelo da análise foucaultiana acerca da loucura clássica, onde os loucos eram segregados da sociedade e submetidos a um regime disciplinar e de controle. O objetivo é evidenciar que a loucura é uma construção social, portanto, as práticas e os discursos psiquiátricos não refletem uma verdade objetiva sobre a condição mental, mas sim exercem controle e poder sobre os indivíduos. O objetivo é evidenciar como a filosofia pode ser utilizada para pensar os problemas da nossa realidade, que por mais perto que esteja, em uma cidade vizinha, às vezes a gente a desconhece. Assim como desaparecimento de corpos ocorrido durante o holocausto brasileiro, o evento também foi apagado e silenciado pelas narrativas dominantes. Após o debate, a aula seguinte será destinada à leitura e discussão das redações elaboradas.

Atividades Avaliativas (2 aulas): A partir dos conteúdos trabalhados ao longo do bimestre, será realizado o evento “Filosofia e Hip-Hop”, no qual será convidado o coletivo de arte e hip-hop da cidade de Lavras-MG. Em um primeiro momento, será apresentado aos alunos a problemática: “Dado que há um processo de burocratização e marginalização da batalha de RAP do Centro de Lavras MG. É preciso se questionar: por que estão tentando impedir um movimento que promove a cultura (prevista na constituição)? Por que deslocar um evento de RAP para margem (praça da estação) e não deixar ocorrer no centro da cidade (praça dos

bancos)? Por que determinados corpos, determinadas culturas são marginalizados ao passo que outros corpos e culturas são *sacralizados*?”. Depois de uma roda de debate sobre o tema, o coletivo irá apresentar as mais variadas formas de manifestação artística aos alunos, professores e funcionários da escola.

Avaliação e recuperação: Os alunos serão avaliados pela participação na sala de aula, as redações entregues, a preparação e participação do evento, e o caderno completo. Para aqueles que não conseguirem alcançar média no bimestre, será solicitado três dissertações acerca de todo o conteúdo trabalho no bimestre.

Referências Bibliográficas Plano de Curso:

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

GALLINA, S. F. da S. **A Disciplina de Filosofia e o Ensino Médio**. In: GALLO, S.; KOHAN, W. O.; (Org). *Filosofia no Ensino Médio*. Volume VI. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34-46.

HORN, G. B. **A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: Uma perspectiva histórica**. In: GALLO, S.; KOHAN, W. O.; (Org). *Filosofia no ensino médio*. Volume VI. Petrópolis: Vozes, 2000. p.17-33.

NUNES, R. A. da C. **História da educação no século XVII**. São Paulo: EPU, 1981. p.18. apud PILETTI, C. & PILETTI.

FERNANDES, Leticia; BARRETO, Eduardo. **Bancada religiosa pediu a Temer retirada de questão de gênero da Base**. O Globo, Brasil, 07 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/bancada-religiosa-pediu-temer-retirada-de-questao-de-genero-da-base-21179389>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MARTELLO, Alexandro. **Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento.** G1, Brasília, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

Referências do Primeiro Bimestre:

ARISTÓTELES. **Metafísica vols. I, II, III.** 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, resumo e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018, p.572.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O que é uma filosofia?**. 3a ed. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DESCARTES, R. **Discurso do Método.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas.** São Paulo: Martins Fontes 2000c,.

FILME: **O Show de Truman.** Direção: Peter Weir. Produção: Andrew Niccol e Scott Rudin. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FILME: **The Matrix (Matrix),** Direção e roteiro: Andy Wachowski e Larry Wachowski, produção Joel Silver, Distribuição: Warner Bros.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito.** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981).** Trad. RC Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016 [2014].

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica? In: FOUCAULT, Michel. A Política da Verdade.** Los Angeles: Semiotext(e), 2007c.

GALLO, S. (2012 A), **“Ensino de filosofia e criação de conceitos: Possibilidades didáticas”.** Campinas, SP: Papyrus.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere: edição crítica à cura de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.

GRAMSCI, A: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson; co-edição Luiz Sérgio Henrique e Marco Nogueira, VOL. Eu 2004.

LABRIOLA, Antonio. **Em memória do Manifesto Comunista**. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos** e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1991 [original: 1844].

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE-MG. **Plano de Curso Ensino Médio**. 2023.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução de Enrico Corvisieri.

VERNANT, J. **As Origens do Pensamento Grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 17ª edição. Difel, Rio de Janeiro, 2008.

VEIGA, Neto. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Antônio Rufino. **A filosofia marxiana: uma análise das teses de Marx sobre Feuerbach**. Princípios: Revista de Filosofia (1996).

Referências do Segundo Bimestre:

AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). **Confissões**. Tradução J. Oliveira Santos, SJ e A. Ambrósio de Pina, SJ São Paulo: Editora Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 2004.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. I, parte I. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BRANCO, G. **Estética da existência, resistência ao poder**. Revista Exagium, Rio de Janeiro, v.1, p.1-13, abril, 2008.

COSTA, JF. **O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral?**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 1995.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes 2000c,.
- DELEUZE, Gilles, 1925-1995. **Conversações** (1972-1990); Tradução de Peter Pál Pelbart. – São Paulo: Editora 34, 2013 (3ª Edição). 240 pág. (Coleção TRANS)
- FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. 6ª edição. São Paulo, Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade III: O Cuidado de Si**. 8ª edição. São Paulo, Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: Ética, sexualidade, política. São Paulo: Forense Universitária, 2004a, p. 264-287. (Ditos e Escritos V)
- FOUCAULT Michel. **Microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- GALLO, S. (2012 A), **Ensino de filosofia e criação de conceitos: Possibilidades didáticas**. Campinas, SP: Papyrus.
- HADOT, Pierre. **O que é uma filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 1999.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- LEIBNIZ, G. **Discurso de metafísica**; trad., introdução e notas de Adelino Cardoso. - 2ª ed. - Lisboa: Colibri, 2016.
- PIZAN, Christine. **A cidade das damas** [1405]. Tradução de Luciana Calado. Florianópolis: Mulheres, 2012.
- SPINOZA, B. **A Ética**. in Os Pensadores. Ed. Abril, São Paulo, 1979.
- VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo, Difel, 1986.
- VEIGA, Neto. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FILME: *The midnight of gospel*. Netflix. 2020. Criadores: Dunkan Trussell e Pendleton Ward.

Referências do Terceiro Primeiro Bimestre:

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. (Tradução Daniela Beccaccia Versiani) Rio de Janeiro: Campus2000c,.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Malheiros. 14ª edição, 2007.

DAS, Veena. **Vida e palavras: violência e a descida ao comum**. Univ of California Press, 2006.

DA PAIXÃO RIBEIRO, Josuel Stenio. **Os contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau**. Prisma Jurídico, v. 1, pág. 2-24, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT M. **Microfísica do poder**. 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica? In: FOUCAULT, Michel. A Política da Verdade**. Los Angeles: Semiotex(e), 2007c.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Ó príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

ROUSSEAU, J. **Do contrato social**. tradução de Lourdes Santos Machado; introdução e notas de Paulo Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. – 2ª edição – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WEBER, Max (2004). **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 2. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UnB.

FILME: Black Mirror. Urso Branco, Carl Tibbetts, Canal 4, 2013.

Referências do Quarto Bimestre:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Negros, loucos negros**. Revista USP, n. 18, 1993.

CARNEIRO, Sueli. **Retratos do Brasil Negro**. Coordenada por Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3.ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

FILME: **WESTWORLD**. Criador(es): Jonathan Nolan; Lisa Alegria. HBO, 2016. Duração: 57-91 minutos (EP). DVD, filho., colorido., legendado.

FILME: **WESTWORLD**. Direção de Michael Crichton. Metro-Goldwyn-Mayer, 1973. 1 disco (88 min.) DVD, son., color., legendado.

Referências Bibliográficas da Monografia:

Primeiro Capítulo:

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Quem é você, professor Foucault?** In: Ditos e Escritos I (1954-1969). 1967. p. 601-620.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos X. Filosofia, diagnóstico do presente e verdade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, **Michel. Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CASCAIS, Antônio. **Paixão, morte e ressurreição do sujeito em Foucault.** Comunicação e Linguagens. Lisboa: Cosmos, n.19, 1993. p. 77-117.

NETO, Veiga. **Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades.** Cadernos de Educação, (34).

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades.** MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, [S.l.], n. 43, p. 06-25, mar. 2016. ISSN 0104-0944. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633/3782>. Acesso em: 13 out. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i43.2633>.

MOREY, M. 1991. **La cuestión del método. In: FOUCAULT, Michel. Tecnologias del yo y otros textos afines.** Barcelona: Paidós Ibérica, p. 9-44.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

DE CARVALHO, Alexandre Filordi. **Foucault: atualizador da genealogia nietzschiana.** Cadernos Nietzsche, n. 30, p. 221-249, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** (tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

Segundo Capítulo:

EDWALD, François; FONTANA, Alessandro. **Prefácio**. In: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. 2005. São Paulo: Martins Fontes, p. X-XIV.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1954-1988)**. 4 volumes. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000c.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

FOUCAULT, Michel. (1980) **L' impossible prison, recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle**. Paris, Éd. du Seuil.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Editora Brasiliense, 1988.

AGGIO, Juliana Ortegosa. **Por uma sexualidade livre à luz de Foucault. Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 52, p. 115-141, 2020.

SAMPAIO, Simone Sobral. **A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault**. *Revista Katálysis*, v. 14, p. 222-229, 2011.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. **A relação entre uma ontologia crítica do presente e a problematização da agonística entre poder e liberdade em Michel Foucault**. 2009. Repositorio UFC.

SANTOS, Paulo. **A concepção de poder em Michel Foucault**. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 16, n. 28, p. 261-280, 2016.

Terceiro Capítulo:

Gordon, C. (1991). **Governmental rationality: An introduction**. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), **The Foucault Effect: Studies in Governmentality** (pp. 1-52). Chicago, IL: University of Chicago Press.

MACHADO, R. (1981). **Introdução Por uma genealogia do poder**. In FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro Graal, pp. IX-XXV.

Senellart, M. (2008). **Situação dos cursos. In M. Foucault, Segurança, território, população** (E. Brandão, Trad., pp. 495-538). São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (1994). **Omnes et singulatim: por uma crítica da ‘razão política’**. Tradução Heloísa Jahn. *Novos Estudos CEBRAP*, 26, março de 1990, p.77-99.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.